



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA – PPGEDAM**



Mestrado Profissional – Turma 2018

ANA LETÍCIA NASCIMENTO VIANA

**A TRAVESSIA DOS SABERES TRADICIONAIS AMAZÔNICOS:
Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea,
no Território do Baixo Tocantins/ PA.**

**BELÉM – PARÁ
2020**

ANA LETÍCIA NASCIMENTO VIANA

**A TRAVESSIA DOS SABERES TRADICIONAIS AMAZÔNICOS:
Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea,
no Território do Baixo Tocantins/ PA.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, PPGEDAM, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará (UFPA); como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões

Coorientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos

**BELÉM – PARÁ
2020**

ANA LETÍCIA NASCIMENTO VIANA

**A TRAVESSIA DOS SABERES TRADICIONAIS AMAZÔNICOS:
Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea,
no Território do Baixo Tocantins/ PA.**

Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, para fins de obtenção de título de mestre.

Área de concentração: Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Defesa aprovada em: ____/____/2020

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aquiles Simões (Orientador)

Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Prof.^a Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães (Examinador(a) interno)

Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Prof.^a Dra. Gabriela Coelho de Souza (Examinador externo)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V614t Viana, Ana Leticia Nascimento
A TRAVESSIA DOS SABERES TRADICIONAIS
AMAZÔNICOS: : Um estudo centrado na cultura do cacau de
várzea, no Território do Baixo Tocantins/ PA / Ana Leticia
Nascimento Viana. — 2020.
140 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões
Coorientador(a): Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão
de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia,
Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém,
2020.
1. Saberes Tradicionais. 2. Cacau de várzea. 3.
Agroecologia. 4. Desenvolvimento Local. I. Título.

CDD 633.74

Dedico este trabalho...

À minha amada família: mãe, irmãos, vizinha; e, ao meu amado PC, por todo apoio e incentivo em todos os momentos.

Aos ribeirinhos que resistem e (re)existem através do cultivo do cacau de várzea, transmitindo seus saberes, ao longo de gerações, como forma de salvaguardar as memórias das suas trajetórias, pelo “território da identidade local”, às margens dos rios, no Território do Baixo Tocantins.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer não é uma tarefa tão fácil, pois muitas vezes está passível de excessos, desvios e lacunas lastimáveis; portanto, pode-se dizer que é uma complexa arte de reconhecimentos. Nesses termos, posso avaliar que “devo tanto que a linguagem do reconhecimento não seria suficiente (Derrida, 2011, p. 12).”

Os agradecimentos aqui traçados se apresentam como parte da *justificativa* que marca as primeiras trajetórias que constituem este trabalho, contribuindo para as primeiras linhas traçadas nesta dissertação. Portanto, início ressaltando que a caminhada não foi fácil, foi preciso realizar uma grande “travessia”, a qual tive que percorrer, mas, Deus nunca me deixou desanimar e sempre me permitiu e permite acreditar que tudo pode ser superado se não nos faltar a fé, e ela, a FÉ, foi e continua sendo minha grande companheira durante toda minha caminhada. Então, exponho aqui meus imensos agradecimentos...

A Deus: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, por todas as bênçãos na minha vida, por me fazer forte e superar todas as dificuldades, fazendo-me acreditar que é possível superar os momentos difíceis; reinventando-me e tornando-me mais forte. Agradeço pela dádiva de me conceder a continuidade dos meus estudos, com tranquilidade, sabedoria e restaurando a minha saúde para que eu pudesse alcançar os meus objetivos.

À minha família: *Aos meus pais* – Domingos Viana (in memore) e Rita de Cássia – que sempre apostaram na minha educação, ensinando-me valores éticos e morais e sempre me apoiaram em cada momento da vida. Especialmente à minha mãe, por ter vivenciado momentos difíceis ao meu lado, sendo grande amiga, incentivadora, meu espelho de fortaleza, ânimo e fé, que com sua docilidade deu-me todo apoio necessário para concluir esse Mestrado, no Núcleo de Meio Ambiente, na Universidade Federal do Pará. Meus eternos agradecimentos ao meu pai, e principalmente a minha mãe por todo amor e dedicação! E, *aos meus irmãos* (Eduardo e Ana Cecília), por todo companheirismo, amizade, amor, os quais nunca mediram esforços para me apoiarem e me incentivarem em todas as ocasiões. E, minha vizinha, por sua docilidade, ternura e por todo seu amor.

Ao meu querido e amado Paulo Cezar, por todo apoio, incentivo, amor, amizade, companheirismo em todos os momentos.

Ao professor e orientador Aquiles Simões pelas sugestões e direcionamentos, no decorrer deste trabalho e ao longo do mestrado, enfim, por sua atenção, conselhos e por ter acreditado no meu trabalho.

Ao professor e coorientador Rodolpho Zaluth Bastos pelos direcionamentos iniciais sobre o cacau.

Ao CNPq, pela oportunidade de ter sido bolsista através do NEA GEDAF, o qual proporcionou-me grandes conhecimentos e aprendizados.

A todos os professores do PPEGEDAM/ NUMA/ UFPA, pelos ensinamentos, debates e sugestões valiosos, e por todo incentivo, compreensão, orientações, enfim, por todo aprendizado adquirido e apoio, contribuindo para conclusão desse curso com tranquilidade.

À toda equipe administrativa do NUMA, em especial a secretaria do PPGEDAM, por toda atenção e apoio.

Aos membros da banca de defesa, professoras Sônia Magalhães e Gabriela Coelho de Souza, pelas valorosas contribuições.

Aos membros da banca de qualificação representados pelos professores André Farias e Socorro Flores, pelas valorosas sugestões apresentadas.

Aos colegas do mestrado, pelas vivências durante a trajetória do curso, pelas trocas de experiências e aprendizados, pelas colaborações, assim como pelo apoio e carinho a mim concedido, e, principalmente, pelo vínculo de amizade que Deus nos concedeu permanecer. Em especial, meus agradecimentos a colega e amiga Waldilene Garcia, por sua atenção, disponibilidade e valorosa contribuição com o processo da compostagem orgânica.

A toda equipe da SER oncológica, por toda humanidade, carinho, apoio, incentivo e por sempre se preocuparem com o meu bem-estar.

À equipe da CEPLAC, em especial ao José Raul Guimarães e Dr. Paulo Júlio, por todo apoio, atenção, incentivo e por terem oportunizado o diálogo inicial com moradores de Mocajuba e conhecedores de cacau de várzea, através do senhor Amadeu Braga.

Ao senhor Amadeu Braga por todo apoio na realização da pesquisa, oportunizando-me dialogar com outros produtores de cacau, em Mocajuba e Cametá.

Aos moradores das comunidades ribeirinhas de Santaninha e Vista Alegre, no Território do Baixo Tocantins, pela receptividade, atenção e por se disporem a compartilharem seus saberes, práticas culturais e histórias de vida ímpares.

Enfim, agradeço a todos que me acompanharam e que de alguma forma colaboraram com a minha trajetória, nessa travessia dos saberes sobre o cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins.

“Vim de quando Vou pra onde Passei Conde e Cametá
A canoa vai de proa e de proa eu chego lá”.

(Música: Indauê Tupã, Paulo André e Ruy Barata)

RESUMO

A cultura do cacau na Amazônia surge desde o período colonial, com o processo de ocupação dos territórios e exploração das drogas do sertão, onde nas cabeceiras do rio Amazonas se expandiu em duas direções: para o norte, seguiu pelo vale do Orinoco, penetrando na América Central e no sul do México; para o sul, correu pela bacia do Amazonas. No Baixo Tocantins, considerado como um dos mais antigos e bem estabelecidos espaços da colonização portuguesa na Amazônia, passou a coexistir com o tradicional extrativismo do cacau e de outras “drogas do sertão”, caracterizando a economia amazônica. No entanto, os saberes dos produtores de cacau que vivem nas comunidades, em sintonia com a floresta, podem ter sofrido influências ao longo da história. Assim, buscou-se com este estudo analisar como se constituem os saberes dos produtores que cultivam o cacau de várzea, no território do Baixo Tocantins. Tal perspectiva volta o olhar para a importância do cacau, vislumbrando o seu valor histórico e ressaltando como elemento de subsistência e que contribui para o desenvolvimento local. Com esse propósito, a agroecologia foi ressaltada como importante aliada à inovação tecnológica, contribuindo para o equilíbrio ambiental. Nesse sentido, apreendeu-se que os saberes tradicionais aliados as inovações tecnológicas, como a agroecologia, possibilitam o processo endógeno de forma sustentável. Para tanto, este estudo se organizou de forma qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, e incluiu pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas aos produtores de cacau de várzea. O procedimento metodológico incluiu levantamento bibliográfico e documental, tendo como referencial analítico os fatores históricos, culturais, sociais, ambientais e espaciais pertinentes à implantação e expansão da cultura do cacau de várzea no território. O trabalho está estruturado em três capítulos, denominados “Travessia”. Como produtos deste trabalho são apresentadas uma ficha agroecológica e uma cartilha agroecológica, visando promover e assegurar a agricultura de forma sustentável, com base em alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, minimizando os impactos negativos que afetam o meio ambiente, servindo como guias aos produtores de cacau.

Palavras-Chave: Saberes Tradicionais. Cacau de várzea. Agroecologia. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The cocoa culture in the Amazon arises since the colonial period, with the process of occupation of territories and exploitation of drugs in the hinterland, where in the headwaters of the Amazon River it expanded in two directions: to the north, it followed the Orinoco valley, Central America and southern Mexico; to the south, it ran through the Amazon basin. In the Lower Tocantins, considered as one of the oldest and most well-established spaces of Portuguese colonization in the Amazon, it began to coexist with the traditional extraction of cocoa and other “sertão drugs”, characterizing the Amazon economy. However, the knowledge of cocoa producers who live in communities, in tune with the forest, may have been influenced throughout history. Thus, this study sought to analyze how the knowledge of producers who cultivate lowland cocoa in the territory of Baixo Tocantins is constituted. This perspective looks at the importance of cocoa, glimpsing its historical value and highlighting it as an element of subsistence that contributes to local development. For this purpose, agroecology was highlighted as an important ally to technological innovation, contributing to environmental balance. In this sense, it was apprehended that traditional knowledge combined with technological innovations, such as agroecology, enables the process of endogeny in a sustainable manner. To this end, this study was organized in a qualitative, descriptive and exploratory manner, and included field research with semi-structured interviews with lowland cocoa producers. The methodological procedure included a bibliographic and documentary survey, having as historical analytical reference the historical, cultural, social, environmental and spatial factors pertinent to the implantation and expansion of the lowland cocoa culture in the territory. The work is structured in three chapters, called “Crossing”. As products of this work, an agroecological sheet and an agroecological booklet are presented, aiming to promote and ensure agriculture in a sustainable manner, based on some objectives of the SDGs, minimizing the negative impacts that affect the environment, serving as guides for cocoa producers.

Keywords: Traditional knowledge. Cocoa of várzea. Agroecology. Local Development.

LISTA DE MAPAS

- Mapa 01** – Localização da Região de Integração do Baixo Tocantins ----- 25
- Mapa 02** – Localização da Pesquisa de Campo (Sítio Samuhuma, em Mocajuba e Fazenda Tocantins, em Cametá) ----- 45
- Mapa 03** – Trajetória do Cacau----- 65
- Mapa 04** – O rio Tocantins como principal via de comunicação entre Vila Bela e Belém 89
- Mapa 05** – Cametá inserido no contexto de ocupação da Amazônia, no século XVIII --- 90

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01** – Entrevista com o cacauicultor, senhor Amadeu Braga, e sua esposa Maria Trindade, na CEPLAC, em Belém, Pará ----- 27
- Imagem 02** – Reunião da ASCAU, na Câmara Municipal de Mocajuba ----- 28
- Imagem 03** – Entrevistas na Fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, em Cametá 29
- Imagem 04** – Entrevistas no Sítio Samuhuma, na comunidade Vista Alegre, em Mocajuba ----- 29
- Imagem 05** – Etapas de produção do adubo orgânico, da casaca do cacau de várzea ---- 30
- Imagem 06** – Momento da Entrega da Ficha Agroecológica ----- 31
- Imagem 07** – Parcerias da Pesquisa de Campo ----- 32
- Imagem 08** – Travessia nas águas do rio Tocantins, em Mocajuba ----- 33
- Imagem 09** – Relação dos ribeirinhos com as águas, no rio Santana, em Mocajuba ----- 42
- Imagem 10** – Comunidades ribeirinhas, no rio Santana, em Mocajuba ----- 43
- Imagem 11** – Sobrevivência ribeirinha (pesca artesanal), no rio Santana, em Mocajuba - 43
- Imagem 12** – Casa grande, no sítio Samuhuma (ilha da Conceição), em Mocajuba ----- 47
- Imagem 13** – Conversa com o senhor Benedito Maia (B. Maia), sobre os saberes do cacau e histórias diversas ----- 49
- Imagem 14** – Imagens históricas de antigos moradores no sítio Samuhuma (rio Santana), em Mocajuba ----- 49
- Imagem 15** – Registro de proprietários e administradores do sítio Samuhuma, no rio Santana, em Mocajuba ----- 50

Imagem 16 – Registro histórico sobre o sítio Samuhuma	51
Imagem 17 – Altar na casa grande, no sítio Samuhuma (rio Santana), em Mocajuba	51
Imagem 18 – Produção cacauceira, no sítio Samuhuma (rio Santana), em Mocajuba	54
Imagem 19 – Secagem de amêndoas de cacau, no sítio Samuhuma, em Mocajuba	55
Imagem 20 – Ensacamento de amêndoas de cacau, no sítio Samuhuma, em Mocajuba	55
Imagem 21 – Conversa com o senhor Humberto Medeiros e dona Juliana Maia, sobre os saberes do cacau de várzea e histórias diversas, na fazenda Tocantins, comunidade Santaninha, em Cametá	57
Imagem 22 e 23 – Trabalhadores (“meeiros”) na atividade com o cacau, na fazenda Tocantins, em Cametá	59
Imagem 24 – Participação da mulher na seleção de sementes, na fazenda Tocantins, em Cametá	60
Imagem 25 e 26 – Seleção do cacau e das sementes, na fazenda Tocantins, em Cametá	60
Imagem 27 e 28 – Fermentação e secagem das sementes de cacau, na fazenda Tocantins, em Cametá	61
Imagem 29 – Produção artesanal de capilé e geleia, na fazenda Tocantins, em Cametá	61
Imagem 30 – O cacau como moeda de troca na sociedade Maia	67
Imagem 31 – Imperador Moctezuma II, o último rei asteca (1502 e 1520)	68
Imagem 32 – Produção de geleia artesanal	95
Imagem 33 – D. Dione produzindo doce	95
Imagem 34 e 35 – Casca de cacau desperdiçada na natureza	100

LISTA DE SIGLAS

ASCAU - Associação dos Produtores de Cacau e Chocolate do Estado do Pará

CNPq – Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LARC – Laboratório de Representação Geográfica e Geoprocessamento

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NEA GEDAF – Teias de Inovação Agroecológica e Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PPGEDAM – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

PPRs – Pequenos Produtores Rurais

RADAM – Radar na Amazônia

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
2. TRAVESSIA I – TRAFEGANDO NO REPERTÓRIO DE SABERES.....	33
2.1. Navegando pelos saberes tradicionais	34
2.2 Margeando os saberes ribeirinhos	36
2.3 Percorrendo pelas águas do Baixo Tocantins, de Mocajuba a Cametá e Cametá a Mocajuba: entre Histórias, memórias e saberes ribeirinhas	39
2.3.1 “Velejando nas águas ribeirinhas”: entre paisagens e cultura	41
2.3.2 “Ancorado no repertório de histórias e memórias”, no SÍTIO SAMUHUMA (ilha da Conceição), no rio Santana, em MOCAJUBA	46
2.3.2.1 O lugar de memórias: SÍTIO SAMUHUMA, em MOCAJUBA	47
2.3.2.2 As “maresias das lembranças”, nas idas e vindas da memória.....	52
2.3.3 Na trajetória das águas: a FAZENDA TOCANTINS, em CAMETÁ, em meio ao “transbordar das memórias”	56
2.3.3.1 No “remanso das águas”: beirando o cotidiano, as relações de trabalho e os saberes ribeirinhos.....	58
2.3.3.2 “Mergulhando nas águas dos saberes”: recortes de memórias históricas.....	63
3. TRAVESSIA II – A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CACAU: DAS CIVILIZAÇÕES PRÉ-COLOMBIANAS AO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS	64
3.1 Origem e Disseminação do Cacau: das civilizações pré-colombianas à colonização europeia	64
3.2 O Cacau na Amazônia Colonial	69
3.3 O Cacau no Brasil.....	72
3.4 O Cacau no Pará	73
3.5 O Cacau no Território do Baixo Tocantins	75
3.5.1 Marcas da Formação Territorial	76
3.5.2 As Estratégias de Exploração do Cacau	81
3.5.3 A Contextualização Socioeconômica do Baixo Tocantins.....	88
3.6. O Cacau nas Várzeas de Mocajuba e Cametá	87

4. TRAVESSIA III – O CACAU DAS VÁRZEAS DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: UM OLHAR SOBRE INOVAÇÃO SOCIOTÉCNICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL	91
4.1 A importância do cacau de várzea para o desenvolvimento local, no Território do Baixo Tocantins	91
4.2 As inovações sociotécnicas constituídas dos “saberes que nascem nas várzeas”	94
4.3 A agroecologia e a relação de saberes, para o desenvolvimento local sustentável	98
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A – TCLE.....	103
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	103
APÊNDICE A – FICHA AGROECOLÓGICA.....	103
APÊNDICE B – CARTILHA AGROECOLÓGICA	103

1. INTRODUÇÃO

O cacau na Amazônia, em especial no Território do Baixo Tocantins, tem uma valorosa trajetória, iniciada com a colonização, formando uma expressiva realidade sociocultural, em meio as histórias, saberes e práticas de ribeirinhos, os quais compõem a historicidade local.

O cacau é considerado como um produto de grande valor econômico e histórico, visto que contribuiu para a formação territorial, onde os primeiros plantios de cacau na Amazônia iniciaram na década de 1670, por colonos do Pará, sob o incentivo da coroa portuguesa, apesar de registros indicarem que as missões jesuíticas foram pioneiras do cultivo e exploração do cacau na região amazônica (CHAMBOULEYRON, 2010).

No Território do Baixo Tocantins, estimado como um dos de colonização mais antiga no Estado do Pará, o cacau foi um importante produto que contribuiu na formação histórica e socioeconômica, relacionando fatores tais como: a ocupação e permanência das terras; a formação da elite regional, a colonização agrícola através do sistema de *plantation*, iniciado no cultivo do cacau e posteriormente com a cana-de-açúcar, demarcando o empreendimento econômico colonial da região e o domínio da elite com relação a dimensão territorial.

As terras férteis descobertas, no período colonial, às margens do rio Tocantins, por volta de 1669, as povoações ribeirinhas exploravam cravo, canela e o cacau, e cultivavam de forma intensiva. Todavia, a configuração de exploração econômica do território dependia de certa forma de mão-de-obra, de transporte e de ocupação humana. Sendo assim, entende-se que os colonizadores dependiam também dos habitantes que viviam as margens dos rios e mais tarde dos negros escravos (CHAMBOULEYRON, 2010).

Apesar da exploração histórica na Amazônia, incluindo o Território do Baixo Tocantins, percebe-se que ainda hoje, os recursos provenientes da floresta são considerados como alvo dos mais variados interesses, influenciando no meio de vida dos habitantes que vivem em meio a natureza, visto que a floresta é considerada como um mundo: de histórias, de cores, de cheiro, de gente e saberes.

A Amazônia, por um longo período, foi visualizada como terra de promessas e riquezas desde o início dos projetos coloniais, com a finalidade de exploração e comercialização das riquezas naturais. A partir da política de “integração nacional”, durante a ditadura militar, a Amazônia foi vislumbrada pelas grandes obras, com a finalidade do desenvolvimento da região, pois era considerada como um “espaço vazio”. Então, junto com

a ocupação e o desenvolvimento da região veio também a destruição do bioma; assim, surge um novo olhar sobre a Amazônia, vista antes como um paraíso das águas e dos rios numa transição para Amazônia de estradas, como possibilidade de desenvolvimento.

No mundo de matas e rios, na Amazônia, comumente pretende-se erguer um outro mundo, o do concreto, dos grandes projetos, para promoção de realidades muitas vezes não condizentes com a dos povos que vivem em áreas ribeirinhas. Nesse sentido, o conjunto de interesses que se estabelece na região amazônica ao resto do planeta, normalmente coloca em questão a expectativa de desenvolvimento sem levar em consideração as relações sociais existentes no contexto das comunidades da Amazônia brasileira.

Na contemporaneidade, a busca incessante por modernização e o aumento do crescimento econômico, baseado na exploração dos recursos naturais, muitas vezes se constitui na perspectiva de acreditar que o desenvolvimento socioeconômico aliado ao sistema de produção capitalista e mecanismos globais de dominação venham favorecer uma qualidade de vida social, sem provocar impactos socioculturais e ambientais.

O modelo de desenvolvimento, na Amazônia, inserindo o Território do Baixo Tocantins, nem sempre tem respeitado a precisão de aliar eficiência econômica com equidade social, problema que se torna ainda mais complexo quando se reconhece a necessidade do trato cuidadoso com a base natural. Então, acredita-se que um dos maiores desafios enfrentados pelo homem, na Amazônia, esteja relacionado à promoção do desenvolvimento sem agredir a natureza e, portanto, o respeito e a atenção aos sujeitos sociais que sobrevivem dos recursos naturais, levando em consideração suas práticas culturais e saberes tradicionais.

Dessa forma, a expectativa de desenvolvimento, aliado ao processo de modernização, emerge a necessidade da preservação de conhecimentos e das práticas tradicionais, conjugando a esta percepção para a cultura cacaeira de várzea, no território do Baixo Tocantins, por ser considerado um produto tradicional da região, com valor sociocultural incomensurável.

Diante da ação histórica de exploração na Amazônia, onde se insere o Território do Baixo Tocantins, surgiu um processo híbrido de conhecimentos, práticas e saberes, como uma “travessia” que percorreu por longos anos para surgirem as influências socioculturais. Hoje, os variados interesses pelos recursos naturais tem influenciado não apenas no meio ambiente, mas, também, no meio de vida de comunidades ribeirinhas.

Frente a realidade socioeconômico e ambiental, a cultura tradicional pode estar funcionando como uma estratégia de emancipação especialmente para os produtores familiares de cacau. Logo, é preciso que movimentos de caráter regional continuem se estabelecendo, com base em sua cultura tradicional, para que os cacauicultores sejam mais autônomos frente a sua própria história.

De tal modo, muitas comunidades consideradas tradicionais, como as ribeirinhas, embora sobrevivam dos recursos da natureza, presenciam muitas mudanças como reflexo da globalização, as quais de certa forma tem afetado o processo de produção, como a cacauicultura. Então, as práticas e os saberes dos produtores de cacau, de comunidades ribeirinhas, que vivem em sintonia com a floresta, podem ter sofrido influências ao longo da história.

Com efeito, diante do que se apresenta, surge a inquietação formulando o problema da pesquisa: Como se constituem os saberes dos produtores de cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins?

A inquietação exposta direcionou a pesquisa intitulada “A Travessia dos Saberes Tradicionais Amazônicos: Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins”, tendo como objeto de estudo o cacau de várzea, cujo título inicia com uma metáfora, com a denominação “travessia”, a qual vem ancorada como um marco muito significativo, de valorização histórica, proveniente da formação da pesquisadora, elemento esse que contribuiu como projeção deste trabalho.

Tal expectativa, remete às comunidades que se encontram às margens dos rios, no contexto de idas e vindas no movimento das águas, na perspectiva de imaginar a trajetória de vida dos povos que vivem da cultura do cacau de várzea. Além disso, vislumbra, também, os tempos coloniais em que as navegações chegavam a Amazônia com os colonizadores para o processo de ocupação e exploração do território, por meio das “drogas do sertão” (dentre estas o cacau).

Considera-se com isso, que o processo de ocupação territorial no Baixo Tocantins, o qual ocorreu pelas margens do rio Tocantins, de seus afluentes e de suas várzeas e ilhas, a partir do processo colonizador português, deixou marcas culturais, históricas e simbólicas, até os dias atuais, cujas referências sinalizam como identidade para quem habita por esses territórios.

Diante deste ponto de vista é pertinente considerar que o historiador traz em seu bojo uma conjectura de uma formação do processo histórico; de tal modo, a leitura através de Chalhoub (1990), contribuiu na trajetória da pesquisa. Assim, embora este trabalho tenha

uma visão histórica e modo de escrita peculiar, proveniente da formação da pesquisadora, sua interface com o referencial teórico se insere de forma multidisciplinar, amparada por análises de autores de várias Ciências. Logo, o referencial teórico selecionado norteou para demarcar a produção deste estudo, contagiando o estilo da escrita, bem como o despertar com o olhar mais atento, pensar e imaginar a trajetória sobre os saberes tradicionais, buscando como objeto de estudo o cacau de várzea, que constitui esta pesquisa.

Nesse sentido, falar sobre os “saberes tradicionais” relaciona-se a consciência do funcionamento das populações descritas como tradicionais, a partir das suas próprias práticas, e que tem grande importância na conservação do meio natural. Assim, o saber tradicional, na perspectiva deste trabalho, está além do convívio dos produtores familiares, envolve, ainda, a relação desses com o meio natural e até mesmo com a troca de conhecimentos pelas interfaces de saberes, podendo ser caracterizada como um processo social em desenvolvimento. Neste propósito, foram oportunas as contribuições de Lévi-Strauss (1982), assim como Moraes (2016) e Diegues (2000) para direcionar na compreensão dos saberes. Porém, no desdobramento dessa trajetória outros autores surgiram como suporte.

Considerando os elementos apresentados para alcançar o desenvolvimento deste estudo, adotou-se como objetivo geral pesquisar como os saberes dos produtores de cacau de várzea se constituem, no Território do Baixo Tocantins.

Aliado ao objetivo geral estão relacionados três objetivos específicos, a saber:

1. Apresentar os saberes tradicionais dos produtores de cacau de várzea;
2. Apresentar a evolução histórica dos sistemas de produção cacaujeira;
3. Identificar como se constituem as inovações sociotécnicas, como perspectiva de desenvolvimento local de forma sustentável, levando em consideração a dinâmica de produção do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins.

Os conhecimentos sejam os empíricos ou profissionais acadêmicos foram considerados de grande relevância, pois, possibilitaram a visualização do mundo em sua totalidade. No entanto, é importante ressaltar segundo Lévi-Strauss, que “os conhecimentos empíricos antecedem os conhecimentos científicos”, mas, é possível dizer que ao mesmo tempo se inter-relacionam, numa dialética entre o velho e o novo, entre o tradicional e o moderno, acompanhando as modificações e a modernização da sociedade.

Os conhecimentos, as vivências e todos os aprendizados adquiridos através dos professores, durante a formação no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), na Universidade Federal do Pará (UFPA), foram imprescindíveis, pois deram o embasamento necessário para o norteamento e o desenvolvimento das pesquisas de campo, para a realização das entrevistas com os produtores de cacau, assim como contribuíram de modo geral, oportunizando uma visão mais abrangente, de forma interdisciplinar, favorecendo para olhares diferenciados e igualmente para uma perspectiva sobre os saberes de produtores de cacau de várzea, divisando o olhar para a Agroecologia e o desenvolvimento local, aliado num contexto sociocultural enquanto balizador das relações entre o ser humano e a natureza, entre cultura e sociedade.

Para tratar de assuntos pertinentes que estão relacionados a este estudo, como agroecologia, leituras alinhadas a autores como: Caporal; Costabeber; Altieri (2000, 2004, 2001) subsidiaram para o entendimento supracitado, visto que a mesma vem se constituindo como um novo paradigma contribuindo para o desenvolvimento local, como ciência integradora que reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores e comunidade tradicionais. Nessa construção, o suporte de outros autores também foi pertinente.

As ideias alicerçadas na análise de Rocha *et al.* (2008), assim como Vasconcellos Sobrinho *et al.* (2016) e Mitschein *et al.* (2013), refletindo sobre o contexto e a concepção de desenvolvimento local, também deram o embasamento teórico neste estudo os quais associam a compreensão de desenvolvimento tendo como reflexo, no atual contexto da globalização, a questão socioeconômica num ponto de vista que envolve a interação dialética do âmbito que vai do local (endógeno) ao global (exógeno), considerando que o processo de desenvolvimento é uma construção que abrange várias teias: o econômico, o social, o cultural, o ambiental, inseridos num contexto global.

No âmbito acadêmico, relacionado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, o tema relacionado ao cacau no Estado do Pará foi abordado nas pesquisas de José Raul Guimarães (2011), Andréa de Melo Valente (2012) e Hyngra Nunes (2019). Na dissertação de Raul Guimarães foi abordado sobre a importância da cultura do cacau para o desenvolvimento na Região Transamazônica com base na análise de dados do município de Uruará. Com relação a dissertação de Andréa Valente identificou

as potencialidades para registro de identificação geográfica para o cultivo do cacau no município de Medicilândia. No que tange a dissertação de Hyngra Nunes o objeto de investigação buscou colher informações que permitisse avaliar as possibilidades de associarmos a cadeia produtiva “do cacau ao chocolate” à atividade do turismo e como a interação entre elas configura alternativa capaz de contribuir para o desenvolvimento local na região da Transamazônica. Desse modo, identificou-se nestes três estudos que retrataram a respeito da importância da produção cacauífera na região Transamazônica e a necessidade de valorização do produto e do produtor local enquanto ator fundamental na cadeia do cacau, assim como interação ao turismo como alternativa ao desenvolvimento local. Então, visualiza-se que tais estudos não trouxeram como tema a relevância sobre os saberes do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins.

Sendo assim, esta pesquisa buscou mostrar não apenas a valorização dos saberes intergeracionais, como forma de preservação dos conhecimentos dos ribeirinhos com o cultivo do cacau de várzea, mas, também, proporcionou significativa pertinência social e valiosa experiência aos cacauicultores, ao passo que buscou alternativa eficaz e sustentável para processo de produção, com o aproveitamento da casca do cacau, como meio de produção de adubo orgânico e conseqüentemente evitar impactos ambientais. Tal necessidade, foi visualizada, em pesquisa de campo, quando se percebeu a quantidade de resíduos do cacau descartado na natureza.

O problema do descarte da casca do cacau na natureza, conforme se observa nas imagens 34 e 35 (pág. 102), apresentadas no capítulo 3, denominado de “Travessia III”, e sinalizado pelo morador da fazenda Tocantins, senhor Humberto, no momento das entrevistas, trouxe enorme preocupação com a questão dos impactos ambientais, considerando a possibilidade de poluição do rio, a contaminação do solo e a proliferação de doenças, fato esse que levou a buscar direcionamento nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Através da troca de saberes foi oportunizada a produção de adubo orgânico, viabilizando o aproveitamento da casca do cacau, assim como do caroço de açaí, contribuindo de forma sustentável para o desenvolvimento local. Tal empreendimento proporcionou uma ficha e uma cartilha agroecológica, cujos produtos se consolidaram provenientes da demanda social, os quais contribuem como guias aos cacauicultores. Necessidade essa, registrada também, pelo presidente da Associação dos Produtores de Cacau e Chocolate do Estado do Pará (ASCAU), o cacauicultor senhor Amadeu Braga.

Diante de tal trajetória se consolida, portanto, a construção desta dissertação, a qual está estruturada em três capítulos configurados como “Travessia”, ademais desta introdução e da conclusão.

Na Travessia I, denominada “Trafegando no Repertório de Saberes”, é responsável pela compreensão sobre os “saberes tradicionais” e “saberes ribeirinhos”, aliado a esse contexto estão contidas as histórias e as memórias, como forma de apresentar os saberes tradicionais dos produtores de cacau de várzea, ressaltando a respeito das pessoas, dos lugares, das formas de pensamento e de se relacionarem com o mundo que os cercam, através de uma construção coletiva, compreendido dentro de uma determinada situação cultural; somando-se a isso, estão contidos os saberes, a forma sobrevivência e as regras sociais intimamente relacionados a história da própria comunidade e do meio em que vivem. Por conseguinte, são apresentadas as bases das interpretações que envolvem as figuras relacionadas ao espaço da pesquisa, bem como os sujeitos sociais das comunidades, os quais podem ser denominados como os “descritores espaciais”, os quais apresentam um repertório de histórias, memórias, cultura, cotidiano e saberes, típico de moradores de comunidades ribeirinhas.

Na Travessia II, caracterizada como “A Trajetória Histórica do Cacau: Das Civilizações Pré-Colombianas ao Território do Baixo Tocantins”, é apresentada a evolução histórica do cacau, da origem e disseminação do cacau, cujo recorte histórico direciona sobre: o cacau na Amazônia, no Brasil, no Pará e no Território do Baixo Tocantins, com destaque para o cacau das várzea nos municípios de Mocajuba e Cametá.

Na Travessia III, é tratado sobre “O cacau das várzeas do Território do Baixo Tocantins: um olhar sobre inovação sociotécnica e desenvolvimento local”, onde é identificado como se constituem as inovações sociotécnicas, como perspectiva de desenvolvimento local de forma sustentável, levando em consideração a dinâmica de exploração e produção do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins. Tal perspectiva apresenta de forma articulada o produto desta pesquisa, fruto da demanda social, evidenciando a resposta ao problema apresentado neste estudo. Nesse contexto, é ressaltado sobre a importância agroecológica, como importante aliada aos saberes tradicionais, compreendendo com isso que os alicerces de iniciativas individuais ou coletivas de produtores rurais de base econômica familiar podem ser considerados como uma estratégia para o processo de endogenia.

Nas considerações finais são apresentadas a importância da relação de saberes sem perder de vista o valor do saber local, os desafios na dinâmica de produção do cacau de várzea, a perspectiva de atividade agroecológica em tempo de pandemia, assim como as contribuições que este estudo sinalizou, através do saberes, como alternativa de desenvolvimento local, de forma sustentável, no Território do Baixo Tocantins.

1.1. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, para responder à problemática deste estudo (fase de suma importância de levantamento para a definição do marco teórico), seguiu a linha de pesquisa do tipo qualitativa, a qual permitiu obter conhecimento mais aprofundado de um fenômeno específico, uma vez que envolve descrição, comparação e interpretação de documentos e informações; além disso, esse delineamento “privilegia o vivido dos sujeitos sociais” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, P. 131), mas, não se reduz a uma descrição minuciosa, uma vez que esse delineamento permitiu combinar várias técnicas de coleta e interpretação de dados, tendo em vista o enfoque do problema proposto, interpretando o fenômeno investigado, assim como permitiu decodificar os sujeitos, suas práticas, saberes e testemunhos.

A abordagem seguiu, também, um direcionamento do tipo descritiva e exploratória. Descritiva, pois a pesquisa além de descrever os fenômenos, estabelece relações entre as variáveis, sendo, portanto, indicada para orientar a forma de coleta de dados. Com relação à pesquisa exploratória, tem a desígnio de aprimorar ideias, tendo em vista a formulação de problemas e hipóteses para composição do estudo (DENCKER, 1998). Assim, estes direcionamentos de pesquisas permitiram aprofundar o conhecimento sobre a realidade, pois visam identificar as experiências e comparar fatos similares.

Aliada a descrição da pesquisa exploratória, a modalidade deste estudo, constituiu-se de levantamento bibliográfico, onde foi utilizada revisão bibliográfica baseada em consulta a livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses, sobre saberes tradicionais, territorialidade, desenvolvimento local, cacau de várzea, agroecologia, bem como textos sobre a formação histórica do Baixo Tocantins e dos municípios de Cametá e Mocajuba, uma vez que as fontes escritas deram suporte inicial e durante o desenvolvimento deste trabalho, favorecendo para inferências e conclusões. Além disso, foram realizadas análises em bancos de dados de órgãos governamentais como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

(CEPLAC), como forma de buscar referências sobre o cacau no Pará e no Território do Baixo Tocantins.

Posterior a coleta e análise dos dados das pesquisas bibliográficas foi realizada a pesquisa de campo, a fim de aprofundar o conhecimento da área de estudo por meio da observação direta dos fatos e experiências dos grupos locais, conforme técnica adotada por Gil (2002), o qual considera tal orientação como sendo fundamental, pois permite observar os fatos diretamente, sem qualquer intermediação, além de reduzir a subjetividade que permeia na fase de investigação.

No trabalho de campo foram adotados como instrumentos importantes o roteiro de entrevista, o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE), a máquina fotográfica e o gravador. As entrevistas foram direcionadas aos produtores de cacau, apoiada na história oral, como fontes que admitem produzir por meio do discurso, histórias de vidas e depoimentos pessoais, cujas lembranças e anseios entre moradores das comunidades pesquisadas independem de gênero e faixa etária, com o intuito de alcançar como os saberes se constituem.

O roteiro da entrevista se constituiu por meio de um questionário semiestruturado, conforme segue no anexo “B” desta dissertação, o qual foi de fundamental importância, pois permitiu o envolvimento do sujeito em relação ao objeto de pesquisa e, também, uma certa liberdade e flexibilidade nos diálogos; até porque, as entrevistas semiestruturadas, segundo Triviños (1987), apoiam-se em hipóteses e questionamentos de interesse da pesquisa para, em seguida, oferecer um campo mais amplo de interrogativas, frutos das respostas fornecidas pelo entrevistado de forma espontânea, seguindo a linha de seu pensamento e de suas experiências de acordo com do foco principal proporcionado pelo entrevistador.

Na expectativa de dialogar a respeito dos saberes ribeirinhos, o entusiasmo pela história social foi essencial, pois, direcionou caminhos para apreender relatos e saberes dos produtores de cacau, envolvendo histórias e memórias, os quais foram importantíssimos, uma vez que permitiram contextualizar experiências, assim como, apresentar aspectos socioculturais, simbólicos e de referência territorial. Visto que a memória não é apenas um processo de afloramento de lembranças, é um importante testemunho social. Assim, foram necessários categorias e conceitos os quais contribuíram para esse direcionamento, no trabalho com a história oral, tais como: Le Goff (2003); Bosi (1994); Foucault (2000).

Antecedendo o momento de cada entrevista foi explicitado aos participantes, através do instrumento de pesquisa denominado TCLE, conforme consta no anexo “A” desta

dissertação, sobre os objetivos do trabalho, como o mesmo seria conduzido e a sua relevância, como forma de proporcionar segurança aos entrevistados sobre o propósito do trabalho, além disso, foi esclarecido também que os participantes poderiam responder livremente os questionamentos.

A motivação apresentada na interação das entrevistas, caracteriza o interesse pela proposta abordada, e, conseqüentemente a percepção da importância do estudo sobre os saberes tradicionais voltados para o cacau de várzea. Então, as entrevistas semiestruturadas contribuíram de forma significativa, pois, segundo Olsen (2015, p. 43) giram em torno do conceito de estímulos, isto é, a entrevista é organizada previamente com perguntas iniciais e uma lista prévia de estímulos.

A fotografia foi outro instrumento adotado como forma de apreender aspectos relevantes da organização espacial local, a paisagem, a organização e dinâmica da vida das pessoas, enfim, aspectos importantes os quais indicam as formas como se materializam as transformações territoriais. Assim, foi possível considerar que os elementos e expressões da paisagem fotografados constituíram como a base de informação e reflexão para a construção da pesquisa, visto que as imagens permitiram a visualização e a interpretação local, ponderando que o lugar está cheio de afetividades, onde sua própria paisagem se encarrega de narrar a sua história. (BURKE, 2004).

A expectativa dos registros fotográficos expressam não apenas os lugares da pesquisa e os sujeitos sociais (moradores locais), mas, sintetizam através das imagens o contexto que envolve os lugares e a descrição das memórias dos sujeitos sociais, representados através das paisagens, como símbolos; até porque, os símbolos são a dimensão do espaço (o lugar) e dos sujeitos sociais (as memórias do lugar), caracterizados pelas imagens como importantes testemunhos.

O trabalho voltado com fotografias expõe o lugar como o redimensionamento do espaço, o qual está munido de sensações, afeições e referências da experiência vivida ou, conforme referido por Carlos “o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”. (CARLOS, 1996, P.16)

Além disso, os registros fotográficos expressam que os sujeitos sociais compõem a história de um lugar, realçada pela memória como a voz e a imagem dos acontecimentos; pois, como ressalta Le Goff, a memória toma corpo quando ele coloca que “a memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto

formação territorial, a dinâmica social e política local, bem como os saberes dos ribeirinhos das comunidades escolhidas, consideradas como *lóci empíricos*.

A opção pelas realidades de Cametá e Mocajuba (*referências empíricas*), as quais estão localizadas no baixo curso do rio Tocantins, explica-se pelas suas histórias de formação e por apresentarem uma dinâmica econômica e social que se liga ao rio, incluindo o extrativismo do cacau de várzea, dentre outros produtos regionais. Dinâmica essa, que está relacionada desde o processo de ocupação e colonização agrícola através do sistema de *plantation*, onde iniciou o cultivo do cacau, o qual contribuiu para demarcar o empreendimento econômico colonial da região e o domínio da elite com relação a dimensão territorial. Por outro lado, tais lugares estão dotados de memórias e afetividades, onde o presente se configura no tempo de duração do vivido, fazendo remeter àquele lugar como outro lugar, num tempo anterior, pois é onde se constrói a identidade territorial, conforme se pode perceber em pesquisa de campo.

As cidades de Cametá (1620) e Mocajuba (1953), cujo surgimento emana ainda no século XVII, são visualizadas pela trajetória histórica, pela correnteza do rio e, também, pela expansão das estradas onde relativizam o processo de ocupação e de desenvolvimento local, definindo a vida econômica, social e cultural. Considerando, também, que o cultivo do cacau de várzea na região tem favorecido de forma considerável para a sobrevivência de múltiplos atores que vivem na cidade, mas, principalmente, daqueles que vivem em vilas e povoados à beira do rio, os chamados “ribeirinhos”.

O estudo centrado em área de várzea se constitui em razão de ser um ecossistema rico e distinto no que se refere à biodiversidade e diversidade dos recursos naturais. Embora a abundância de recursos florestais, minerais e hídricos presentes nas regiões que constituem a Amazônia seja alvo dos mais diferentes interesses e disputas em variadas dimensões: econômicas, sociais, políticas e ambientais.

No caminho metodológico, todas as informações coletadas, assim como as orientações provenientes dos referenciais teóricos apreendidos através do PPGEDAM, foram pertinentes, assim como outros subsídios surgiram no decorrer deste trabalho, contribuindo para a pesquisa de campo e análises. Todavia, a partir dos pressupostos teóricos, foi possível vestir-se da roupagem de historiadora e investigadora, visto que a formação basilar da autora é história, mas, com o seu desenvolvimento acadêmico, atesta a importância deste estudo com o olhar interdisciplinar, de forma capaz de aproximar-se da realidade do objeto de pesquisa que se constituiu a partir de sujeitos sociais, dotados de conhecimentos e saberes

intergeracionais e, também, os socialmente constituídos, assim como os saberes de interfaces; cujos sujeitos, se formam como construtores da realidade em que vivem.

Para tanto, foi necessária a aproximação do pesquisador e pesquisado, para a realização do trabalho com a história oral, desencadeando nessa ‘travessia dos saberes’ um deslumbramento que se ampliou além dos saberes científicos, do conhecimento acadêmico, mas, que visou a relação com meio ambiente arraigado de saberes e referências territoriais.

As entrevistas tiveram início no dia 13 de agosto de 2019, na CEPLAC, com o apoio de José Raul Guimarães e Dr. Paulo Júlio, os quais fizeram o primeiro contato com o cacauicultor senhor Amadeu Braga, cujas propriedades encontram-se no Território do Baixo Tocantins, entre Mocajuba e Cametá. Assim, a partir desse momento, foi possível ter o diálogo inicial, como se observa nas imagens abaixo (ver imagens nº 1), podendo contar também com a participação da Dra. Maria Trindade, bióloga, pesquisadora sobre o cacau de várzea e esposa do cacauicultor Amadeu. Este momento na CEPLAC foi considerado como um “ponta pé” às pesquisas de campo, visto que nessa fase a autora deste trabalho não poderia viajar para realizar a pesquisa em *lócus*, por motivo de saúde. Mas, essa oportunidade foi muito propícia, pois os entrevistados se mostraram bem receptivos e responderam com tranquilidade a todas as questões, com valiosas contribuições pertinentes ao estudo, inclusive se mostraram muito interessados em apoiar a realização da pesquisa nas propriedades de cacau, no Território do Baixo Tocantins.

Imagens 1- Entrevista com o cacauicultor Amadeu Braga e Trindade.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 13 de agosto de 2019.

A pesquisa de campo, no Território do Baixo Tocantins, ocorreu em três momentos, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2020 e 15 em julho de 2020, cujas atividades tiveram etapas distintas. No primeiro dia (16 de janeiro de 2020), relacionou-se a reunião da Associação dos Produtores de Cacau e Chocolate do Estado do Pará - ASCAU, ocorrida na Câmara Municipal de Mocajuba, onde a ocasião viabilizou o conhecimento de alguns cacauicultores da região. A finalidade da reunião visou a divulgação da nova diretoria da ASCAU, contando com o apoio e a colaboração da CEPLAC e da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA) para a mobilização de cacauicultores e representantes locais. A oportunidade de ter participado da reunião aconteceu com o convite formalizado pelo próprio presidente da Associação – senhor Amadeu Braga, à autora deste trabalho, o qual pediu que fosse apresentado um recorte da contextualização histórica da trajetória do cacau no Território do Baixo Tocantins, assim como foi oportuno ressaltar o objetivo e a importância deste trabalho (ver imagens nº 2). Posteriormente, foi possível a visita às ilhas, em Cametá e em Mocajuba.

Imagens 2 - Reunião da ASCAU, na Câmara Municipal de Mocajuba.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 16 de janeiro de 2020.

No dia 17 de janeiro de 2020, foi possível a visita à Fazenda Tocantins, na comunidade de Santaninha, em Cametá, assim como ao Sítio Samuhuma, na comunidade de Vista Alegre, na ilha da Conceição, em Mocajuba, a fim de concretizar a realização do trabalho de campo

com as entrevistas, conforme se observa nas imagens de nº 3 e 4, momento esse em que se pode perceber a riqueza de saberes, entre histórias, memórias e a cultura ribeirinha.

Imagens 3 - Entrevistas na **Fazenda Tocantins**, na comunidade Santaninha, em **Cametá**.

Entrevista com o cacauicultor, senhor **Amadeu Braga**.



Entrevista com o senhor **Humberto** e dona **Juliana**.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 17 de janeiro de 2020.

Imagens 4 - Entrevistas no **Sítio Samuhuma**, na comunidade Vista Alegre, na ilha Conceição, em **Mocajuba**.

Entrevista com o senhor **Benedito Maia (B. Maia)**.



Sítio Samuhuma, em Mocajuba.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 17 de janeiro de 2020.

No dia 15 em julho de 2020, aconteceu a terceira etapa da atividade em campo, com a realização de uma oficina para a produção do adubo orgânico, como contribuição aos produtores de cacau, atendendo uma demanda social apresentada por senhor Humberto no primeiro momento da visita de campo, a qual visou o aproveitamento da casca do cacau, amenizando os impactos ambientais e ao mesmo tempo proporcionando um olhar de sustentabilidade ambiental.

A oficina foi realizada na fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, em Cametá. Nesse período, estava ocorrendo de forma intensa a pandemia do Coronavírus, onde no Brasil já contabilizavam milhões de infectados e mortes, fato esse que trouxe enorme preocupação e se tornou um grande desafio para a atividade em campo, visto que foi necessário o deslocamento da capital (Belém) para o interior do Estado (Mocajuba e Cametá). Portanto, foram imprescindíveis os cuidados redobrados, com medidas de prevenção, como o uso de máscaras, do álcool em gel, de luvas, assim como um número reduzido de pessoas, a fim de evitar aglomerações e contaminações, pois no interior do Baixo Tocantins também apresentava um índice considerável de infectados de pequenos produtores rurais (PPRs), abrangendo os agricultores familiares ribeirinhos, inclusive os próprios moradores da fazenda ressaltaram que já haviam contraído o vírus de forma moderada e por isso se manifestaram tranquilos e receptivos para participarem da atividade sobre compostagem.

A realização da oficina iniciou com um esclarecimento, direcionado apenas ao senhor Humberto (trabalhador e gerente da fazenda), dona Juliana (esposa do senhor Humberto) e o senhor Amadeu Braga (cacaucultor), sobre a importância do aproveitamento da casaca do cacau, a fim de diminuir a contaminação do solo e da água dos rios, contribuindo de forma significativa para a cacauicultura, assim como foi orientado sobre os passos para a realização da produção do adubo orgânico; momento esse, em que foi entregue a ficha agroecológica (ver imagens nº 5).

Imagens 5 – Momento de esclarecimentos e da entrega da ficha agroecológica



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 15 em julho de 2020.

Posterior ao diálogo, iniciaram as etapas da compostagem, onde contou-se apenas com a participação do trabalhador e gerente da fazenda (senhor Humberto) e a colaboração da pesquisadora sobre compostagem orgânica (Waldilene Garcia). Nessa fase foi importante

escolher um local preferencialmente plano para montar a composteira e de fácil acesso para a carga e descarga do material, próximo a uma fonte de água para as irrigações periódicas do composto. Utilizou-se como ferramentas enxada e ancinho para limpar a área onde foi montada a composteira, assim como luvas para evitar contaminações.

Para a organização da composteira foi necessário pedaços de madeiras para cercar a área, formando uma caixa, a fim de fazer o armazenamento do composto. Na realização da compostagem utilizou-se cascas de cacau, caroço do açaí e folhas secas. Afim de alcançar um melhor resultado do produto foi necessário escolher o material (casca de cacau e caroço de açaí) preferencialmente em estágio de decomposição e quebrá-los em pedaços bem pequenos.

O procedimento da compostagem foi realizado por camadas de material orgânico com sequência de 30 cm, cujo empilhamento foi organizado primeiramente com folhas secas, depois caroço de açaí, seguindo de folhas secas, posteriormente casca de cacau e por último folhas secas, cobrindo com uma lona, conforme se observa nas etapas das imagens nº 6.

Imagens 6 - Etapas da produção do adubo orgânico, da casaca do cacau de várzea.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 15 em julho de 2020.

A pandemia do Coronavírus chamou atenção sobre a importância da natureza sistêmica do mundo ribeirinho relacionada a saúde humana, animal e ecológica, permitindo repensar as formas com que o homem se relaciona com a natureza, o modo de produção com alternativas eficazes e sustentáveis, visto que o tempo em que se vive de pandemia exige não apenas uma solução à crise atual, mas, sobretudo, práticas sustentáveis. Portanto, a produção do adubo orgânico, em tempo de pandemia do coronavírus, representou uma poderosa alternativa agroecologia para amenizar os impactos ambientais e ajudar a explorar os

vínculos entre agricultura e saúde, demonstrando que a maneira como a agricultura é praticada pode ou não promover saúde e bem-estar social (Altieri e Nicholls, 2020).

Nessa maravilhosa travessia, para o conhecimento dos saberes sobre o cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins, foi possível contar com imperiosas parcerias (ver imagens nº 7), como Paulo Cezar Alves e o senhor Amadeu Braga, os quais se disponibilizaram a participar dessa trajetória com apoio incondicional. A parceria da colega de mestrado e amiga Waldilene Garcia também foi de suma relevância, a qual partilhou experiência e saberes sobre a compostagem orgânica para a produção do adubo da casca do cacau de várzea. Tais apoios somaram de forma muito significativa, até mesmo, como estímulo, para a concretização da pesquisa de campo.

Imagens 7- Parcerias na pesquisa de campo



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, em 15 em julho de 2020.

As experiências em campo, as questões abordadas em entrevista, as observações, foram fatores importantíssimos para análise da percepção dos saberes dos atores quanto aos possíveis caminhos para o desenvolvimento local, cuja trajetória possibilitou alcançar o objetivo principal deste estudo, realçada entre os saberes e fazeres peculiares dos produtores familiares de cacau. Assim, conclui-se que isso foi possível porque tanto o ouvinte ou observador que esteve desenvolvendo a interpretação foi influenciado por suas experiências ou observações. Portanto, considera-se, segundo Olsen (2015), que aquilo que vemos e observamos está relacionado ao que percebemos ou interpretamos. Sendo assim, os métodos e técnicas propostos nas atividades de campo, foram oportunos e favoráveis nas visitas realizadas tanto na fazenda Tocantins, na comunidade de Santaninha, em Cametá, quanto no Sítio Samuhuma, na comunidade Vista Alegre, na ilha Conceição, em Mocajuba.

Então, diante do que se apresenta, este trabalho convida para ‘trafegar’ na pesquisa realizada sobre “A Travessia dos Saberes Tradicionais Amazônicos: Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins.”

TRAVESSIA I

2. TRAFEGANDO NO REPERTÓRIO DE SABERES

Imagem 8- Travessia nas águas do rio Tocantins



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 17 de janeiro de 2020.

Um cursor singrando essas águas feito lápis riscando espelho gigante. Um barco afiado rasgando as anáguas nessa seda esmeralda em verde diamante. (REIS, 2007, p. 17. In: Miguelangelo, poeta paraense).

2.1. Navegando pelos saberes tradicionais

Discorrer a respeito do termo “saber”, pode-se dizer que é algo complexo, visto que apresentam algumas definições e classificações que o relaciona. Assim, Stroobants (1997) realça que saberes ou conhecimentos podem ser traduzidos em fatos e regras; já o termo saber-fazer, o qual está relacionado à esfera dos procedimentos empíricos, como as receitas e os conhecimentos tácitos do ofício, desenvolvem-se na prática quotidiana como uma profissão ou ocupação.

Charlot (2000) ressalta a distinção existente entre “informação”, “conhecimento” e “saber”. Para o autor, a informação é como algo exterior ao sujeito, o qual armazenará ou não as informações, ou melhor, é algo que está relacionado ao campo da objetividade. Já o conhecimento, é caracterizado como resultado de uma experiência pessoal, a qual envolve a afetividade e a cognição, localizando-se no campo da subjetividade. Quanto ao saber, é considerado o resultado da informação adicionado ao conhecimento, compreendendo-se desse modo, como algo produzido pelo próprio sujeito, mas que só se processará quando se tornar algo comunicável a outros sujeitos, sendo assim, o saber está relacionado com a concepção de vida, sociedade e relações humanas.

A ideia de saberes tradicionais, segundo Santilli (2005), vem arraigada na concepção de populações consideradas tradicionais, as quais são assim compreendidas a partir da interface entre biodiversidade e sociodiversidade, pela relação de relativa simbiose com a natureza e organização social, onde utilizam conhecimentos, inovações e práticas transmitidos pela tradição.

Por outro lado, é possível compreender a concepção de saberes tradicionais, em conformidade com Moraes (2016), a partir da ótica que integra dimensões ambientais e territoriais, como um conceito híbrido, onde estão relacionados grupos populacionais que carregam consigo práticas e conhecimentos adquiridos em seus territórios de origem, onde se reproduzem de forma econômica e sociocultural nas comunidades em que vivem. Assim, compõem-se como uma porta de acesso às mais variadas informações, seja no âmbito alimentar até as formas de produção dos elementos extraídos da natureza. Nesse sentido, é imperativo valorizá-los, pois representam um caminho para o desenvolvimento local.

É possível considerar que falar de conhecimentos ou saberes tradicionais envolve várias concepções, os quais estão arrolados num conjunto considerável de conhecimentos e práticas sobre o ecossistema e a biodiversidade, construídos ao longo de gerações, por

populações tradicionais. Assim, é importante frisar que o contexto desse conhecimento ou saberes está relacionado ao ambiente local, em todos os seus aspectos, sejam culturais, sociais, econômicos e físicos.

Apreende-se, então, como saberes tradicionais, um entendimento que envolve uma certa complexidade, tendo em vista as relações sociais que se estabelecem e a relação com a biodiversidade. Com isso, trazem seu diferencial, considerando que os saberes estão relacionados com determinado(s) ambiente(s), seja em uma dada sociedade, podendo acender na transmissão de conhecimentos empíricos, os quais reproduzem-se como uma reconstrução mental de aprendizados, a partir dos estímulos das práticas cotidianas estabelecidas nas construções sociais.

De certo modo, segundo Moraes (2016), um conhecimento alinhado aos elementos que envolvem a natureza, como águas, animais, astros e ventos, contribui para que os saberes da tradição tenham a mesma eficiência que o conhecimento científico. Tal lógica leva crer, conforme realçado por Lévi-Strauss (1982), que os povos considerados tradicionais, como os ribeirinhos, são movidos pelas necessidades de se manterem ao menos em nível de subsistência, numa dialética entre natureza e sociedade.

Dessa forma e tendo em vista a lógica de Diegues (2000), é possível dizer que as comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, relacionam-se com o território o qual expressam o seu amplo conhecimento a respeito do mundo. Uma vez que essas populações criam uma estreita relação com o seu ambiente local, permitindo estabelecer o conhecimento, a prática e o envolvimento, com a finalidade de transmitir os saberes.

É importante ressaltar, que o ribeirinho é um ser imbuído dos saberes da tradição, o qual lhe permite viver e sobreviver em seu grupo social, onde este é portador de conhecimentos e saberes específicos, os quais são construídos principalmente na ação, no cotidiano, com rotinas de atividades inerente de sua localidade.

Dessa forma, observa-se que as populações tradicionais, como as ribeirinhas, tem seu ritmo e movimento próprios de conduzirem as interações entre o homem e a natureza, movimentos esses que possuem como limite necessário a compreensão dos “*saberes fazeres*”, como categoria de conhecimentos apreendidos de modo oral e por meio de experiências, sem uma técnica reconhecida, numa construção que não se prende ao conhecimento científico.

Nessa lógica, Lévi-Strauss (1982) aponta a aptidão dos primitivos ao pensamento abstrato, verificando que estes possuíam todas as palavras necessárias a um inventário

minucioso das espécies e de variedades e, ainda, evocando a habilidade de tais povos tradicionais em identificar e identificar-se com os elementos do bioma.

Diante do que se apreende, é possível abreviar a travessia dos saberes, sintetizando a concepção de saberes tradicionais, essencialmente como um conhecimento oral com forte conteúdo tácito, simultâneo, analógico e que envolve as experiências, visto que todo conhecimento ou saber tem uma dimensão importante que abrange as habilidades, as crenças implícitas e a interação humana, constituídos em comunidade local e passado de uma geração a outra, conforme se apreende a respeito dos saberes ribeirinhos, visto que estes constroem seus conhecimentos na relação com o cotidiano.

2.2 Margeando os saberes ribeirinhos

Falar dos saberes ribeirinhos implica sobretudo falar de pessoas, de lugares, de formas de pensamento e de se relacionar com o mundo que o cerca, através de uma construção coletiva, compreendida dentro de uma determinada situação cultural, alocada num certo espaço e numa determinada época. Tal percepção leva a apreender o que considera Charlot (2000, p. 59) “[...] nascer é ingressar num mundo no qual estar-se-á submetido à obrigação do aprender. Ninguém escapa dessa obrigação, pois o sujeito só pode ‘tornar-se’, apropriando-se do mundo.” Essa compreensão remete ao entendimento de que o ser humano necessita da interação social como caminho para adquirir um saber.

Desse modo, é possível considerar que os habitantes de comunidades ribeirinhas estão implicados tanto nas relações do saber quanto nas relações do aprender, visto que os saberes os quais eles constroem, bem como a forma de aprender a sobrevivência e as regras sociais, estão intimamente relacionados à história da própria comunidade. Assim, Charlot nos faz refletir na condição de singularidade dos seres humanos:

[...] A relação com o saber é relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com ou outros [...] o mundo é dado ao homem somente através do que ele percebe, imagina, pensa desse mundo, através do que ele deseja, do que ele sente: o mundo se oferece a ele como um conjunto de significados, partilhados com outros homens. [...] a relação com o saber implica uma atividade do sujeito [...] o termo relação indica melhor que o sujeito se relaciona com algo que lhe é externo. (CHARLOT, 2000, p. 78).

Sendo assim, entende-se que o ribeirinho é um ser que aprende a fazer, fazendo, na relação com a natureza e guiado pela sabedoria construída na prática, ao longo do seu cotidiano (TOLEDO, 2015). Portanto, o ribeirinho é um ser imbuído dos saberes da tradição,

cuja sabedoria é como uma crença partilhada que produz conhecimento por meio do reconhecimento da repetição, o que não implica necessariamente da instrução escolar e do saber científico, mas, sobretudo, de um saber popular, o qual lhe permite viver e sobreviver no seu grupo social; grupo esse, que traz suas particularidades de conhecimentos e saberes, os quais são construídos na ação cotidiana (TOLEDO, 2015).

No contexto que envolve a Amazônia paraense é relevante considerar que o ribeirinho possui costumes e uma rotina margeada pelas águas dos rios, furos, igarapés, florestas, várzeas, enfim, vive cercado por ilhas, onde muitas vezes convive com campos alagados, cuja realidade está relacionada a especificidade ambiental e social.

Diante desse olhar, vale destacar que o ribeirinho possui uma estreita comunicação com a natureza que envolve desde o contato com as águas, onde a pequena canoa serve como instrumento fundamental para o seu trajeto nos rios, até a relação direta com as matas. Esse jeito peculiar de se relacionar com a natureza e os modos próprios de habitar na Amazônia paraense integram um ecossistema estuarino considerado como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na Região Costeira - Região Norte, colocada na categoria de área de extrema importância biológica.

O ritmo próprio desses sujeitos sociais e essa imbricação existente entre águas, rios e mares, bem como terra e as matas, segundo Diegues (2000), é representativo de práticas sociais e simbólicas, é expressão de um diálogo de sobrevivência, como de comunidades pescadoras, que remete o olhar não apenas da sobrevivência, mas, do mítico e do sobrenatural. Entende-se, então, que a água é considerada um elemento da natureza de extrema importância para o ribeirinho, pois, de acordo com Cunha (2000, p. 18-24), “é o lugar de passagem ou travessia, é o ponto de navegação, de deslocamento de um continente ao outro”, digo, de um rio a outro, “de contato corpóreo quando se toca nas águas, mergulha-se em sonhos, purifica-se o corpo e a alma”, ou simplesmente se vive o lazer.

Essa relação com as águas e as matas traz o significado fundado nos *saberes e fazeres* do ribeirinho, demonstrando o seu modo de vida, onde o tempo vem marcado pela natureza, dirigindo a vida ribeirinha. Além disso, essa relação com a natureza expressa o trabalho que as comunidades ribeirinhas tem por base, com o fim de comercialização do que produzem, mas, principalmente para a sobrevivência, levando em consideração os seus saberes no modo como desempenham suas atividades.

Na verdade, as populações ribeirinhas da Amazônia, segundo Lima (2015), possui um ritmo e modo de vida muito particular, estabelecido através do seu cotidiano, que estão

ligados às suas relações sociais, ao modo de trabalho, às atividades cotidianas e às suas referências estabelecidas enquanto territorialidades, bem como as suas estratégias de sobrevivência, como forma de garantir a sua existência. Nessa dinâmica peculiar do ribeirão, Lima sustenta ainda que:

No desenvolvimento de sua sobrevivência, o homem amazônico aperfeiçoou técnicas e instrumentos para melhor aproveitar os recursos naturais. Aliado a isso, também produziu saberes empíricos, observando a dinâmica natural, para superar as adversidades da vida cotidiana, como o desenvolvimento de remédios produzidos a partir de ervas colhidas na floresta. Aprendeu a observar o tempo de maturação dos recursos, a dinâmica dos rios, seus ciclos de enchentes e vazantes, construindo pequenas embarcações para se deslocarem, melhor aproveitar os recursos pesqueiros e também transportar os recursos florestais de lugares mais distantes aos de moradia (LIMA, 2015, p. 41).

Nesse contexto, segundo Diegues (1998), é possível dizer que o ribeirão é um sujeito que constrói o seu espaço no cotidiano, seja na relação com as águas e/ou com as matas, situando-a enquanto território por constituir esse espaço com identidades e valores, denominando-se de identidade local, baseado ao seu modo particular de vida. Corroborando com essa afirmação e considerando a intensa relação dos ribeirinhos com a natureza e a sua prática de trabalho é imprescindível reconhecer que através de seus saberes acabam contribuindo para o desenvolvimento de seus territórios, através das suas relações sociais.

Na verdade, a ideia que se atenta sobre a questão do desenvolvimento, sob a ótica das comunidades ribeirinhas, deve ser pensada como meio de expandir as possibilidades do *ser* e *fazer* do indivíduo, como forma de remover os obstáculos, a fim de dar oportunidade a qualidade de vida.

Nesse sentido, refletir sobre o desenvolvimento local, conforme apreendido por Froehlich (1998), deve ser pensado numa perspectiva além do espaço físico, pois engloba também o tempo e as relações sociais, assim como, o *ethos* de produção, o econômico, a infraestrutura, o cooperativismo e o equilíbrio nas relações com o meio ambiente, permitindo o bem estar social. Portanto, a concepção de desenvolvimento local deve ser pensada também como elemento alicerçado na participação da sociedade.

Desse modo, é importante atentar para as condições ambientais existentes, as quais nem sempre favorecem para o desenvolvimento local, assim, o cooperativismo e a formação de redes sociais, bem como a estruturação de políticas públicas adequadas, contribuem para o estímulo ao desenvolvimento local.

Então, é possível dizer que ao falar do saber ribeirinho é preciso pensar na sua organização social, no modo de vida, a forma de se relacionar com os ecossistemas e seus recursos, assim como o seu legado social e histórico, fatores esses que demarcam e caracterizam territórios e identidades gerados a partir dos saberes, como se pode perceber ao percorrer pelas águas do Baixo Tocantins.

2.3 Percorrendo pelas águas do Baixo Tocantins, de Mocajuba a Cametá e Cametá a Mocajuba: entre histórias, memórias e saberes ribeirinhas

Segundo registros históricos, Mocajuba formou-se no rio ou furo Tauaré e já passou por diversas denominações como: Maxi, Freguesia de Mocajuba, Vila de Mocajuba e finalmente Mocajuba. Sua fundação data no ano de 1895, porém, sua história remonta os anos de 1853 quando a Assembleia Legislativa Provinciana, considerando a exigência do povoado de nome Maxi, criou a resolução nº 228, de 20 de dezembro do mesmo ano, dando-lhe a categoria de Freguesia. Todavia, o lugar não era propício para o desenvolvimento do povoado. Sendo assim, os habitantes do Maxi foram então se deslocando para uma antiga propriedade do Sr. João Machado, um dos incentivadores da mudança, doou suas terras para que servissem de sede para o futuro município (ANDERSON, 2018).

Em 1854, João Machado doou uma propriedade para que ali se instalasse a povoação do Maxi num belíssimo cabo de porção de terra firme da margem direita do Tocantins. Encontramos nos Maxienses as condições para fazer progredir a freguesia que não passava de poucas casas e de uma capela e em 10 de outubro fundou a vila de Mocajuba, o menor território municipal no baixo rio Tocantins. Mais de um século depois, Mocajuba já foi o maior produtor nacional de pimenta-reino e desponta como promissor município do Pará (ANDERSON, 2018).

Registros referentes às leis do município mostra que Mocajuba foi criada inicialmente como Distrito, pela lei provincial nº 228, de 20-12-1853, subordinado ao município de Cametá. Posteriormente, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Mocajuba, pela lei provincial nº 707, de 05-04-1872, desmembrada de Cametá. Somente com a lei estadual nº 8, de 31-10-1935, foi elevado à categoria de município com a denominação de Mocajuba (IBGE, 2018).

Com relação a Cametá, a cidade tem sua origem na aldeia indígena Caamutá-Tapera, dos índios Caamutá. Fundada inicialmente como Vila Viçosa de Santa Cruz de Caamutá, no contexto de ocupação de pontos estratégicos do território amazônico, que se deu a partir da

expulsão dos franceses que haviam fundado a cidade de São Luís, no Maranhão, em 1612. Assim, com o interesse português renovado, a coroa portuguesa autorizou a fundação de vilas e cidades onde quer que fosse necessário para assegurar o controle da circulação no vasto território desconhecido (MIRANDA, 2019).

Segundo Chambouleyron (2005), o ano de 1633 situa que Feliciano Coelho de Carvalho recebeu do Governador do Estado (seu pai) a concessão de “todas as terras de Cameté” para fazer nelas uma Capitania. Então, logo foi organizado, na Vila de Cameté, o sistema de recrutamento de indígenas para as tropas. Para Chambouleyron (2005), a capitania de Cameté constituiu uma constante fonte de problemas, visto que essas complicações estavam ligadas às dificuldades de povoar a região, à repetida interferência dos moradores do Pará e das autoridades, e ao reconhecimento mesmo de sua doação pelos habitantes do Estado. Sendo assim, o donatário fundou, “em 1649, uma vila, denominada Santa Cruz de Cameté e organizou o deslocamento de mais de 300 colonos para se instalar em suas terras”. (CHAMBOULEYRON, 2005, p. 7).

Miranda (2008) ressalta que a Vila Viçosa de Cameté, como foi também denominada, deixa de ser um aldeamento indígena: “Passou a ter traçado urbano, com ruas e praças bem delimitadas, prédios públicos projetados para abrigar os poderes locais, como a igreja, a Câmara e o presídio” (MIRANDA, 2008, p. 2), ou seja, passou a ser um lugar atrativo para os colonos portugueses mais abastados que viviam no interior. Porém, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará (1755) e do Diretório dos Índios, com a declaração da liberdade dos índios (1758), após a expulsão dos Jesuítas dos domínios portugueses (1759), impulsionaram o processo de urbanização como decisão de maior impacto na Amazônia (MACHADO, 1989), com destaque no Vale do Tocantins colonial.

Contudo, percorrer pelas “águas históricas” do Baixo Tocantins, de Mocajuba a Cameté e vice-versa, possibilitou perceber que prevalece, no território ribeirinho, um universo muito simbólico de ligação com o meio natural entre homem e natureza. Com essa perspectiva, buscou-se avançar em direção a fazenda Tocantins (mais conhecida como fazenda Santaninha), situada na comunidade Santinha, no rio Santana, em Cameté; assim como, em direção ao sítio Samuhuma, localizado na ilha da Conceição, na comunidade Vista Alegre, no rio Santana, em Mocajuba; percurso esse, que permitiu a compreensão sobre os saberes do cacau de várzea. Então, inicia-se a trajetória, atravessando pelas águas do Baixo Tocantins, em meio a paisagem do ecossistema das ilhas, entre rios e floresta, em busca dos

saberes tradicionais do cacau de várzea, na expectativa de encontrar histórias, memórias, saberes e inovações ribeirinhas.

2.3.1 “Velejando nas águas ribeirinhas”: entre paisagens e cultura

A relação que os ribeirinhos constroem com o rio não é, porém, algo dado mutável, mas, uma interrelação historicamente construída. (FRAXE, 2010).

A abordagem “*velejando nas águas ribeirinhas*” está relacionada a oportunidade de visualizar as questões socioculturais de quem vive às margens dos rios, retratando a cultura e o cotidiano, entrelaçados à paisagem natural (rios e floresta), registrados na dinâmica de vida peculiar, configurados com a dinamicidade das águas, que perpassa os contextos e situações reais no território ribeirinho, no Baixo Tocantins, na Amazônia paraense. Assim, esse contexto traz como elemento principal o rio, pela importância que apresenta na relação social com o ribeirinho, incluindo a relação do real e do imaginário advindo ‘das águas’.

Falar da cultura e do cotidiano ribeirinho, interligados às paisagens naturais que forma o seu território, elucida o modo de viver e o estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas, compreendendo como esses saberes se inserem na dinâmica e necessidades dos sujeitos ribeirinhos; pois, segundo Diegues (2000b) aponta, a imbricação existente entre águas, rios e mares são representativos de práticas sociais e simbólicas de comunidades, o que vale dizer que são comunidades ribeirinhas, num diálogo de sobrevivência e vida com esses elementos.

Neste sentido, saber navegar dia a dia entre furos, igarapés e rios, é um saber oriundo da ‘essência viva’ na relação entre os ribeirinhos e as marés sejam elas vazantes, cheias, de lance, de quebra, enfim, são saberes que estão intimamente ligados à realidade vivenciada no cotidiano, portanto, são adquiridos ao longo da prática e do tempo, visto que para navegar com as embarcações é preciso ter o conhecimento, com precisão, do tempo das águas, das fases da lua e sua relação com as águas do rio e até mesmo do mar. Assim, os saberes referentes as águas são dignos e propensos a uma bela reflexão e também admiração, pelo ritmo de vida dos ribeirinhos, como sujeitos que interagem cotidianamente com as águas.

Diante do que se apresenta, vale acrescentar que a analogia “*velejando nas águas ribeirinhas*” remete a refletir que a água “é o lugar de passagem ou travessia, é o ponto de navegação, de deslocamento de um continente ao outro” (CUNHA, 2000, p. 18), “(...) de

contato corpóreo quando se toca nas águas, mergulhasse em sonhos, purifica-se o corpo e a alma” (CUNHA, 2000, p. 24). Assim, a travessia pelas águas dos rios, permite situar o movimento social, econômico e cultural entre duas dimensões de um mesmo território: a ruralidade advinda das ilhas e a cidade urbana, na dependência com o movimento das águas, nas relações cotidianas, onde o rio (imagem 9) é a sua estrada, visualizado em muitas comunidades, como a do rio Santana, entre Mocajuba e Cametá, onde os habitantes necessitam exclusivamente de barco a motor, voadeira, “rabeta” (canoa movida a motor, como normalmente é denominada pelos ribeirinhos) ou até mesmo de canoa, visto que muitas vezes ficam isolados, longe do comércio, dos médicos, de tudo mais que é necessário, até de informação, em decorrência da dificuldade de deslocamento.

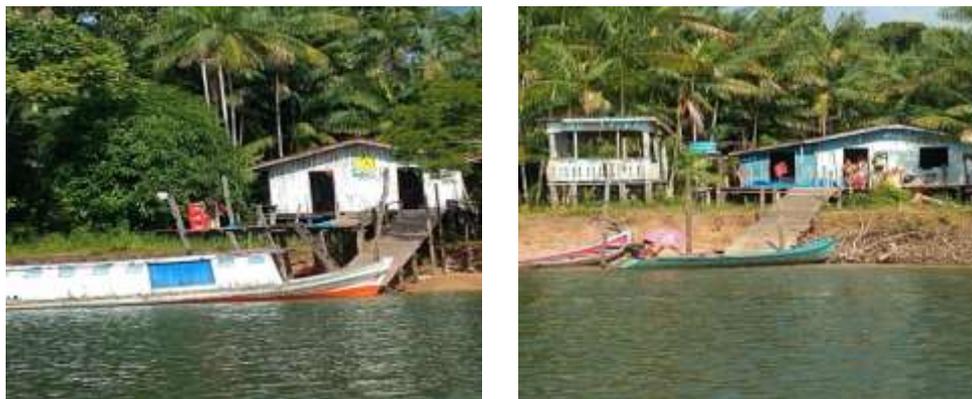
Imagem 9- Relação dos ribeirinhos com as águas, no rio Santana, em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Na trajetória das águas do rio Tocantins, adentrando as comunidades do rio Santana, foi possível perceber, também, a paisagem do ecossistema das ilhas, entre a dinâmica das águas e da floresta, a composição das habitações pitorescas (imagens nº 10) e os meios de subsistência, além do extrativismo, como a pesca (imagem 11). Compreende-se que dessa forma os moradores das ilhas vão estabelecendo seu espaço territorial nas áreas de várzea, onde percebe-se a relação dos lugares singulares tomados pelos rios e pela floresta como uma composição laboral e cultural, entendendo com isso que a floresta, os rios e os ribeirinhos são partes de um todo que compõe o território. Nesse sentido, essas relações que se estabelecem permitem constituir um habitat particular do ribeirinho.

Imagens 10- Comunidades ribeirinhas, no rio Santana, em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Imagens 11- Subsistência ribeirinha (pesca artesanal), no rio Santana, em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Compreende-se com isso, que as dimensões territoriais se entrelaçam na relação cotidiana do ribeirinho, provenientes das necessidades sociais as quais estão relacionadas à historicidade social e ao modo de existir de quem vive às margens dos rios, com costumes muito típicos tais como: acordar cedo; trabalhar na roça; transportar nas embarcações os produtos produzidos na comunidade para venda na cidade, como o cacau de várzea, o açai e até mesmo a pesca; compra de mercadorias que necessitam; conversas sentados nas pontes ou trapiche (como também os ribeirinhos denominam) à beira do rio; a utilização de recursos da natureza para a própria sobrevivência; o tradicional banho no rio, enfim, representações simbólicas e valorativas que marcam a identidade de um povo, com o modo particular e de comunidade.

Durante o percurso pelas águas, observou-se também as brincadeiras das crianças (jogando bola e tomando banho no rio), remetendo ao que Pojo e Loureiro (2011, p. 23) ressaltam “o tempo do rio, o tempo do brincar, o desafio do contato do corpo com a água é que determinam o momento de iniciar ou de terminar a brincadeira, o jogo”. Assim, as imagens foram demonstrando as sensações das brincadeiras realizadas pelas crianças, traduzindo o cenário da cultura ribeirinha, pois:

As brincadeiras vividas pelos ribeirinhos se diferenciam das brincadeiras comuns da cidade urbana, principalmente pelo contexto e pelas regras. A floresta e o rio são elementos característicos da cidade ribeirinha, constituindo-se no cenário fundamental para a realização das maiorias das atividades. (POJO; LOUREIRO, 2011, p. 24)

Neste contexto, Carvalho (1994, P.51) destaca que “a brincadeira é uma atividade social e cultural que pressupõe um aprendizado”. Essa afirmação possibilita pensar que a interação social permite entre os membros de um grupo o resgate de valores, regras e habilidades sociais fundamentais para o desenvolvimento sociocultural. Nesse aspecto, o rio é ocupado, normalmente no fim da tarde, seja com um simples “banho” ou com o envolvimento de brincadeiras que surgem geralmente entre as crianças e os adolescentes, as quais se caracterizam como: saltos, piruetas, mergulhos e as brincadeiras de perseguição, como as piras, as disputas de resistência de fôlego, dentre outras. No misto de atividade de caráter lúdico e de higiene pessoal, percebe-se a importância da relação social para a difusão cultural do ribeirinho entre os seus saberes.

Portanto, “*velejando nas águas ribeirinhas*” propiciou adentrar na realidade amazônica, contemplando com um olhar muito atento e vislumbrativo, considerando que a cultura e a relação cotidiana do ribeirinho está cheia de símbolos e significados, ambivalências ou contraposições, pois ao tempo que representa o sublime, a magia, a paz, a tranquilidade, a liberdade, o lazer, a beleza, a relação de trabalho, a vida, os quais marcam as relações sociais e de trabalho nas dimensões econômica, política e cultural; conjectura-se, pelo olhar viajante, que também apresenta as dificuldades, os sacrifício, a realidade que marca a dinâmica social de quem depende das águas dos rios e da floresta.

Diante dessa realidade, “*velejando nas águas ribeirinhas*” foi uma experiência sem igual, pois permitiu visualizar os sujeitos que vivem em comunidades, com modos de vida peculiares, atrelados à natureza e aos recursos naturais, no ritmo das travessias pelas águas dos rios, no Baixo Tocantins, captando a interpretação dos saberes e das identidades dos ribeirinhos neste pedaço da Amazônia que se faz na diferença e no diverso, visto que a

2.3.2 “Ancorado no repertório de histórias e memórias”, no SÍTIO SAMUHUMA (ilha da Conceição), no rio Santana, em MOCAJUBA

A memória desempenha o papel intermediário entre duas temporalidades: o tempo do desenrolar dos acontecimentos e o tempo da redação da narrativa. Ela compreende inicialmente uma imagem mental do passado; é um fenômeno volátil, mas em seguida é aprisionada nas palavras. (C.J. Brown)

A metáfora “*ancorado no repertório de histórias e memórias*” remete em lançar-se, como sustento aos repertórios, para ir a fundo ou pelo menos ir próximo às lembranças históricas, cheias de memórias e imagens de um lugar dotado de afetividades que marcou e ainda marca a identidade de muitos moradores que viveram e ainda vivem em comunidades, como no sítio Samuhuma, localizado na ilha da Conceição, no rio Santana, na comunidade Vista Alegre, em Mocajuba, no Território do Baixo Tocantins, trazendo neste contexto um pouco da dinâmica do ritmo de vida bem peculiar do ribeirão.

Na memória social, elaborada no cenário Mocajubense, das histórias sobre o lugar se constituem como lembranças vivas, como se o passado se transportasse para o presente e a memória toma corpo, como se observa na análise de Le Goff, quando ele coloca que:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de informações psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 423).

As lembranças do sítio Samuhuma, assinaladas pelo tempo, são marcantes na memória do senhor Benedito da Gama Maia (conhecido como B. Maia)¹, morador mais antigo e administrador da propriedade, que apresentou impressões do cenário do lugar e do tempo vivido, cujas histórias trouxeram lembranças do ‘lugar de memórias’, como se observou ao “ancorar no repertório de histórias e memórias”.

Meu avô chegou aqui pra trabalhar na lavoura de cacau, abriu um comércio que vendia cacau, borracha, castanha e outros produtos. Depois, meu avô passou as terras para meu pai e hoje pertence ao senhor Amadeu Braga que comprou as terras da minha família, mas, eu tomo conta e administro tudo. Essa propriedade foi da minha família há quase 180 anos. (B. MAIA, 2020).

¹ Entrevista com o Senhor Benedito Maia (B. Maia), 80 anos. Em 17/01/2020. Sítio Samuhuma (Ilha da Conceição), no rio Santana, na Comunidade Vista Alegre, em Mocajuba-Pa.

2.3.2.1 O lugar de memórias: SÍTIO SAMUHUMA, em MOCAJUBA

(...) lugares vividos são como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais (...) (CERTEAU, 2014, p. 175).

O sítio Samuhuma (imagem 12), considerado um lugar de memórias, situado na ilha da Conceição, na comunidade Vista Alegre, no rio Santana, em Mocajuba, traz memórias redimensionadas no espaço preenchido de afeições, histórias, experiências e sensações do tempo vivido, visto que guarda em si significados e as dimensões do tempo histórico, os quais são apreendidos e reavivados pela memória, no diálogo com o senhor Benedito Maia (B. Maia)², cacauicultor, administrador e morador da propriedade há 60 anos, o qual ressaltou que “este lugar já passaram 7 (sete) gerações. A casa é denominada Casa Grande ou Céu Aberto e traz lembranças de muitas histórias de meus avós e pais (B. MAIA, 2020).”

Imagem 12- Casa grande, no sítio Samuhuma (ilha da Conceição), rio Santana, em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

O lugar tem um valor simbólico, de identidade e pertencimento, onde marca muitas memórias, cuja trajetória histórica e de formação da ilha está marcada pelo processo inicial

² Idem.

de ocupação, que nos remete desde a chegada dos europeus e seus descendentes, no período colonial, como observado na fala do senhor Benedito Maia³: “Eu sou descendente de portugueses, proveniente dos meus avós, que chegaram na região ainda no período Pombalino. Com o incentivo migratório, outras pessoas de diferentes lugares se instalaram na região (B. Maia, 2020).” Observa-se nessa fala que ocorreu na região um processo de miscigenação entre indígenas, portugueses e negros africanos, bem como outros que nessas terras chegaram.

O morador e administrador do sítio realçou que o lugar passou por muitas mudanças em todas as suas dimensões, envolvendo desde o contexto de administradores, a moradia e até mesmo a atividade com o cacau de várzea, esta por sua vez, levou em consideração as técnicas, o transporte e os saberes transmitidos por gerações.

Desse modo, com o intuito de compreender sobre os saberes e as histórias do lugar de memórias, debruçou-se na escuta do morador mais velho do lugar (B. Maia), através de entrevistas semiabertas ou semiestruturadas. Com isso, o trabalho com a história oral permite trazer a essência dos elementos da memória individual, elucidando um contexto histórico, marcado pelo tempo.

Então, buscou-se através da história oral uma oportunidade ímpar e de extrema relevância, não apenas pela valorização histórica do lugar dotado de memórias, mas, principalmente por se tratar de uma região com poucas fontes documentais e escritas. Deste modo, a história oral não apenas torna-se útil, mas impreterivelmente cúmplice para a reconstrução da história do sítio Samuhuma.

Com esse propósito, buscou-se elementos transcendentais do entrevistado, que revelassem o contexto social marcado num determinado momento histórico, trazendo nas lembranças saudosas um tempo em que ele não consegue mais alcançar, para entender a propriedade do ontem e de hoje.

Ao iniciar a conversa com o senhor B. Maia⁴ (imagens 13) observou-se um certo saudosismo ao falar do sítio Samuhuma e da relação familiar.

Quando lembro do passado vem uma lembrança cheia de saudade do tempo de criança, dos meus pais, da minha esposa e enche de saudade por saber que esse tempo não volta, a emoção é muito grande. Hoje vivo só. Os filhos estão todos vivos, seis mulheres e dois homens, mas, todos casados, só uma filha que vem todos os dias fazer as coisas da casa e depois volta para a casa dela (B. MAIA, 2020).

³ Idem.

⁴ Idem

Imagem 13- Conversa com o senhor Benedito Maia (B. Maia).



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Ao conhecer as dependências da casa, apreendeu-se, através das histórias compartilhadas, que a relação familiar possui laços muito fortes, onde estão marcados nos quadros com as fotos dos familiares espalhados nas paredes da casa (imagem 14), cujas histórias prescrevem desde os tempos dos bisavós, destacando que a casa apresenta história de família e a qual traz muitos momentos saudosos marcados na memória e em toda parte da casa.

Imagem 14- Imagens históricas de antigos moradores, no sítio Samuhuma.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Observou-se que os símbolos representados pelos objetos da casa são como registros históricos, como sinais da memória do lugar, impregnadas de sentimentos e de histórias contadas do tempo vivido e sedimentadas na saudade de um tempo que descreve hoje a ‘memória do lugar’.

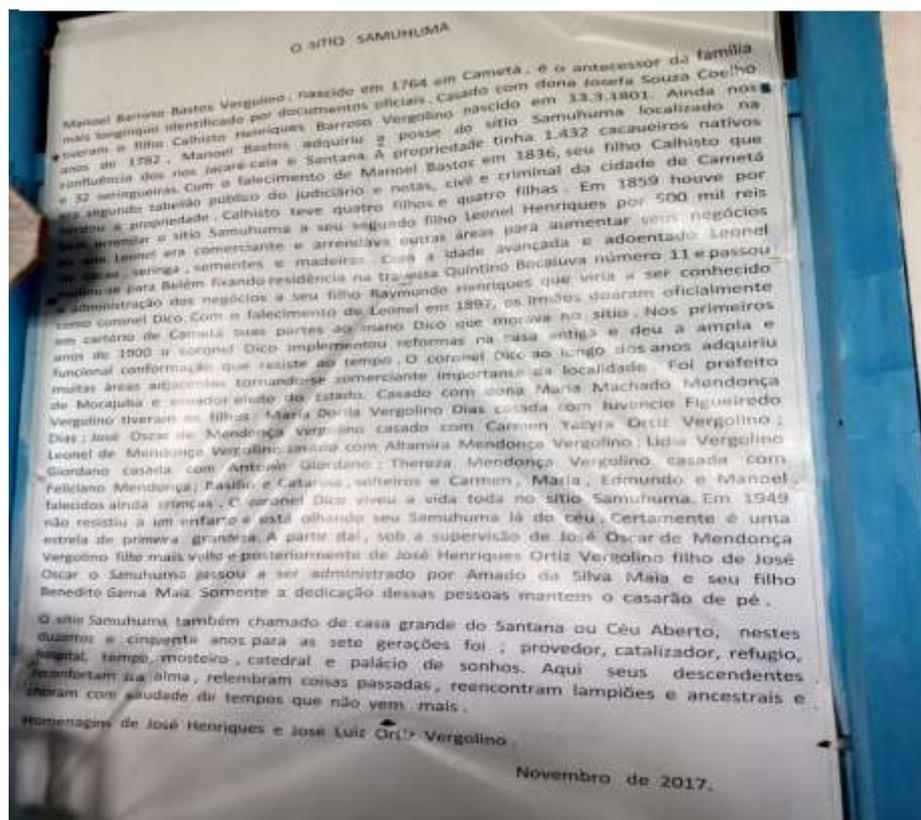
No decorrer do diálogo, andando pelas dependências da casa, B. Maia partilhou sobre: o cotidiano, os proprietários que administraram o sítio e da Casa Grande do Santana ou Céu Aberto (como é denominada a casa do sítio), conforme observado nas imagens 15 e 16.

Imagem 15- Registro de proprietários e administradores do sítio Samuhuma, em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Imagem 16- Registro histórico sobre o sítio Samuhuma



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Diante do que o morador do sítio Samuhuma ressalta, vários fatores marcam a história do lugar, dentre essas a religiosidade a qual é marcante no município e nas comunidades, podendo ser visualizada na casa grande com a presença de um altar e a imagem de santos e principalmente da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição (imagem 17).

Imagem 17- Altar na Casa Grande, no sítio Samuhuma (rio Santana), em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Compreende-se que as histórias e as imagens são elementos de uma memória partilhada, mas, sobretudo como elas se configuram ao longo do tempo vivido, marcando a reconstrução da história do lugar por meio do campo da memória, sinalizando a identidade territorial.

Segundo Pacheco (2006), as memórias e as histórias que marcam o lugar estão relacionadas na dinâmica social das pessoas que fizeram parte do processo histórico. Portanto, o lugar de histórias e memórias tem significados e traz “laços de afetividade”, tornando-se referência no tempo e no espaço para a história social.

2.3.2.2. As “maresias das lembranças”, nas idas e vindas da memória

As “*maresias das lembranças*” remetem aos movimentos das águas que leva a relacionar as variações de lembranças que se reproduzem em maior ou menor grau, conforme as histórias narradas, como se observou durante a entrevista com o senhor B. Maia⁵, visto que o narrador foi ‘desenhando’, por meio de suas lembranças, o retrato do sítio Samuhuma, a fim de compreender como era o lugar de memórias para chegar ao contexto sobre os saberes do cacau, onde ao descrever como era a comunidade foi relatando também o que melhorou.

Na trajetória de “idas e vindas da memória”, as histórias foram se entrelaçando, num processo de “maresia das lembranças”, as quais possibilitaram apreender rastros deixados pela memória, oportunizando um momento incrível e muito enriquecedor, percebendo a emoção das suas lembranças, onde razão e emoção se misturavam nas narrativas, cujos relatos descritos pelo morador e administrador do sítio caracterizam que o lugar já sofreu muitas transformações, inclusive com intervenção da Hidrelétrica de Tucuruí, a qual mudou o cotidiano dos moradores ribeirinhos.

As histórias narradas pelo senhor B. Maia, entre passado e presente, configuram o jogo que marca o tempo histórico, onde a memória do passado vem configurada nos redimensionamentos e ressignificados de diversas situações vividas. Com isso, destaca que sua família possuía uma grande casa comercial (conforme confirmado por sua filha Juliana, moradora da fazenda Santaninha, em Cametá) e uma embarcação para transportar as

⁵ Idem.

mercadorias das pessoas, ao longo dos anos de 1970, cuja atividade mantinha uma hegemonia típica do sistema de aviação clássico, onde estabeleciam comércio com os moradores das ilhas, trocavam mercadorias, inclusive gêneros do extrativismo como o cacau, a borracha, a castanha, bem como outros produtos, os quais fomentavam a economia da região. Com isso, o seu B. Maia⁶ ressalta que estabeleceu com a propriedade laços de identidade que transcendem no tempo, justificando com isso ao falar do tempo do seu avô:

Esta propriedade era do meu avô e tem 250 anos de história. Ele chegou aqui para trabalhar com a lavoura do cacau e logo abriu um comércio que vendia de tudo um pouco. Ele também tinha um barco que transportava mercadorias exploradas na região, como o cacau, para vender na capital (Belém) (B. MAIA, 2020).

Analisa-se com isso, que o cacau é um produto que move a economia da região por um longo período histórico, o qual data desde o período colonial, contribuindo para a formação territorial na região do Baixo Tocantins, através do processo de ocupação territorial, como ocorreu nas terras da ilha da Conceição, na confluência dos rios Santana e Jacarecaia, contribuindo para marcar e formar a região através do processo migratório.

No momento de imigração para a região do Baixo Tocantins, segundo Costa (2012, p. 45), “o período Pombalino foi decisivo na construção da economia de base camponesa que foi se organizando na região, através de um programa de incentivo à atividade agrícola, a qual ocorreu de forma combinada com a produção agroflorestal.”

As experiências de ocupação territorial e exploração dos recursos naturais, segundo o senhor B. Maia⁷, foram acontecendo de forma muito precárias:

A área da ilha era completamente coberta de florestas, foi sendo administrada pelos agentes que nela chegaram. Quando meus avós chegaram na comunidade era tudo muito difícil até mesmo pela necessidade de habitação, as casas eram assoalhadas com paxiba de miritizeiro e cobertas com palha, com o miolo da palha eram construídas as paredes das casas. Hoje, as casas estão melhores, são de madeira e cobertas de telha (B. MAIA, 2020).

Observou-se na fala do narrador e morador mais antigo (B. Maia), que os imigrantes que chegaram na ilha, necessitavam buscar meios para estabelecer estadia, pois o lugar era muito inóspito. Com isso, as experiências adquiridas na relação com a natureza permitiram aos habitantes desempenharem habilidades significativas de sobrevivência, as quais foram sendo repassadas às gerações, como o ato de construir casas de madeira o qual está pautado

⁶ Idem.

⁷ Idem.

na sabedoria local e tradicional, assim como o ato de colheita e transporte do cacau que aos poucos vem sendo melhorado (como diz o próprio morador da propriedade).

Nesse contexto, entende-se que se antes o cacau já era um atrativo para a chegada de muitos imigrantes na região, com intuito de uma produção que gerasse lucro. Atualmente, o cotidiano do lugar, conforme vislumbrado por seu B. Maia⁸, está marcado principalmente pela produção do cacau de várzea, complementado pelo açai. Tal experiência contempla a dinâmica de vida do ribeirinho, onde ao falar sobre a atividade com o cacau revela que:

Ainda hoje eu trabalho na colheita e na produção do cacau, eu caminho pelas matas e isso me faz bem. Eu prefiro acompanhar os catadores para não ser roubado. Tudo que sei sobre o cacau eu aprendi com meus avós e pai, desde a colheita, a seleção dos frutos, a fermentação e a produção de amêndoas secas. Eu produzo em média, anualmente, cerca de 1 tonelada de amêndoas secas de cacau para comercialização (B. MAIA, 2020).

Destacou ainda que:

Hoje está muito diferente do que era, pois não tinham tantas tecnologias. Antes era mais difícil transportar o cacau, pois para buscar o produto tinha que fazer todo trabalho no mato, de colheita e descascar, para carregar nos balaios somente as amêndoas. As casacas eram deixadas no mato. Com a rabeta facilitou muito o trabalho, pois o produto é transportado inteiro para a casa grande (B. MAIA, 2020).

As heranças do senhor B. Maia sobre os saberes do cacau de várzea, vem registradas no desempenho de todo processo de produção cacauceira, desde a colheita, até a seleção dos frutos e sementes, conforme destacado nas imagens nº 18, 19 e 20.

Imagens 18- Produção cacauceira, no sítio Samuhuma (rio Santana), em Mocajuba



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

⁸ Idem.

Imagens 19- Secagem de amêndoas de cacau, no sítio Samuhuma, em Mocajuba.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Imagens 20 - Ensacamento de amêndoas de cacau, no sítio Samuhuma, em Mocajuba.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

É importante lembrar que o ribeirinho, no seu ritmo de vida particular, é um sujeito constituído de muitas histórias e saberes, as quais estão relacionadas nas relações cotidianas de trabalho com outros sujeitos sociais e com a natureza, na cultura, nas crenças, na troca de conhecimentos, enfim, nas suas ações que se estabelecem diante das relações apreendidas entre homens, mulheres e jovens, os quais criam laços de identidade territorial.

Sendo assim, este contexto, de forma significativa, emerge o tempo das memórias como divisor do tempo histórico, onde “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). Então, as histórias narradas sobre o lugar de memórias, no percurso da história social e local, apontam um pouco da trajetória do lugar, trazendo evidências da realidade Mocajubense.

Nesse propósito, reuni os “retalhos” dos fios de memórias presentes nas narrativas sobre a comunidade Vista Alegre, especificamente do sítio Samuhuma, as quais permitiram descrever como os moradores, que nesse território passaram, e ainda muitos residem como o senhor B. Maia, foram construindo suas experiências de vida e relações sociais cotidianas, mediatizadas pelo presente e imbricadas no jogo entre passado e presente.

Diante dessa perspectiva, ao percorrer nas “maresias das lembranças”, foi possível perceber através da memória do morador mais antigo da comunidade, as histórias e os saberes locais, representados no cenário do lugar, onde muitos nasceram, viveram e ainda vivem. Tal olhar, possibilitou entender, através dos fragmentos de tempos pretéritos, as lutas,

as dificuldades e as trajetórias vivenciadas na comunidade, sem pretender costurar narrativas cronológicas da história social e local; assim como, possibilitou compreender as razões em morar nessa comunidade, decorrente das relações que se estabeleceram entre homem e natureza, onde foram construindo uma relação social e um vínculo tanto familiar como também de identidade histórica e territorial.

2.3.3. Na trajetória das águas: a FAZENDA TOCANTINS, em CAMETÁ, em meio ao “transbordar das memórias”

A fazenda Tocantins, situada à ilha Santaninha, no rio Santana, em uma região de várzea e floresta, em Cametá, pertencente a região do Baixo Tocantins, cuja a gênese da formação territorial surge desde o processo de colonização portuguesa.

O atual proprietário das terras, o senhor Amadeu Braga⁹, considerou que “comprei a fazenda da família Maia, quando passei adquirir terras para produção de cacau de várzea, tudo que sei sobre cacau aprendi com meu pai” (A. BRAGA, 2020).

Durante a visita à fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, foi possível conversar com o senhor Humberto Luiz Neves Medeiros¹⁰, casado, morador da fazenda e gerente de produção de cacau; assim como com a senhora Juliana Guilhermina Neves Maia¹¹, professora (pedagoga), esposa do senhor Humberto Medeiros; momento esse, considerado muito enriquecedor, pois foi possibilitado apreciar um pouco das histórias, memórias e saberes tradicionais sobre o cacau de várzea, os quais foram registrados entre o trabalho da história oral (no momento da conversa) e as fontes imagéticas (fotografias produzidas durante a visita de campo).

No diálogo com o senhor Humberto e a dona Juliana (filha de Benedito Maia, do sítio Samuhuma) (imagem 21), ressaltaram que “muita coisa aqui mudou, a comunidade já sofreu modificações ao longo do tempo, principalmente com a hidrelétrica de Tucuruí” (HUMBERTO e JULIANA, 2020). O senhor Amadeu Braga¹² (proprietário das terras) acrescentou confirmando que “a fazenda sofreu com as grandes águas, afetando as plantações de cacau, cheguei a perder muitas plantações, mas, aos poucos fui recuperando.

⁹ Entrevista com o senhor Amadeu Coelho Braga, 75 anos, casado, morador de Mocajuba. Em 17/01/2020, na Fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, no rio Santana, em Cametá.

¹⁰ Entrevista com o senhor Humberto Luiz Neves Medeiros, 53 anos. Em 17/01/2020. Fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, no rio Santana, em Cametá.

¹¹ Entrevista com a senhora Juliana Guilhermina Neves Maia, 55 anos. Em 17/01/2020. Fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, no rio Santana, em Cametá.

¹² Idem.

Mesmo com todo conhecimento que tenho foi preciso recorrer a ajuda dos técnicos da CEPLAC” (A. BRAGA, 2020).

Percebeu-se que apesar das mudanças ocorridas, os saberes com a produção do cacau de várzea coexistem com a tradição, com as técnicas da cacauicultura de várzea, dando a impressão de estabelecer uma relação entre presente e passado, onde as experiências apreendidas ao longo das gerações vão se sustentando, em meio as dificuldades, porém, orientações técnicas (saberes de interfaces, proveniente do conhecimento científico) para melhorar a produção são necessárias.

No decorrer das conversas foi possível perceber um pouco do cotidiano ribeirinho, a relação familiar, a forma tradicional de produção cacauera realizada de forma artesanal e com base na agricultura familiar, cujos saberes foram transmitidos de pai para filhos. Nesse contexto, o senhor Humberto ressaltou que:

A minha experiência com o cacau nasceu da necessidade de trabalho e renda para sustentar a minha família, mas, aos poucos fui aprendendo na vivência, na prática, na relação com outros grupos de produtores de cacau e logo aprendei. A família da minha esposa já mexia com cacau. Hoje gerencio os trabalhos na fazenda e além do cacau cultivo também o açaí como meio de melhorar a fonte de renda (HUMBERTO, 2020).

Considerou também que “a cultura do cacau é tradição na região e tem mercado garantido, onde as amêndoas são comercializadas tanto para o mercado interno, como para o externo” (HUMBERTO, 2020).

Imagem 21- Conversa com o senhor Humberto Medeiros e dona Juliana Maia, na fazenda Tocantins, em Cametá.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Em meio as lembranças, deixaram transparecer que os saberes tradicionais com o cacau de várzea, são somados com os socialmente constituídos ao longo do cotidiano, na relação de trabalho. Assim, no âmago das dimensões do viver na mata, os depoentes ao relembrem das situações vividas com a família, reconstroem cenas do cotidiano, narrando experiências que marcaram a formação de sua identidade, sinalizando aspectos do dia-a-dia, na relação de trabalho, em consonância com experiências, no convívio com a floresta.

No decorrer da conversa, quando foi questionado como é o cotidiano da família, dona Juliana (esposa do senhor Humberto), falou um pouco das atividades habituais:

Eu vou para escola, pela manhã, na rabeta da família e nas horas vagas cuido dos afazeres da casa. Quando é a noite, normalmente a gente fica no trapiche conversando ou assistindo televisão. Aqui em casa não tem crianças, só quando os netos vêm passear é que fica movimentada, eles adoram brincar de pular da ponte e tomar banho no rio (JULIANA MAIA, 2020).

Na fala emblemática de dona Juliana observou-se que embora a fazenda possua energia elétrica e alguns meios de comunicação e entretenimento, como internet e televisão, os costumes como as formas de se divertir, o banho no rio, as conversas no trapiche não se perderam, enfim, atividades próprias dos ribeirinhos, as quais na maioria das vezes estão relacionadas as águas, à beira do rio.

2.3.3.1 No “remanso das águas”: beirando o cotidiano, as relações de trabalho e os saberes ribeirinhos

É na beira onde tudo começa. Por uma razão desconhecida. Sem explicar um Dossiê de Odessa. Para marcar este dia na história conhecida. (Miguelangelo, Poeta Cametaense)

A ideia sobre o “remanso das águas” está relacionada a capacidade dos ribeirinhos de se relacionarem com a mata, mas, sobretudo com as águas dos rios, pela necessidade continua de se deslocarem, demarcando o lugar de chegada e partida continuamente, contribuindo para a comunicação e o fluxo do trabalho, onde no cotidiano vão construindo os seus espaços na capacidade de interagirem com o meio em que vivem e na relação social, desenvolvendo os seus saberes. O rio, portanto, é onde tudo começa.

Nesse contexto, para a produção de trabalho é importante considerar que o ribeirinho estabelece o seu espaço na relação entre trabalho e produção, em contato com a natureza, portanto, a relação social tem um papel importante no uso do território, a fim de reproduzir os saberes relacionados a cacauicultura, conforme observado na fazenda Tocantins, na

comunidade Santaninha, em Cametá, visto que o lugar tem significados e referências na localização do tempo e da história local, conforme realçado por Castro (2008).

Com isso, é válido destacar que nas relações cotidianas de trabalho, que envolve a produção familiar, reproduz uma lógica peculiar concretizada na dinâmica e cultura ribeirinha, onde segundo seu Humberto¹³ “os homens vão para o mato tirar o cacau e trazem na rabeta para a casa grande, para ser selecionado” (imagens 22 e 23). Tal atividade, realizado pelos “meeiros” (como são denominados os trabalhadores, pelo dono da fazenda), envolve técnicas e uma lógica própria e peculiar de produção, delimitando tempo, espaço e definição de atividades por grupo familiar. Assim, o território vai sendo explorado entre rio, floresta e força de trabalho, estabelecendo na produção cacaueira, na fazenda, uma relação particular de produção, caracterizada pelos saberes da tradição.

Imagem 22 e 23- Trabalhadores (“meeiros”) na atividade com o cacau, na fazenda Tocantins, em Cametá.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Na unidade de produção familiar, é observado que as mulheres embora tenham ganhado um papel de grande relevância na agricultura familiar, as atividades realizadas na fazenda ainda ficam por conta mais dos homens, as mulheres permanecem responsáveis apenas nas atividades do lar e algumas voltadas para o cacau, no barracão, conforme confirmado na fala da dona Juliana¹⁴, quando diz: “a minha filha trabalha ajudando na seleção dos frutos, quebra o cacau para tirar as sementes, para fazer a fermentação e a

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

secagem, para poder produzir as amêndoas secas, que depois de prontas são ensacadas e vendidas” (ver imagem 24).

Imagens 24: Participação da mulher, na seleção de sementes, na fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, em Cametá



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Ao dialogar com o proprietário da fazenda Tocantins, o senhor Amadeu Braga¹⁵, falou sobre a atividades referentes ao cacau de várzea, conforme imagens 25, 26, 27 e 28:

A seleção do fruto, da secagem das amêndoas é um processo muito importante para poder produzir um produto de qualidade para o mercado, pois o resultado desse trabalho possibilita a comercialização de amêndoas de qualidade que já foi comercializada até para Paris, onde já ganhei uma premiação de melhor amêndoa de cacau (cacau fino) para produção de chocolate (A. BRAGA, 2020).

Imagens 25 e 26- Seleção do cacau, na fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, em Cametá.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

¹⁵ Entrevista com o senhor Amadeu Coelho Braga, 75 anos, casado, morador de Mocajuba. Em 17/01/2020, na fazenda Santaninha, na comunidade Vista Alegre, no rio Santana, em Cametá.

Imagens 27 e 28- Fermentação e secagem de sementes de cacau, na fazenda Tocantins, em Cametá



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17 de janeiro de 2020.

Com relação ao subproduto do cacau, dona Juliana¹⁶ acrescentou sobre a produção familiar (ver imagem 29):

Nas horas vagas, em que não estou na escola, contribuo para a produção artesanal de capilé e geleia. O produto bem aceito pelos compradores, porque tem um sabor diferenciado, pois além de ser cacau de várzea é cem por cento orgânico. Antigamente a gente fazia o sabão da casca do cacau, mas, hoje, quase não se produz nas comunidades, porque o custo é alto para a produção (JULIANA MAIA, 2020).

O senhor Humberto¹⁷, esposo da dona Juliana, acrescentou que:

É importante ter orientações técnicas como incentivos para o aproveitamento da casca do cacau, incluindo a compostagem orgânica para a produção de adubo, pois casca do cacau, vem sendo descartada na natureza, tornando-se um fator preocupante (HUMBERTO, 2020).

Diante das falas apresentadas, observou-se que os recursos naturais quando utilizados de maneira inteligente podem contribuir de forma sustentável para a preservação do meio ambiente e consecutivamente para o desenvolvimento local.

Imagem 29- Produção artesanal de capilé e geleia.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 17/01/2020.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Compreende-se na fala do senhor Humberto que o fortalecimento em ações de orientações técnicas (conhecimentos científicos) tende a somar com os conhecimentos dos moradores das comunidades locais, constituindo neste propósito os saberes de interfaces, não simplesmente no aproveitamento do subproduto, mas, sobretudo para a fomentação tanto no processo de manejo quanto na produção do cacau. Com isso, os saberes de interfaces se apresentam como forma de intervenção local para contribuir na dinamização das técnicas de produção e até mesmo de comercialização do cacau.

A cacauicultura na região de Cameté é como uma “mola-mestre” para a economia na região, considerada de grande valor econômico, a qual contribui para o desenvolvimento local, embora as práticas produtivas ainda ocorram de forma tradicional. Todavia, o senhor Humberto¹⁸ considera que “a orientação técnica seria um caminho para melhorar os meios de produção, eliminar os entraves e aumentar o desenvolvimento econômico na região (HUMBERTO, 2020).”

Embora a produção familiar de cacau, na fazenda Tocantins, ainda aconteça de forma tradicional, possui uma organização estratégica de trabalho, onde se constitui e se dimensiona num conjunto de habilidades, técnicas e compartilhamento de mão de obra e saberes, permitindo com que a produção realizada na fazenda, ainda que artesanal, resulte na seleção de amêndoas de qualidade, a fim de comercializá-las de forma satisfatória e favorecendo também para a produção do cacau fino, visto que o mercado competitivo do produto ocorre tanto a nível local quanto externo.

Nesse sentido, as relações que se estabelecem entre os sujeitos sociais e o meio em que vivem, leva a troca de conhecimentos, experiências e saberes sobre os recursos florestais e usos diferenciados por homens e mulheres, no arrolamento cotidiano de trabalho e nas histórias que se estabelecem; pois, como já observado, o ribeirinho é um sujeito que constrói o seu espaço no cotidiano, estabelecendo a sua organização social, seja no contato com as águas e com as matas (DIEGUES,1998).

Diante desse contexto, a terra, as águas e as matas são elementos que contribuem para a reprodução da vida ribeirinha, na relação do trabalho, numa tríade simbólica: trabalho, homem e natureza, onde nessa relação está contido o processo de produção do cacau de várzea, cujas experiências adquiridas pelo ribeirinho são provenientes da formação de gerações e da relação homem e natureza. Assim, as habilidades desenvolvidas com a

¹⁸ Idem.

cacaucultura se constituem como um conjunto de meios instrumentais e sociais, os quais se completam, a fim de que o homem realize sua vida e produza suas atividades no tempo e espaço. Com isso, segundo Santos *et al.* (2014), o modo de produção vai expressando a luta cotidiana de interação entre o novo e o velho, tudo isso numa troca de conhecimentos. Então, a agricultura familiar torna-se relevante nesse contexto sociocultural.

2.3.3.2 “Mergulhando nas águas dos saberes”: recortes de memórias históricas

“Mergulhar nas águas dos saberes” emite buscar reflexões sobre as histórias de família, do senhor Amadeu Braga¹⁹, cujos recortes de memórias trazem as lembranças da herança deixada por seu pai sobre os saberes do cacau de várzea e também do lugar (fazenda Tocantins), onde a apropriação simbólica do espaço está acumulada de sentimentos e histórias, cujas particularidades se transformam em referências identitárias no lugar de memórias. Neste contexto, o conceito de lugar se apoia na reflexão de Tuan quando diz que:

O espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor [...], além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar (TUAN, 1983, p. 6).

O senhor Amadeu Braga²⁰, proprietário das terras Santaninha (como é carinhosamente denominada a fazenda Tocantins), situada na comunidade Santaninha, em Cametá, ressaltou que “o cacau é uma atividade econômica tradicional na região e tem mercado e rentabilidade certa”. Acrescentou ainda sobre o que o motivou na atividade cacauera:

Nasci, me criei e desde novinho trabalho com o cacau. A minha família, meus pais já mexiam com o cacau. Depois, passei a ser comprador de cacau e comecei esse entrosamento com donos de cacau e passei também a ter uma boa quantidade de cacauero, hoje tenho duzentos e seis mil pés de cacau só nas escrituras, mas, há muito mais. Então, há muitos anos que mexo com cacau, a minha motivação vem desde a infância, motivada também pelo conhecimento do meu pai (A. BRAGA, 2020).

Os recortes históricos expressam, através das memórias tanto do proprietário quanto dos moradores da fazenda, o que vem contido nas relações no âmbito social sobre histórias diversas que falam das experiências, dos caminhos percorridos, dos sonhos, enfim, das relações cotidianas, possibilitando se situarem em seus universos, como referência de identidade territorial, conforme observado nas narrativas apresentadas.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

TRAVESSIA II

3. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CACAU: DAS CIVILIZAÇÕES PRÉ-COLOMBIANAS AO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS

3.1. Origem e Disseminação do Cacau: das civilizações pré-colombianas à colonização europeia

A história do cacau remonta à época pré-colombiana na América, visto que o produto que já era cultivado pelos índios, antes da chegada dos primeiros colonizadores espanhóis à América, principalmente com as civilizações Astecas, no México, e pelos Maias, na América Central (ROSÁRIO *et al.*, 1978).

A trajetória do cacau nasce na floresta tropical amazônica, na América do Sul, situada entre as bacias dos rios Amazonas e Orinoco, onde até hoje é encontrado em estado silvestre. Nesse percurso, disseminam duas teorias que marcam essa história. A primeira, ressalta que o cacau é nativo da Amazônia e se propagou para a América Central em decorrência de um processo de disseminação natural da espécie. A segunda, pondera que o produto se difundiu por meio dos povos originários da região amazônica (CEPLAC, 2018).

Compreende-se com isso, com base em várias referências bibliográficas, que o cacau originou-se no norte dos Andes Peruano, pelo rio Amazonas (que recebe as denominações no Peru de: Vilcanota, Uicaiali, Urubamba e Maranon), em direção a bacia do rio Orinoco, na fronteira com o Brasil e a Venezuela, ultrapassando os Andes e penetrando a Venezuela, o Equador, Guianas, o qual vai além da Panamazônica (todos os países que compõem a floresta amazônica), chegando na América Central e na América do Norte, no México. No Brasil o cacau espalhou-se por várias regiões.

Então, conforme compreensão absorvida por várias leituras, o cultivo do cacau na bacia do rio Orinoco com o cultivo na bacia do rio Amazonas estão interligados pelo canal Cassiquiare, pelo rio Negro, chegando até o rio Solimões, que nada mais é do que o rio Amazonas. Portanto, diante de tal contexto, é possível dizer que o cacau é originário da América do Sul, na floresta tropical amazônica e se disseminou para a América Central, desde o Peru até o México, conforme se observa no mapa 3.

Mapa 3 - Trajetória do cacau



Fonte: SOMBRA, Daniel. **TRAJETÓRIA DO CACAU**. LARC/ NUMA/ UFPA, 2020.

Nessa trajetória observa-se que se originaram dois grupos: o “criollo” e o “forasteiro”. O Criollo que se espalhou em direção ao rio Orinoco, penetrando na América Central e Sul do México, tinha como características: frutos grandes, com superfície enrugada, verde ou vermelho quando imaturo e amarelo ou amarelo-vermelhado quando ocorre a maturação, com sementes grandes e internamente são brancas ou violeta pálidas. Astecas e Maias cultivaram essa variedade por dezenas de anos. Já o Forasteiro que se espalhou por vários rios da bacia Amazônica e Guianas, sendo amplamente cultivado no Brasil e África Ocidental, foi nomeado como o verdadeiro cacau brasileiro por caracterizar frutos com superfície lisa, sulcada ou enrugada, quando imaturos são verde e amarelados quando maduros, as sementes internamente possui coloração viola escuro, podendo chegar até quase preto (ROSÁRIO *et al.*, 1978).

No México, os astecas acreditavam que o cacau era de origem divina e que o próprio profeta Quatzalcault ensinara ao povo como cultivá-lo tanto para o alimento como para

embelezar os jardins da cidade de Talzitapec. Seu cultivo era acompanhado de solenes cerimônias religiosas. (HERMÈ, 2006)

Os astecas veneravam o deus Quetzalcoalt, o qual personificava a sabedoria e o conhecimento e quem deu à essa civilização o chocolate. Ele era considerado a “Serpente Emplumada”, a qual era portadora das sementes de cacau, como Paraíso na Terra. Os astecas acreditavam que Quetzalcoalt trouxera do céu para o povo as sementes de cacau e que um dia ele iria voltar após ser destruído por um deus rival. Então, o povo festejava as colheitas com sacrifícios humanos, oferecendo às vítimas taças de chocolate chamadas na época de “tchocolath” (HERMÈ, 2006)

Com relação as civilizações Maias, Farrow (2005) ressalta que, por volta de 600 a.C., já conheciam o chocolate, herdando as tradições de cultivo dos olmecas. As primeiras plantações de cacau foram estabelecidas nas terras baixas no Sul de Yucatan e na Guatemala, por volta de 600 d. C. (BECKET, 2008).

Os Maias foram considerados os responsáveis por levar o cacau da América do Sul ao México, na América Central. Com as colheitas de cacau, contribuía para aumentar as suas riquezas e, assim, ficaram considerados como comerciantes muito importantes na América Central.

Entre os séculos X e XIII, os maias foram os primeiros a cultivar o fruto de cacau de forma sistematizada, pois usavam a amêndoa do produto como moeda; logo, descobriram que ao secarem e moerem a mesma poderiam misturar com água e produzir uma bebida semelhante ao chocolate líquido (“tchocolath”).

Observa-se que tanto os Astecas, como os Maias apreciavam muito as amêndoas de cacau e as utilizavam de duas maneiras: para produzir a bebida espumante denominada “tchocolath”, após a amêndoa tritura e dissolvida em água, consumida exclusivamente por nobres, guerreiros e ricos comerciantes; e, como moeda de troca.

As amêndoas de cacau tinham grande valor para os Astecas, conforme observado por Nunes (2019):

Um dos principais objetivos da expansão imperial dos Astecas em direção sudeste, durante o século XV, havia sido o de controlar as regiões produtoras de cacau no istmo de Tehuantepec e no litoral sul de Guatemala. Diz um cronista quinhentista que os armazéns de Montezuma II, Tenochtitlan, continham mais de 40.000 cargas de amêndoas de cacau, algo que podemos estimar em torno de 1.200 toneladas. Grande parte desse tesouro destinava-se a pagar o soldo dos guerreiros e alimentá-los (NUNES, 2019, p. 3).

No século XVII, o cacau foi citado pela primeira vez, na literatura botânica, por Charles de L'Écluse, com a denominação de *Cacao fructus*. Em 1737 foi classificado por Linnaeus com a designação de *Theobroma fructus*, sendo modificado, em 1753, com a denominação de *T. cacao*, cuja denominação prevalece até os dias atuais. (SILVA NETO, 2013)

Em meados do século XVIII, conforme afirma Farrow (2005), o cacau foi denominado por “Thebroma” (proveniente do grego), considerado como “alimento dos deuses”. Portanto, esse nome, ficou considerado como de batismo do chocolate, cujo padrinho foi Carlos Linnaeus (botânico sueco que conhecia muito bem a trajetória do chocolate, através da história dos povos). Então, com seu aroma e sabor o cacau foi conquistando o mundo, tornando-se símbolo de riqueza.

O cacau era considerado como produto sagrado e suas sementes eram muitíssimo valiosas, as quais chegavam a ser usadas como moeda de troca, como se observa na imagem 30. O chocolate era consumido em várias culturas pré-colombianas. Os Incas produziam o cacau em uma quantidade suficiente para atender a toda a população. Aos Maias e aos Astecas só era autorizado o consumo à nobreza (FRANCO, 2001). Observa-se com isso, que o cacau era considerado como precioso produto, cujo chocolate circulava apenas pelos banquetes, rituais e comércio na América Central.

Imagem 30- O cacau como moeda de troca na sociedade Maia



Fonte: DINIZ, 2019.

O primeiro contato dos europeus com o chocolate ocorreu após séculos, em 30 de julho de 1502, através de Cristóvão Colombo, que em sua quarta expedição ao Golfo de Honduras,

ao chegar na ilha de Guajano, na América Central, prova o chocolate, porém, de imediato não lhe deu muita importância (NUNES, 2019).

Somente em 1519, com o explorador espanhol Hernando Cortez, ao ser recebido pelo imperador Asteca Montezuma II (imagem 31) com um banquete, é que o chocolate passou a ser valorizado, visto que o produto era reservado para momentos especiais às autoridades, impressionando com o sabor exótico, cuja bebida passou a ser cobiçada e aos poucos o produto espalhou-se entre a família real e os nobres da corte espanhola. A partir de então, quando os espanhóis conquistaram o México e quando Cortez levou o chocolate para a Espanha é que o produto se disseminou por toda a Europa (LIMA & SILVA NETO, 2017).

Observa-se que embora os espanhóis tenham demorado um pouco para se acostumar com o sabor da bebida amarga, os indígenas já consumiam de forma fria e puro, sem adição de nenhum outro produto como leite ou açúcar. Quando os europeus passaram a consumir o produto, passaram a adicionar o açúcar, pois achavam desagradável o sabor amargo da bebida (NUNES, 2019).

O chocolate chegou na Itália em 1606, e em 1727, os ingleses resolveram acrescentar leite ao chocolate, fato esse que contribuiu para o aumento do produto e, conseqüentemente, para o cultivo do produto. Posteriormente, outros países também passaram a cultivar o chocolate, como Inglaterra, França e a Holanda.

Imagem 31- Imperador Moctezuma II, o último rei asteca (reinou entre 1502 e 1520)



Fonte: Biblioteca Digital Mundial, 2019.

Nessa trajetória histórica do cacau, vale acrescentar, que a disseminação do produto conquistou vários países. Assim, segundo Nogueira (2005), o México passou a ser considerado o primeiro país produtor e exportador, comercializando o produto para a Espanha; no século XVII, o país desenvolveu a técnica de processamento de amêndoas. Além disso, em 1750, a Venezuela também ganhou liderança mundial na produção do cacau, a qual permaneceu até 1850; neste mesmo período, o Equador passa a assumir liderança na América do Sul.

No início do século XX, um pouco antes da Primeira Guerra Mundial, é possível dizer, segundo Valente (2012), que a oferta de cacau no mundo praticamente dobrou, chegando a atingir 250 mil toneladas, onde a produção brasileira ultrapassou a do Equador, assumindo a liderança mundial de amêndoas de cacau. Assim, uma década, após a Primeira Guerra Mundial, a África passou a produzir dois terços de todo cacau do mundo, mudando o centro mundial de produção de cacau do continente Americano para o Africano; e, Gana, era responsável por 65% de toda a produção. A partir daí, o chocolate foi amplamente difundido pelo mundo inteiro. Somente em 1910 começou a ser vendida a barra de chocolate, que se popularizou após a utilização pelo exército americano como alimento de combate durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante do que se apresenta, a história do cacau foi se constituindo como um precioso produto, considerado muito caro, fato esse que a bebida era destinada às famílias de alta nobreza, mas, aos poucos foi conquistando diversos lugares e com o aumento das produções os preços caíram e a bebida passou a tornar-se popular, disseminando-se mundialmente.

3.2. O Cacau na Amazônia Colonial

À luz de Chambouleyron (2010), os primeiros plantios de cacau na Amazônia ocorreram na década de 1670, por colonos do Pará, sob o incentivo da coroa portuguesa, apesar de registros indicarem que as missões jesuíticas foram pioneiras no processo de exploração do cacau na região.

No período de colonização, no processo de ocupação, povoamento e exploração dos recursos naturais na Amazônia, os jesuítas foram imprescindíveis, visto que a economia de colheita era praticada por eles, incentivando os colonos a desenvolverem a produção cacauera; fato esse, que contribuiu para as disputas entre colonos e jesuítas, provocado pelo monopólio da produção cacauera. Além disso, os colonos constantemente reclamavam da

concorrência desleal das missões jesuítas, afirmando que elas colhiam o cacau da própria floresta (denominado de cacau bravo). Contudo, embora não houvesse comprovações para as acusações dos colonos, os missionários sofriam com oposições das autoridades locais, o que contribuiu para a expulsão dos jesuítas do território, ocorrida em 1659. (CONESA, 2012)

A participação dos jesuítas para o desenvolvimento do cacau na Amazônia oportunizou também o surgimento de pequenas aldeias, visto que protegiam, controlavam e evangelizavam os indígenas, os quais ajudavam a desenvolver as atividades econômicas na região. Essa justificativa dos indígenas viverem sob proteção dos jesuítas decorria pelo fato de estes serem contrários à exploração e massacre dos colonizadores sob os nativos.

As ordens religiosas viam na cacauicultura uma importante fonte de renda para a região amazônica. Assim, o historiador José Ubiratan Rosário (1986) relata que os jesuítas, assim como as carmelitas e os franciscanos, entre 1743 e 1745, exportaram para Lisboa, através do porto de Belém, 433.554 libras de cacau, o que representava um percentual bem significativo para as exportações da região. (ROSÁRIO, 1986)

Vale ressaltar ainda, que tanto o cacau bravo, quanto o cacau manso se complementavam, visto que não prevaleceu o monocultivo na região, fato esse que o cacau silvestre também não deixou de ser coletado. Assim, a agricultura do cacau foi organizada pelo sistema extrativista.

Chambouleyron (2012) afirma que embora fosse possível, no período pombalino, caracterizar a dinâmica da economia na região como sendo “agroextrativista”, considerando que exploração do cacau se organizou tanto por meio da agricultura, quanto pelo extrativismo, não foi disposto para o cultivo do cacau o modelo de monocultura, visto que as propriedades paraenses que surgiam na região amazônica se caracterizavam pela multiplicidade de gêneros no que tange ao cultivo de produtos, como o cravo, a mandioca, dentre outros, considerados alimentos básicos e característicos da Amazônia.

Rosário (1986) considera que o primeiro ciclo do cacau na Amazônia, denominado o “boom do cacau na Amazônia”, ocorreu na década de 1670, quando Portugal enfrentava dificuldades financeiras; assim, em razão da queda dos preços internacionais do açúcar, procurou adotar uma série de medidas de incentivo em prol da exploração do cacau na Amazônia, a fim de aumentar as exportações do produto. Portanto, dentre as medidas adotadas por Portugal estão arroladas a declaração da Coroa portuguesa (1681) para as exportações de cacau isentas de direitos alfandegários, além disso, liberou os funcionários

reais de proibições na participação no comércio, o que favoreceu para que os mesmos também pudessem exportar o produto.

Nesse contexto, segundo Frederico Afonso, surgiu a primeira política de incentivos fiscais com o intuito de beneficiar o plantio do cacau e, conseqüentemente, o desenvolvimento da Amazônia. Com isso, propiciou o incentivo comercial da era pombalina, onde começava a se definir um novo período econômico para a Amazônia, cujo cacau se tornou o principal produto de exportação, marcado entre 1739 e 1849, fato esse que demonstrava a importância do produto para a região. (ALVARES-AFONSO, 1979)

O crescente gosto por bebida de chocolate ocorreu na Espanha e em outros países europeus, contribuindo para a demanda do cacau da Amazônia e levando a Coroa a tentar promover o desenvolvimento de plantações deste fruto na região durante as últimas décadas do século XVII. Observa-se com isso, que o cacau, por um longo período histórico, tornou-se uma fonte de alimento não apenas para o cultivo local, na região amazônica, mas, também, despertou a cobiça para o comércio europeu.

Apesar do processo de exploração e exportação do cacau, na Amazônia, ter contribuído para ascender a economia na região, no século XVIII, denominado período áureo do cacau, é possível dizer que muitos fatores levaram ao enfraquecimento da comercialização, em decorrência de dificuldades encontradas por causa do clima, das doenças e da escassez de mão de obra para a lavoura do cacau, o qual esta última foi imprescindível para que os colonos recorressem a importação de escravos africanos. (CONESA, 2012).

Diante de tal contexto, a produção do cacau na Amazônia alcançou uma dimensão além do território brasileiro, destacando a sua importância econômica e cultural a qual foi se constituindo por meio das relações portuguesas e até mesmo entre portuguesas e indígenas. Além disso, outras influências externas foram importantes para alavancar o cultivo e o mercado do cacau, como a Venezuela, bem como o consumo crescente de chocolate que se estabeleceu na Europa, fatores esses considerados determinantes não apenas para destacar a valorização do cacau, mas, também, contribuíram, no início do século XVII, para o processo de ocupação e desenvolvimento do território amazônico.

Contudo, embora no início da colonização a exploração do cacau, na Amazônia, considerado “droga do sertão”, tenha ocorrido com o intuito de exploração e ocupação do território amazônico, a fim de dominá-lo, a dinamização desse percurso histórico não apenas gerou disputas entre colonos e missionários, e até mesmo resistências de indígenas, mas, favoreceu gradativamente de forma significativa para o desenvolvimento da região

amazônica, trazendo nessa trajetória mudanças de hábitos e costumes, conseqüentemente contribuindo para influências culturais.

Sendo assim, mesmo com toda dinâmica de exploração, ocupação territorial e incentivo para a expansão do cultivo do cacau na Amazônia, é possível dizer que ele teve os seus momentos áureos, mas aos poucos o cacau foi dando espaço ao ciclo da borracha. Mas, logo a produção mundial de borracha teve o polo de produção transferido da Amazônia para o sul asiático, assim também ocorreu com o cacau que contribuiu para o desenvolvimento de outras regiões, tais como: Bahia e seguindo para a África; tendo, hoje, a Costa do Marfim, Gama e Nigéria como líderes na produção mundial do cacau. Então, apesar do cacau ter atravessado momentos de altos e baixos, na segunda metade do século XX ganha forças na produção e grande relevância na comercialização seja a nível mundial ou local.

3.3. O Cacau no Brasil

O cultivo do cacau, no Brasil, só foi permitido em 1677, através da Carta Régia, a qual declarava a legalidade para a realização das primeiras plantações; com isso, os colonizadores passaram a plantar o cacau no Brasil. Tal situação ocorreu depois da nova ordem e por causa do mercado em alta, levando os colonizadores a não pensarem duas vezes em comprar sementes para começar a produção no território nacional. (SODRÉ, 2007)

A trajetória histórica do cacau no Brasil, segundo Mendes e Lima (2009), configura-se em duas fases: no século XVII até 1890, quando ocorreram os primeiros embarques e predominava a produção na Amazônia; e, de 1890 à atualidade, com a predominância do cultivo no Estado da Bahia, mas, que logo sofre redução na lavoura cacaeira, em decorrência do ataque do fungo vassoura de bruxa. Com isso, o Pará passou a ganhar destaque na produção do cacau.

Ao longo desse percurso, o cacau ao passo que ia ganhando importância econômica com a expansão do consumo de chocolate, várias tentativas foram feitas visando à implantação da lavoura cacaeira em outras regiões do Brasil, com condições de clima e solo semelhantes às do seu habitat natural (CEPLAC, 2018). Em meados do século XVIII, o cacau foi levado para o Sul da Bahia, pelo colono francês Frederico Warneau, precisamente em 1746, pois a região apresentava excelentes condições climáticas e nutricionais para o seu desenvolvimento, tanto que se transformou no maior centro brasileiro de produção (ANDRADE, 2003).

O Brasil, até a década de 1870, era o maior produtor e exportador mundial de cacau em amêndoas, onde a Bahia era o principal produtor. Após esse período, com a introdução da cacauicultura na África, o Brasil começa a perder sua liderança de produtor mundial. (OLIVEIRA, 1981). Assim sendo, na metade do século XIX, quando o produto foi levado para a África, começa obter grandes safras e a partir daí lidera a produção mundial de cacau na Ásia e Oceania. Desse modo, as primeiras plantações africanas foram feitas por volta de 1855, nas ilhas de São Tomé e Príncipe, colônias portuguesas ao largo da costa ocidental africana. (CEPLAC, 2018).

Contudo, no período de 1960 a 1970, devido à grande valorização do cacau, o governo brasileiro lança programas de incentivo ao plantio de cacau em diversas regiões do país; assim, o produto ganha novo impulso, contando com o início das atividades da CEPLAC (a partir da década de 60) na região Amazônica, o qual favoreceu para a atividade econômica, de forma notável e de maneira racional, com orientações técnica e qualificada nos Estados amazônicos. Com isso, os anos de 1975, 1980 e 1985 foram marcados pelas grandes safras do produto. Todavia, o final da década de 80 também foi marcada pelo início da grande crise na cacauicultura brasileira. (VALENTE, 2012)

3.4 O Cacau no Pará

Chambouleyron (2006) ressalta, que no Estado do Pará, segundo João da Câmara²¹, já tinham “muitas árvores agrestes de cacau e vários sítios dilatados em que a natureza as tem produzido”. Porém, existiam dois grandes fatores que dificultavam o processo de exploração, tais como: a falta de moeda, visto que sem ela dificultava o negócio; e, de outro lado, havia a escassez de mão de obra africana, embora tendo um contingente significativo de indígenas na região, o que para João da Câmara os índios trabalhadores não tinham “tanto serviço como um só escravo de Angola”.

Chambouleyron (2010) assegura que a Coroa de Portugal fora convencida da sistematização da plantação de cacau por notícias, a quais chegavam por textos de colonos como João de Ornelas Câmara, do ouvidor Maurício de Heriarte e do provedor-mor da fazenda, Dom Fernando Ramirez sobre a grande quantidade de cacau que poderia ser comercializada pelos Estados do Maranhão e Pará.

²¹ João de Ornelas da Câmara era natural e morador de Belém.

O cacau tinha uma importância muitíssimo valiosa, como moeda corrente da Coroa Portuguesa e na capitania do Pará. Assim, em 1740, sob registro do governador João de Abreu Castelo Branco, o qual expediu uma carta ao rei D. João V, ressalta que o cacau era tão valioso a ponto de ocorrer recusa de pagamento por parte dos almoxarifes e depositários, que não fosse cacau, visto que este, na época, era tão mais valioso quanto o cravo e o açúcar, os quais também eram considerados como moeda de troca.

Acuña (1994) durante a sua descida de Quito à cidade de Belém, pelo rio Amazonas, fez o seguinte relato sobre a fruta:

O cacau, de que estão suas margens tão cheias, que, algumas vezes, as madeiras cortadas para o alojamento de toda a tropa não eram outras senão as das árvores que produzem esse fruto bastante apreciado na Nova Espanha ou em outro lugar qualquer, onde se saiba o que é o chocolate. Beneficiado, ele se torna de tanto proveito, que cada cacauero pode render, anualmente, oito reais de prata, livres de quaisquer despesas. E bem se pode ver com quão pouco trabalho se cultivariam tais plantas neste rio, pois, sem nenhum artifício, a natureza sozinha as enche de abundantes frutos [...] (ACUÑA, 1994, p. 89-90).

O cacau foi considerado um produto tão valioso que contribuiu para a formação econômica da região, mas, também, territorial e cultural, marcando a história da formação metropolitana de Belém. Fato esse, ressalta a construção da Catedral da Sé, na cidade de Belém, onde foi concedido 60 mil cruzados em cacau, pelo rei D. José I, através do conselho Ultramarino, sob pedido do Bispo do Estado do Pará, Miguel de Bulhões e Souza (CONESA, 2012).

Além da construção da Catedral da Sé, o cacau contribuiu também para importantes monumentos como a Casa de Ópera e o Palácio dos Governadores, deixando a cidade de Belém além demais moderna do Brasil, bem próxima a cultura europeia. Assim, em meados do século XVIII, a capital da Província do Grão-Pará havia se tornado um importante centro cultural da época (CONESA, 2012).

A economia do cacau, a qual perdurou até meados do século XIX, cresceu gradativamente, conforme observa Vasconcelos e Almeida (2017), onde em 1730 foi considerado o principal produto de exportação da Amazônia. Em 1745, após o aumento da produção de amêndoas que representou 85% do total de exportação da região, ocorreu uma forte epidemia de varíola, atingindo a população indígena (considerada importante mão de obra cacauera), o qual contribuiu para a interrupção das exportações do cacau até 1749. A partir desse período, foram enviadas do Pará ao Sul da Bahia as primeiras sementes de cacau

nativo, onde nas primeiras décadas do século XX tornou-se o principal produto baiano de exportação.

O cacau passou a fazer parte do interesse da Coroa e dos colonos em virtude do grande interesse na Europa em torno do consumo do chocolate, visto que no século XVI, o chocolate era considerado um produto de grande valor na Península Ibérica e desde os anos de 1620 já havia se espalhado por todo continente europeu. Diante disso, a coroa portuguesa passou a fomentar o incentivo do cultivo de cacau nos arredores de Belém, a fim de prover no processo de comercialização. No entanto, as plantações desordenadas não tiveram tanto sucesso, por razão da carência de mão de obra, prevalecendo o extrativismo com base na organização de expedição de coleta do cacau silvestre (CEPLAC, 1979, p. 3).

Contudo, o cultivo do cacau contribuiu não apenas para a economia, mas, auxiliou nas grandes influências culturais e na formação de miscigenação realizado no processo de ocupação territorial, realizada através dos índios (os quais já habitavam), dos negros escravizados, assim como dos portugueses (CONESA, 2012).

3.5. O Cacau no Território do Baixo Tocantins

Cada atualidade reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora. (BRAUDEL, 2007, p. 54)

O Vale do Tocantins (como era denominado) era um dos mais antigos e bem estabelecidos espaços da colonização portuguesa na Amazônia. A partir da segunda metade do século XVIII, sob a égide das políticas pombalinas, o Baixo Tocantins passou por profundas transformações de ordem demográfica e econômica. A instituição do Diretório dos Índios e, principalmente, da altamente capitalizada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGPM), promoveu o estabelecimento de sistemas agrários assentados na mão de obra escrava e voltados ao mercado externo, que passaram a coexistir com o tradicional extrativismo do cacau e das “drogas do sertão” que caracterizava a economia amazônica até então (ÂNGELO-MENEZES, 2000).

A região do Baixo Tocantins, a qual compreende os municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeira do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, constitui-se ainda hoje em uma das mais tradicionais zonas produtoras de cacau do Pará, com destaque para os municípios de Cametá e Mocajuba. Nessas áreas de várzea, por serem constituídas de

cacaueiros nativos e de idade desconhecida, a exploração do cacau está inserida de forma muito intensa na cultura e na economia do homem da região, como fonte de renda tradicional, embora outras atividades contribuam para a formação da renda familiar. Nesse sentido, estima-se que 7.000 hectares de área de cacaueiro constituem a região do Baixo Tocantins, porém, Cametá apresenta-se como o centro de produção e comercialização do produto, destacando-se com aproximadamente 5.500 hectares do produto. (ALMEIDA, 2010)

3.5.1. Marcas da Formação Territorial

A constituição histórica da região do Baixo Tocantins, conhecido também como *Amazônia Tocantina paraense* ou *Vale do Tocantins* é caracterizada, segundo Ângelo-Menezes (1994), pelos processos de ocupação das margens do rio Tocantins, de seus afluentes e de suas várzeas e ilhas, principalmente a partir do processo colonizador português.

O Vale do Tocantins colonial envolveu uma densa e extensa rede fluvial, a partir de três principais rios do Pará: Tocantins, Acará e Moju e seus afluentes, “considerando-se as inter-relações entre as povoações coloniais de Barcarena, Conde, Beja, Abaetetuba, Moju, Acará, Igarapé-Miri, Cametá e Baião, situadas ao longo do Rio Tocantins e seus afluentes, e a cidade de Belém do Pará” (ANGELO-MENEZES, 2000, p. 119). Essa rede territorial fluvial estava relacionada ao desenvolvimento de um circuito ampliado de comércio e ao desenvolvimento da produção agrícola, associada ao extrativismo, a partir de meados do século XVIII.

A partir de meados do século XVIII, a constituição do Vale do Tocantins foi fator de grande importância para a constituição das territorialidades das comunidades ribeirinhas da atual Amazônia, já que a ascensão e crise da exportação do cacau, assim como outros fatores, abriu espaço das várzeas e ilhas para a ocupação de populações mestiças pobres, tapuios, negros libertos e escravos fugidos, assim como soldados portugueses que desertavam (CHAMBOLEYRON, 2010), aumentando nestes uma produção diversificada, além de um regime de sociabilidade e, conseqüentemente, territorialidades ribeirinhas diferenciadas na Amazônia Tocantina paraense.

Algumas estratégias socioespaciais, a partir de meados do século XVIII, foram importantes para constituição do território colonial português no rio Tocantins, o *Vale do*

Tocantins colonial (ANGELO-MENEZES, 1994); e, para o processo de formação territorial de comunidades ribeirinhas. Tais estratégias são de natureza geopolítica, militar e econômica, a maioria promovida pela política territorial da reforma Pombalina em toda Amazônia, conforme retratado por Pereira (2014, p. 47):

1. O fechamento pela Coroa Portuguesa do rio Tocantins para a navegação (de 1737 a 1781) a partir da descoberta de ouro nas Minas Gerais;
2. A construção do Forte da Faxina Nossa de Nazaré na proximidade da cachoeira de Itaboca (1781) e do povoado de Alcobaça (atual Tucuruí), no mesmo período, o qual visava impedir o tráfico de ouro das Minas, conter a fuga de escravos de Cameté e controlar os indígenas Timbiras, Carajás, Apinagés, Gaviões, habitantes d'aquelas margens, evitando-se as tentativas de agressão às canoas destinadas ao comércio do governo e de particulares;
3. Fundação do povoado de São João do Araguaia (1797), na confluência do rio Araguaia com o Tocantins;
4. A introdução da mão de obra escrava de negros africanos para trabalhar nas fazendas e engenhos de colonos portugueses, os quais começaram a fugir destes, estabelecendo quilombos no interior da floresta, em todo Vale do Tocantins;
5. Intervenção urbanística que transformou a paisagem de vilas e aldeias, impondo a estas nomeações lusitanas e uma fisionomia lusa à cidade de Cameté, e outras cidades e vilas do Vale do Tocantins;
6. Incentivo, incremento e expansão das lavouras de cacau em todo baixo Tocantins, assumindo Cameté uma grande importância comercial na região, o qual possibilitou a ocupação efetiva das ilhas e várzeas;
7. Incentivos e regulamentação dos casamentos entre os portugueses e as indígenas, fundamental para constituição e reconhecimento do elemento mestiço na sociedade

colonial da Amazônia, estabelecendo um padrão de organização familiar sobre o qual se estabelecem as comunidades ribeirinhas da Amazônia;

8. Incorporação subalterna de índios na estrutura de gestão colonial da força de trabalho indígena, os chamados “Principais”.

Segundo Ângelo-Menezes (1994), o Vale do Tocantins, ao longo da história, através do seu rio, assume para os muitos sujeitos sociais diversos significados, de acordo com os contextos, os agentes, os interesses, os projetos, os imaginários e as necessidades em jogo. No entanto, pode-se dizer que o rio Tocantins é amplamente reconhecido pela sua importância geo-história, geopolítica, econômica, cultural e social, para a constituição da Amazônia Brasileira e, em particular, para a formação dos territórios de diferentes grupos sociais ribeirinhos da região.

Atualmente, a região do Baixo Tocantins apresenta uma configuração territorial muito específica na Amazônia brasileira; pois, conforme Malheiro e Trindade Jr. (2009), caracterizaram “as singularidades e particularidades das realidades socioespaciais” dos municípios que compõem essa configuração territorial como marcadas por uma situação “entre rios, estradas e grandes projetos”. Todavia, evidentemente que o complexo e a dinâmica territorial da região, considerada Amazônia Tocantina paraense, envolve muito mais do que esses elementos geográficos.

A Região de Integração do Baixo Tocantins, de acordo com Bastos *et al.* (2010), constitui duas realidades muito distintas na sua ocupação: a mais tradicional, a ribeirinha, a qual se ocupa de pluriatividades que se baseiam em extrativismo vegetal, pesca e agricultura familiar; e, a imigrante, que tem se ocupando de atividades agropecuárias e madeiras junto às rodovias estaduais e a qual vem ganhando maior relevância econômica a partir da construção da PA - 150 nos anos 1970, que ligava Moju ao sudeste do Estado. Além disso, mais recentemente, a PA-151, que chegará paralela ao rio Tocantins até Tucuruí, contribuindo para melhorar a acessibilidade rodoviária das populações ribeirinhas, através da integração rio-estrada.

Segundo Bastos *et al.* (2010), as margens do rio Tocantins são as áreas mais antigas de ocupação europeia no Estado do Pará, onde Cametá é a segunda cidade mais antiga do Estado. Tradicionalmente, a ocupação humana se dá nas cercanias de vias de transporte, na

região amazônica ela se deu em primeira mão no estuário e adentrou por rios e igarapés menores até ocupar a terra firme.

Na análise apresentada por Bastos *et al.* acrescenta que:

No estudo da ocupação do vale Tocantins e a formação do núcleo de Cameté se destacam especificidades dadas a partir do objetivo da colonização agrícola, da dimensão do empreendimento econômico colonial, da dimensão demográfica e do domínio de uma elite regional. No vale Tocantins organiza-se o sistema de plantation baseado primeiro no cultivo do cacau e posteriormente de cana-de-açúcar. Poucas regiões da Amazônia colonial se enquadram nesta noção de plantation. Outro destaque encontra-se na densidade demográfica, notadamente pela concentração de escravos de origem africana. Ainda, diversos eventos políticos singularizam sua história no período colonial, nas lutas políticas da Independência e durante a Cabanagem. (BASTOS *ET AL.*, 2010, p. 7)

A política pombalina, decisivamente, contribuiu para criar uma nova configuração territorial colonial português na Amazônia (MACHADO, 1989; MIRANDA, 2008), consolidando-se como realça Ângelo-Menezes (1994) um imenso complexo territorial denominado de *Vale do Tocantins Colonial*. Assim, o que se pode denominar de Amazônia Tocantina é, em grande parte, resultado da formação do Vale do Tocantins Colonial, onde se constituem as comunidades ribeirinhas com suas territorialidades.

Contudo, os primeiros povoamentos na região do Baixo Tocantins, ocorridos no século XVII, emanaram, segundo Paiva *et al.* (2010, p. 12), com o surgimento das cidades de: Cameté (1620), Oeiras do Pará (1653) e Baião (1694); nos séculos seguintes, surgiram as cidades de Barcarena (1709), Abaetetuba (1745), Mocajuba (1953) e Limoeiro do Ajuru (1956), Igarapé Miri (1710), Moju (1754), Acará (1839); e, conseqüentemente, a base de subsistência e produção econômica voltada para o sistema de *plantation* (introduzido pelos portugueses, tendo como base o latifúndio, a monocultura, a mão-de-obra escrava e o foco no mercado externo), onde a ocupação de terras na região baseou-se primeiramente no cultivo do cacau e posteriormente na cana-de-açúcar.

3.5.2. As Estratégias de Exploração do Cacau

As estratégias de exploração do cacau iniciaram com o processo de colonização agrícola da Amazônia, através do sistema de *plantation*, ao final do século XVI e início do XVII, tinha como um dos objetivos da ação europeia a ocupação efetiva da Amazônia e a instalação de uma economia baseada na extração das chamadas *drogas do sertão* que incluía

o cacau, salsaparrilha, urucum, cravo, canela, cravo, anil e baunilha, entre outras. Tal perspectiva visava estabelecer pontos estratégico de conquista territorial, ao longo do rio Amazonas, preferencialmente na foz de seus gigantescos afluentes, a fim de defini-los como de seu domínio e soberania, sem levar em consideração os povos indígenas que já ocupavam as terras como titulares de direito. (RIBEIRO, 2006, c.10)

As táticas adotadas no período colonial, relacionadas a exploração das drogas do sertão, ao longo do século XVII, contribuíram para o processo de domínio territorial. Assim, com o intuito de assegurar a posse territorial foram criadas unidades político-administrativas, como os Estados. Em 1621, cria-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Em 1751, dado a importância econômica e política de Belém, cria-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. Porém, em 1774, o Estado passa à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil, favorecendo manter os vínculos administrativos diretos com Portugal até 1822. Nessa perspectiva de dominação territorial, ainda no século XVII, em 1633, foi fundada a segunda vila no Pará, denominada Vila de Cameté; mas, logo passa à condição de Capitania, em 1634. Nessa trajetória de conquista territorial, surgiram outras vilas, como: Baião (1833), Igarapé-Miri (1843), Mocajuba (1872), dentre outras. (TAVARES, 2008)

Dentre as estratégias de ação do Governo português, segundo a antropóloga Adélia Engrácia de Oliveira, compreendia não apenas a defesa da posse da Região, mas a criação de uma economia regional. Portanto, a base inicial nesse processo de colonização foi a atividade extrativista, a qual tinha como pilar de sustentação o trabalho compulsório indígena, o que foi suficiente para constatar que a Amazônia já era habitada por índios. Sendo assim, a economia que se estabelecia, para o início do processo de conquista e ocupação da Amazônia, contribuiu de forma decisiva para sua inserção dentro dos quadros da economia mercantilista metropolitana. (RIBEIRO, 2006, c.11)

Nesse contexto, tendo em vista o interesse pelo comércio extrativista e a fim de garantir a posse territorial, pelos portugueses, no período de 1636 a 1637, ocorreu a expedição de Pedro Teixeira, o qual subiu o rio Amazonas até Quito no Peru, levando a descobertas de cacauzeiros e de plantações comerciais estabelecidas pelos amazônidas, fato esse constando em inúmeros documentos históricos. (TAVARES, 2008).

Com isso, observa-se que a Coroa Portuguesa não mediu esforços, a fim de solucionar deficiências financeiras, o que contribuiu para desencadear em uma série de intervenções governamentais, cujo objetivo primordial consistia na fomentação do cultivo deliberado do

cacau, com o intuito de comercialização do seu beneficiamento. Dessa forma, no início dos anos de 1730, o fruto se tornou o principal produto de exportação da Amazônia (MARTINS, 2013).

No período colonial, embora a exploração do cacau tenha ganhado impulso, como produção econômica viável, não houve uma preocupação das autoridades governamentais quanto a necessidade do estabelecimento de um programa compromissado com a execução da política cacauera fundamentada em bases técnicas e racionais de exploração, o que se constituiu no fator determinante para o não desenvolvimento do cultivo dessa planta, de forma sustentável e permanente na Amazônia.

Desse modo, conforme Chambouleyron (2006), nessa fase de exploração das drogas do sertão despertou a inquietação em habitantes da região, justamente em razão de como vinha sendo conduzida a execução política das atividades. Assim, por volta da década de 1660, João Ornelas da Câmara, natural e morador de Belém, escreveu à rainha dona Luísa de Gusmão (naquele momento regente de Portugal), a fim de expressar sua preocupação singular, assim como os anseios de outros habitantes, com relação ao desenvolvimento das atividades na região, o qual, naquela época, era denominado de “aumento” e “conservação” da conquista; destacando-se com isso, a preocupação principalmente no que diz respeito a questão do corte predatório que se aplicava não somente ao cravo e ao cacau, mas, também, a outras plantas.

As inquietações apresentadas, não apenas por João da Câmara, mas, também, por outros moradores da região, ecoam à Corte portuguesa e aos conselhos que compunham o governo do reino, como o Conselho Ultramarino, a fim de discutirem e refletirem sobre as formas de ocupação e rendimentos do território, permitindo assim, compreender sobre o desenvolvimento da região e o aproveitamento dos seus recursos naturais, bem como as especificidades das condições locais.

Dessa forma, tendo em vista que o cultivo do cacau aguçou a cobiça dos portugueses e levando em consideração a forma como a Amazônia vinha sendo explorada, sem a perspectiva de plantar novas mudas de cacau, bem como de outras drogas exploradas, as inquietações apresentadas por moradores da Belém seiscentista, tornaram-se uma expectativa ímpar, visto que contribuiu para refletir sobre a questão do desenvolvimento da região e o aproveitamento de seus recursos naturais sem agredir o meio ambiente.

Mediante tais situações apresentadas por habitantes locais da Amazônia, a Coroa portuguesa procurou assimilar os anseios dos amazônidas, como forma estratégica, a fim de

estabelecer um importante instrumento político para a região. Assim, o capitão-mor do Pará, Marçal Nunes da Costa, através de um regimento, especificava que ele deveria empenhar-se na continuação da cultura do cacau, bem como outras drogas que nesse sertão houvesse, com o intuito de que se aproveitasse do seu fruto, sem prejuízo das árvores e sua extinção. Contudo, anos depois, em 1680, o rei proibia aos governadores de cultivarem e comercializarem, ainda que através de procuradores. Deste modo, somente ao governador Inácio Coelho da Silva, com seu exemplo aos moradores, foi permitido o cultivo do cacau²². (CHAMBOULEYRON, 2006)

A iniciativa formalizada por meio de um documento oficial, realça que o rei esperava atalhar o mal da excessiva interferência das autoridades nos negócios e atividades econômicas, procurando incentivar o cultivo do produto através do exemplo do próprio governador. Então, vinte anos depois, com as concessões de terras, por meio de sesmarias, ocorre a política de incentivo ao plantio de cacau, bem como de outras plantas frutíferas, contribuindo não apenas para o bem-estar da população local, mas, também, era uma forma estratégica da Coroa portuguesa de obter o domínio de uma terra tão vasta, cobiçada e desabitada de vassalos.

A perspectiva que se apresenta é revelada por alguns habitantes da região, conforme acrescenta Chambouleyron (2006, p.161)

“Antônio de Paiva de Azevedo, cidadão de Belém que vivia no rio Acará, afirmava “ter plantado o melhor de 15 mil pés de cacau, a maior parte frutífero”, para o que solicitava a confirmação de terras que cultivava (...).” Já Manuel Rodrigues Chaves, também cidadão de Belém, “vivia de suas lavouras de mantimentos e cacau”, numas terras de Tapari, que lavrava havia 20 anos (...).”

Diante do olhar que se expõe, no Brasil, segundo Sodré (2007), o cultivo do cacau só foi permitido em 1677, através da Carta Régia que autorizava os colonizadores a plantá-lo em suas terras. Com relação ao Estado do Pará, diversas tentativas foram feitas, no entanto, a maioria foi fracassada, principalmente devido ao baixo teor nutricional dos solos. Mas, nem por isso, o cacau deixou de ser produzido na região, pois, em 1780 ultrapassou 100 arrobas de cacau; todavia, não teve energia suficiente para se instalar como alternativa de renda por diversos anos, atuou simplesmente como atividade extrativista até anos recentes.

²² Segundo citação adotada por CHAMBOULEYRON, através de GROSS (1969), “ao longo do século XVIII, o “exemplo” das altas autoridades da colônia foi um mecanismo usado pela Coroa para incentivar a agricultura na região.”

Já no século XVIII, com a política pombalina, configura-se um novo sistema de controle territorial, onde as antigas aldeias e missões passaram à categoria de vilas. Mas, as iniciativas pombalinas só tiveram êxito no que se refere ao estímulo à agricultura de exportação, principalmente a do cacau. Entretanto, ocorreu uma expansão das atividades agrícolas no Baixo Tocantins, onde Cametá, tornou-se o principal centro de cultivo de cacau. Todavia, no final do século XVIII, a região Amazônica passou a uma situação desfavorável com a decadência da economia extrativista cacauceira, gerando problemas de abastecimento da Província e deixando a população pobre à mingua. Nessa ocasião, mediante a situação econômica da Província, bem como o autoritarismo político, a classe pobre da sociedade manifestou-se, eclodindo em um grande movimento, o qual denominou-se cabanagem (1835-1940) (TAVARES, 2008).

Ao longo do processo histórico a economia do cacau começou a demonstrar uma fragilidade. Assim, no início do século XIX, as plantações entram em fase de decadência, contribuindo para um declínio significativo no desempenho das exportações. Com isso, o processo da perda da hegemonia cacauceira, contribui para uma nova fase, com a exploração da borracha na Amazônia (MARTINS, 2013).

Na segunda metade do século XIX, com a exploração da borracha, motivada pela Revolução Industrial, embora houvesse a expectativa de um cenário econômico mais fortalecido, visto que o período foi propagado como áureo, não foi suficiente para atender os interesses da elite local, com o enriquecimento da região, pois, conforme ressaltado por Tavares “o excedente do valor produzido localizava-se nas pontas dos sistema, em Belém” (TAVARES, 2008, p. 65). Na verdade, a elite, no início do deslanche da indústria extrativista, relutou, pois temia que a mesma pudesse prejudicar as atividades agropecuárias, bem como os habitantes locais. Isso demonstra que a elite tinha receio que a economia local se tornasse marginalizada, em razão de que a base econômica da região estava relacionada a propriedade da terra.

No século XX, mais precisamente na década de 50, inicia-se a implementação de grandes projetos para a Amazônia, com o intuito da integralização, inaugurando-se com isso um novo paradigma socioeconômico para a região amazônica. Além disso, a questão territorial na Amazônia ao longo do tempo sofreu e ainda tem sofrido muitas mudanças, principalmente na relação entre o homem e o meio biofísico. Nesse contexto, Costa e Richetti (2010) consideram que:

(...) as mudanças recentes ocorridas em relação a sociedade e a natureza, são provenientes da forma como o homem começa a reavaliar sua visão sobre o meio ambiente. Afirmam ainda que; [...] as relações sociais também se modificam, pois não têm como pensar o social e o natural como processos isolados, uma vez que é a sociedade que produz modelos de relação sociedade-natureza e, pelo mesmo lado, também produz modelos de relação sociedade-sociedade (RICHETTI; COSTA, 2010, p. 20).

Nesse contexto histórico, o qual permeia desde o período colonial até os dias atuais, muitas transformações que ocorreram e ainda ocorrem na Amazônia, provocaram uma “desestabilização” na organização do território e no cotidiano das populações consideradas tradicionais da região. Com isso, observa-se que o modelo de desenvolvimento, o qual vinha sendo adotado, acabou gerando impactos socioambientais. Então, conflitos pela luta da terra e pelos recursos naturais se instalaram e expandiram, e o modelo de economia extrativista passou a ser industrializado.

Dessa forma, conforme observa Becker:

O processo ocupacional vivenciado na região Amazônica de modo inicial foi um modelo predominantemente com características exógenas, em que o processo foi sustentado a partir de elevadas taxas de investimentos do setor público voltados a estruturar a região por meio de investimentos em infraestrutura. E que a curto, médio e longo prazo gerou em enormes problemas e conflitos territoriais (BECKER, 2001, p.136).

Atualmente, estabelece-se um novo paradigma, configurado com a reestruturação da economia do agronegócio, com forte especialização no comércio mundial de ‘commodities’, a que correspondeu em paralelo, certo protagonismo dos setores exploradores de recursos naturais – terras, jazidas minerais, águas e campos petrolíferos, em aliança com determinadas cadeias agroindustriais, mas, sem incluir o núcleo principal do setor manufatureiro. Assim, a captura da renda fundiária pelos proprietários de recursos naturais, recoloca a tese da completa ‘mercadorização’ das terras à revelia da sua função social e ambiental que, de direito, continua a ser fundamento constitucional do direito de propriedade rural no Brasil (Cf. Art. 5, item XXIII, combinado com Art. 186 da Constituição Brasileira).

Segundo Simões *et al.* (2001), muitas questões contribuem para o desenvolvimento do território, considerando como um lugar de projeto coletivo, de articulação global/local e também de abordagem das problemáticas ambientais. De tal modo, a governança é considerada um dos elementos essenciais para que isso ocorra, pois é parte do processo de aprendizagem na construção dos territórios. Além disso, ela é compreendida como um

processo não somente de coordenação de atores, através da elaboração coletiva de regras, mas também pela apropriação dos recursos e pela construção da territorialidade.

Sendo assim, o território configura-se como lugar, por excelência, do conflito e da negociação, o qual apresenta como elemento fundante uma interferência de poder, construída ao longo da história e na vida cotidiana, com as ações e os agentes de mudanças constantes nesse território. Mas, apresenta também características multidimensionais, multiescalares e multitemporais, onde os conflitos e as negociações impulsionam os atores sociais a uma dinâmica de caráter político, cuja tomada de decisões tende a ser uma construção coletiva e de objetivos, resultado do processo de interação, a fim de que as representações diferenciadas se disponham ao contexto da negociação, visando o desenvolvimento local (MAGALHÃES, 2008).

Nesse sentido, o território e a territorialização são processos históricos que se relacionam em níveis escalares, além de construírem identidades em virtudes de elementos culturais, econômicos e políticos (SILVA *et al.*, 2016); além disso, o autor realça que territorialidade diz respeito às relações ocorridas no e do território, as quais se desenvolvem ao mesmo tempo que são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes.

O processo histórico demonstra que a conquista e a posse territorial, bem como um possível desenvolvimento local, ocorreram com dominação e imposição, sem levar em consideração os atores sociais que aqui já habitavam. Mas, observa-se que nessa trajetória surgiram manifestações de insatisfações e também mudanças seja no âmbito territorial e ambiental; e, ao passo que a ação governamental apresentava políticas com a perspectiva de desenvolvimento local, acabava afetando de alguma forma a população menos favorecida.

De acordo com Simões *et al.* (2001), no processo de desenvolvimento local é importante que haja a ação participativa, os pedidos, os anseios, os quais constituem como demanda aparente, ou seja, uma manifestação dos desejos e vontades dos indivíduos que ficam sempre permeados por injunções de natureza diversas (política, ideológica, econômica, científica, etc.). Mas, faz-se necessário recorrer a uma mediação dessas injunções a fim de se chegar a uma situação de demanda negociada e definir assim, num campo de possibilidades, a ação-intervenção que será colocada em prática.

Ressalta-se com isso, que a questão territorial está relacionada com os sujeitos sociais que os constroem, onde vão se estabelecendo as dimensões políticas, as relações econômicas e culturais, constituindo-se a territorialidade, visto que estão intimamente ligados ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como elas dão significados

ao lugar. Portanto, o processo de desenvolvimento territorial que se organiza ao longo dos tempos é inerente a própria história da humanidade, relacionando-se às transformações e, conseqüentemente, o desenvolvimento seja na perspectiva econômica, social e ambiental. Sendo assim, não dá para pensar em desenvolvimento territorial somente na perspectiva exógena, como outrora era apresentado pela história. É preciso ter a visão do endógeno, considerando-se com isso as relações que se estabelecem.

Rocha (2008) ressalta que a territorialização envolve sempre uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de “controle” simbólico sobre o espaço onde vivem. Nesse sentido, ainda em conformidade com o mesmo autor, os movimentos emancipatórios representam a expressão política e territorial do reordenamento espacial, econômico e sociopolítico do território. Assim, “as mudanças no uso do território e nas estruturas sociopolíticas locais ensejam o reordenamento dos sistemas hegemônicos locais e regionais com implicações no realinhamento das alianças entre os atores presentes nas regiões” (ROCHA, 2008, p. 44). Destaca-se ainda, segundo Vasconcelos Sobrinho (2016), que o reconhecimento de território vem relacionado como uma construção histórico-social, entrelaçando a geografia, a política, a economia, a cultura, o ambiente e as instituições.

Sendo assim, as múltiplas interações entre a ação coletiva e a ação governamental são imprescindíveis para o processo de construção de uma abordagem territorial mais ampla que valorize as dinâmicas culturais e econômicas, favorecendo a aproximação entre as demandas sociais dos atores envolvidos (como por exemplo os ribeirinhos) e as políticas públicas, buscando-se com isso um desenvolvimento sustentável, tendo por base a gestão democrática (SIMÕES *ET AL.*, 2001). Assim, entende-se que o território tem suas interfaces, em decorrência do processo da modernização, ocasionando a mercantilização da existência, onde o valor da dimensão territorial está permeado entre o global e o local.

3.5.3. A Contextualização Socioeconômica do Baixo Tocantins

A formação socioeconômica do vale Tocantins iniciou com o processo extrativista agrícola colonial, realizado através do sistema de *plantation*, com o cultivo do cacau e posteriormente com o cultivo da cana-de-açúcar, os quais demarcaram o empreendimento econômico colonial da região e o domínio da elite com relação a dimensão territorial. Tal

perspectiva se confirma quando Bastos *et al.* realça que vários fatores contribuíram para a formação socioeconômica do vale do Tocantins, dentre esses:

As formas de ocupação das terras e permanência de sistemas de uso comum; a organização das grandes unidades econômicas e, também, da formação de elite regional; as transformações da economia no século XIX e primeira metade do século XX, abrindo espaço para novos sistemas agrários e, por último as dinâmicas de conflito e reivindicações territoriais de grupos sociais. (BASTOS *ET AL.*, 2010, p. 7)

Chambouleyron (2005) ressalta que na administração colonial contribuiu para o incentivo no cultivo do cacau, quando se descobriu as terras férteis às margens do rio Tocantins, onde se exploravam cravo, canela e o cacau, descobertos em 1669 e cultivadas nas povoações ribeirinhas de forma intensiva. O autor acrescenta que na década de 1700 havia nove produtores que cultivavam em média sete mil plantas de cacau, equivalente a ocupação do espaço pela agricultura. Tal configuração de exploração econômica do território dependia de certa forma de mão-de-obra, de transporte e de ocupação humana, diferindo com a exploração das drogas do sertão.

Para Bastos *et al.* (2010) o recenseamento de 1778 apresenta sobre os donos de sítios que “viviam de suas lavouras de cacau” e muitos deles foram classificados como lavradores de cacau e roças, produção e mercado do qual viviam, onde o fruto do cacau era exportado seco para os portos europeus. Para tanto, o autor destaca que o papel desempenhado pelos rios da região foi de substancial importância, contribuindo para a circulação de mercadorias e pessoas, bem como para o processo e ocupação de “rio-várzea-floresta”. O autor realça que nas décadas de 1800-1820, quando Venezuela e Equador estavam envolvidos nas guerras de independência de Espanha e experimentaram forte queda na sua produção, o cacau do Vale do Tocantins passou a ter elevação nas exportações. Porém, no século XVIII a economia agrícola se expande na região próxima a Belém, com o cultivo de grandes canaviais e engenhos, os quais se localizaram no vale dos rios Tocantins.

3.6. O Cacau nas Várzeas de Mocajuba e Cametá

No período colonial, a Coroa Portuguesa no processo de colonização tinha a árdua missão, a de povoar e assegurar o território. Assim, segundo Chambouleyron (2010) para enfrentar o problema de povoamento e dominação territorial na região, a estratégia foi atrair

povos europeus, africanos e outros, através do processo de migração, com a expectativa econômica, de auferir renda.

Com isso, muitas famílias, com incentivo da Coroa portuguesa, vieram realizar o processo de ocupação e exploração das ilhas no Pará, as quais muitas estavam interligadas com a ocupação promovida pela capitania de Cametá, conforme afirma Chambouleyron (2010, p. 34): “Em 1649, foram 45 casais, somando 270 pessoas para a capitania de Cametá, financiado pelo seu donatário Antônio Coelho de Carvalho.”

Nessa perspectiva, as terras do baixo Tocantins foram consideradas como um grande atrativo, pela quantidade de riquezas naturais, as quais contribuíram para muitas atividades extrativistas das “drogas do sertão”, dentre essas o cacau. Com isso, o empreendimento pombalino, no século XVIII, é marcado como um exemplo simbólico do processo de valorização do padrão agrícola e da permanência de produção agroextrativista.

Os produtos da floresta, oriundos da atividade do extrativismo, tinham uma grande aceitação no mercado externo, o que contribuiu para motivação dos migrantes à região para ocupar as ilhas da região. Fato esse registra-se, segundo Chambouleyron (2010, p. 101), ao destacar que “não somente os reis tentaram de múltiplas formas desenvolver a plantação de açúcar e tabaco, mas, também o cultivo dos ‘frutos da terra’, como o cacau.”

Ao longo da história, as ilhas da região do Baixo Tocantins, como a ilha da Conceição, onde está situado o sítio Samuhuma, em Mocajuba, foi considerado pelo senhor Benedito Maia (B. Maia), como um espaço “bom de se viver e trabalhar”, visto que o mesmo afirma que tinham “terras boas”, isso proveniente das riquezas naturais, cuja perspectiva maior era o viés econômico. Nesse contexto, o cacau foi um dos produtos mais cultivados e que trouxe benefícios para essa região, produzindo muitas riquezas, conforme afirma Robert Avé-Lallemant (1859).

Desse modo, percebeu-se que as técnicas apreendidas com as experiências dos mais antigos, contribuíram no processo de cultivo do cacau de várzea, como foi o caso do senhor Amadeu Braga, que aos poucos foi aumentando a sua produção e é considerado, hoje, um dos maiores cacauicultores da região do Baixo Tocantins.

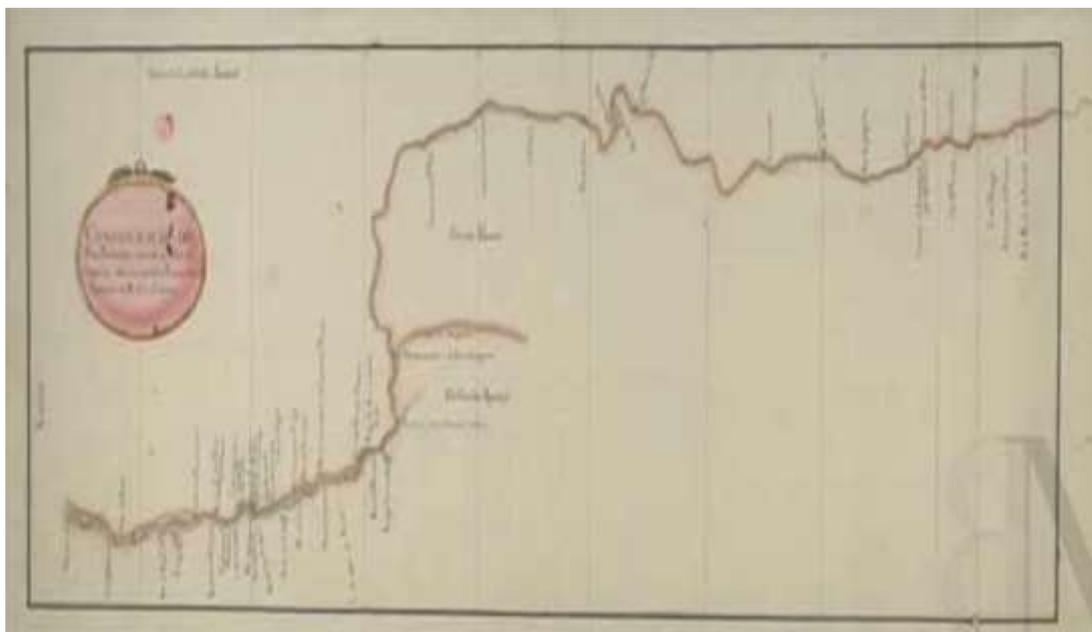
Nas áreas de Cametá, o comércio era destacado em razão de diferentes gêneros agrícolas, visto que é uma região muito abundante de produtos naturais. Dentre esses produtos, o cacau apareceria como um importante gênero de indústria e comércio, destacando ainda alguns outros produtos como a castanha, a borracha, o óleo de copaíba, sabão de cacau, cuias pintadas, dentre outros (BAENA, 1885, p. 37).

O cacau, assim como outros produtos, comumente era comercializado entre o porto de Cameté e Belém, onde muitas embarcações vinham de diversas povoações e sítios existentes às margens do rio, nas ilhas, formando um comércio fluvial, onde as “casas de negócios” eram abastecidas de mercadorias e gêneros. Assim, nesse movimento de comércio fluvial que se estabelecia, formava uma ligação estratégica entre a capital com o interior (PENNA, 1864, p. 52).

Nesse contexto, o porto de Cameté teve papel preponderante na região do Baixo Tocantins, quando o cacau sustentava a economia regional, visto que o cacau era coletado nas vilas próximas e escoado no porto de Cameté e de lá para as casas de comércio de Belém, onde a partir da capital era negociado no comércio exterior.

O porto de Cameté também exercia um papel importante na integração do território do interior do Brasil, pois o rio Tocantins era a principal via de comunicação entre Vila Bela e Belém desde o século XVII (ver mapa 4). Assim, o rio Tocantins foi mapeado em toda a sua extensão, o que mostra a preocupação da Coroa Portuguesa em conhecer o seu trajeto, identificar as áreas ocupadas e ter controle sobre a circulação realizada neste rio, pois, este poderia ser um *descaminho* do ouro das minas da região central (MIRANDA, 2019).

MAPA 4- O rio Tocantins como principal via de comunicação entre Vila Bela e Belém



Fonte: Biblioteca Nacional Digital – BN Portugal. (www.bn.pt). In: MIRANDA, 2019, p. 11.

4. O CACAU DAS VÁRZEAS DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: UM OLHAR SOBRE INOVAÇÃO SOCIOTÉCNICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1. A importância do Cacau de Várzea para o Desenvolvimento Local, no Território do Baixo Tocantins

Durante muito tempo, na história da Amazônia, o modelo de desenvolvimento ocorreu de forma periférica e voltado para fora, sem levar em consideração os habitantes locais, como um processo de exploração colonialista. Nesse sentido, é possível dizer que foram adotadas medidas por vários ciclos econômicos, com o intuito de produzir para exportar. Todavia, tal proposta não foi seguida de ações que pudessem gerar investimentos e melhorias na infraestrutura, na educação, bem como na saúde destinadas para muitas regiões produtoras. Assim, a proposta de gerar produção para a exportação foi incapaz de gerar cadeias produtivas organizadas, aproveitando o valor dos recursos produzidos ou explorados na Amazônia.

Na verdade, a Amazônia foi visualizada como terra de promessas e riquezas desde o início dos projetos coloniais, com a finalidade de exploração e comercialização das riquezas naturais amazônicas, como as “drogas do sertão”, incluindo nesse contexto o cacau. A partir da política de “integração nacional”, durante a ditadura militar, a Amazônia foi vislumbrada pelas grandes obras, como a construção de estradas, com a finalidade do desenvolvimento da região, pois era considerada como um “espaço vazio”. Então, junto com a ocupação e o desenvolvimento da região veio também a destruição do bioma; assim, surgiu um novo olhar de Amazônia, vista antes como um “paraíso das águas e dos rios” numa transição para “Amazônia de estradas”, como possibilidade de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento conferido à Amazônia, por muito tempo, não permitiu que a economia de mercado se estabelecesse concretamente na região. Percebeu-se com isso, que essa economia não incorporou a maior parte da população da Amazônia e, também, as principais atividades de reprodução da vida amazonense. Assim, conjectura-se que por essa razão, as ideias dos saberes locais e das atividades tradicionais, em boa parte da região

amazônica foram conservadas, constituídos como elementos intrínsecos para subsistência das famílias que sobrevivem numa relação de simbiose com os elementos da natureza.

O paradigma histórico que a Amazônia apresenta, no que diz respeito ao processo de exploração dos recursos naturais para um possível desenvolvimento, não atendeu os interesses locais. Na contemporaneidade, essa exploração não cessa, em razão do consumismo globalizante e o aumento do crescimento econômico, baseado na exploração da biodiversidade, acreditando-se que o desenvolvimento, tanto local quanto global, esteja intrinsecamente relacionado a questão socioeconômico baseado no sistema de produção capitalista e mecanismos globais de dominação como possibilidade de favorecer para a qualidade de vida social, sem provocar impactos socioculturais e ambientais, o que acaba entoando como um equívoco.

A ideia de desenvolvimento local deve ser pensada numa perspectiva além do espaço físico, pois engloba também o tempo e as relações sociais, assim como, o ethos de produção, o econômico, infraestrutura, o cooperativismo e o equilíbrio nas relações com o meio ambiente, permitindo o bem-estar social e o bem viver. Portanto, a concepção de desenvolvimento local deve ser pensada também como elemento alicerçado na participação da sociedade. Então, é importante atentar para as condições ambientais existentes, as quais nem sempre favorecem para o desenvolvimento local; assim, o cooperativismo e a formação de redes sociais, bem como a estruturação de políticas públicas adequadas, contribuem para o estímulo ao desenvolvimento local (FROEHLICH, 1998).

Nesse sentido, falar sobre desenvolvimento local requer também relacioná-lo como elemento inerente a própria história da humanidade. Logo, está arrolado ao processo de evolução humana, o qual vem ancorado nas múltiplas relações sociais. Sendo assim, surgem as transformações e, conseqüentemente, o desenvolvimento, seja na perspectiva econômica, ambiental ou social, porém, de forma positiva, a qual venha trazer o bem estar social, uma vez que pressupõe ao processo de mudança para melhor, do contrário pode ser considerado apenas como uma transformação.

A compreensão de desenvolvimento local, no contexto da globalização, está inserida em uma concepção de progresso, crescimento, industrialização, transformação, enfim, modernização, como um processo complexo de mudanças, seja sociais, econômicas ou até mesmo ambientais (BOISIER *et al.*, 2008). No entanto, o objetivo de desenvolvimento deve ser pensado como forma de expandir as possibilidades de *ser e fazer* do indivíduo, como forma de remover os obstáculos, a fim de dar oportunidade a qualidade de vida.

De outro modo, a proposta de desenvolvimento local pode ser pensada através de um constructo, como um projeto envolvendo as organizações sociais, tendo em vista a participação coletiva, num projeto comunitário, com a finalidade de desenvolvimento. Assim, a dimensão local deve ser considerada como potencial de desenvolvimento, fruto da capacidade dos atores locais e da sociedade envolvida, os quais se organizam e mobilizam seus esforços, com a finalidade de endogenia, sobretudo como práticas que contribuam para um desenvolvimento democrático, firmada num processo de colaboração participativa e organizada (DALLABRIDA, 2006).

Considera-se com isso, que a ideia de desenvolvimento local esteja aliada aos saberes tradicionais, pois as técnicas do *saber-fazer vêm* arroladas com as inferências nas leis da natureza, considerada como práticas simbólicas de produção, envolvendo a ação e o conhecimento, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno.

O desenvolvimento local, segundo Vasconcelos Sobrinho *et al.* (2016), é uma mudança social positiva, a qual precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente a espacialidade, onde o conteúdo não deve ser entendido à revelia dos desejos e expectativas dos grupos e suas particularidades histórico-geográficas.

Vasconcelos Sobrinho *et al.* (2016), acrescenta ainda, que desenvolvimento local é uma construção que envolve várias teias: o econômico, o social, o cultural, enfim, inseridos num contexto global. Tal paradigma leva a pensar que a ideia de desenvolvimento local esteja relacionada num contraponto entre o local e o global, como uma sobreposição do macro (as cidades) com o micro (as comunidades). Sendo assim, entende-se que a concepção de desenvolvimento local corresponde a uma construção que envolve as organizações sociais e políticas (VASCONCELOS SOBRINHO *ET AL.*, 2016).

Nesse sentido, analisar o local envolve a interação dialética entre espaço e tempo, assim como as relações de identidade não apenas com o território, mas, com o ethos de produção. De tal modo, segundo Froehlich (1998), o desenvolvimento local envolve o espaço, o tempo, as relações sociais, o ethos de produção, o econômico (na relação endógena e exógena), infraestrutura, cooperativismo e equilíbrio nas relações com meio ambiente e bem-estar.

Contudo, ao fazer o recorte da área de pesquisa, na microrregião do Baixo Tocantins, percebeu-se que o cacau de várzea por um longo período foi cobiçado pelos colonizadores, como um produto de grande valor não apenas para o comércio local, mas, também e principalmente, para o mercado europeu, num processo de endógeno para o exógeno.

4.2. As inovações sociotécnicas constituídas dos “saberes que nascem nas várzeas”

Os saberes ribeirinhos, integra a relação homem e natureza, de comunidades tradicionais, as quais carregam consigo práticas e conhecimentos adquiridos ao longo de gerações, reproduzindo-se nas comunidades em que vivem.

Os saberes relacionados ao cacau de várzea, adquiridos por gerações, aliados as inovações sociotécnicas, proporcionam a expectativa de endogenia, uma vez que há a possibilidade de fazer com que o capital gire internamente, como um comércio solidário, contribuindo para o desenvolvimento local.

A produção cacauceira, no Estado do Pará, em especial nas áreas ribeirinhas dos municípios que abrangem o Território do Baixo Tocantins, dentre esses: Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Mirim, perfazem em torno de 1.600 toneladas de amêndoas secas ao ano, em áreas que totalizam 10 mil hectares de plantas nativas, trabalhadas por cerca de 6 mil produtores familiares. Os cacauais nativos têm áreas com tamanho inferior a 10 hectares, ainda assim a renda obtida com a suas explorações contribui com cerca de 70% da receita das pequenas propriedades familiares. (CEPLAC, 2018).

O cacauicultor Amadeu Braga²³ ressaltou que:

A produção de cacau na região do Baixo Tocantins é expressiva, mas, muitos produtores ainda comercializam apenas a semente, tanto para nível local ou para fora do Estado do Pará, em razão de não terem meios para comercializarem a matéria processada, como chocolate em barra, entre outros produtos provenientes do cacau, pois o cultivo ocorre de forma artesanal. O subproduto do cacau ainda é utilizado em muitas comunidades para a produção de alguns produtos como geleia, porém, essa atividade ainda precisa ser mais estimulada e explorada (A. BRAGA, 2019).

Trindade²⁴ (bióloga e pesquisadora sobre o cacau e natural da ilha de Jambu-açu, do município de Mocajuba) destacou que:

Um grupo de mulheres nativas das ilhas de Mocajuba vem desenvolvendo de forma artesanal o trabalho de inovação sociotécnica, implantado e explorado a partir do subproduto do cacau, cuja atividade tem oportunizado emprego e renda, através da produção e comercialização de geleias, capilé e doces, muito embora a produção ainda seja pequena, em virtude de precisarem de mais apoio e incentivo (TRINDADE, 2019)

²³ Entrevista com o senhor Amadeu Braga, 75 anos, cacauicultor (propriedades de plantações de cacau em Mocajuba e Cametá). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

²⁴ Entrevista com a senhora Maria Trindade (bióloga, pesquisadora de cacau de várzea em Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

Acrescentou ainda:

Eu acredito muito que o cacau é um grande gerador de desenvolvimento, por conta da amêndoa que tem uma demanda muito grande e essa demanda com características exclusivas. Além disso, sempre me chamou atenção o fato de conservar o modo produtivo das comunidades, visto que muitas ainda despertam a relação de pertencimento com o espaço territorial. Então, o cacau de várzea, embora tenha seu potencial econômico, as comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombolas, que moram nessas ilhas, socialmente conservam não só a floresta, mas, também as populações e as tradições. Uma questão muito interessante, que eu tenho observado é a questão de gênero. Eu tenho ido até as mulheres de comunidades com a finalidade de incrementar os subprodutos do cacau, como uma forma delas terem uma renda, pois elas colaboram na produção das amêndoas, mas, não tem retorno suficiente (TRINDADE, 2019).

Observou-se que as possibilidades do *ser* e *fazer* do indivíduo, sob a ótica das comunidades ribeirinhas, ampliam as oportunidades de negócio e a perspectiva de desenvolvimento local, como forma de remover os obstáculos, dando oportunidade a qualidade de vida.

A utilização do subproduto do cacau de várzea tem contribuído para fomentar a inovação sociotécnica, conforme objetivo 9 dos ODS, favorecendo para o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, de forma sustentável, com emprego, renda e trabalho decente para todos, levando em consideração o objetivo 8 dos ODS.

A participação da mulher na agricultura familiar tem contribuído para a igualdade de gênero e o empoderamento, de acordo com objetivo nº 5 dos ODS. Todavia, embora o trabalho realizado pelas mulheres (ver imagens 32 e 33), nas comunidades, ainda precise de mais incentivo, tem proporcionado a melhoria na qualidade de vida das populações estabelecidas no Território do Baixo Tocantins.

Imagem 32- Produção de geleia artesanal



Imagem 33- D. Dione produzindo doce de cacau



Fonte: Trindade, MJS. *Florada do Mucajá. Treinando o olhar e a memória*. 2011.

Diante de tal fato, Trindade²⁵, através de relato sobre a experiência de uma ribeirinha (D. Dione), ressalta que:

A relação familiar para a produção do cacau é muito importante, considerando de fundamental importância o papel da mulher para conduzir a família no espaço rural. Fato esse em que os ribeirinhos criam laços e conhecem a história do cacau nessas áreas, cuja experiência é transmitida através dos pais e avós (TRINDADE, 2019).

Desse modo, segundo Cloutier (2003), as inovações surgem de forma eficiente por terem um cunho social, contribuindo para gerar interferência no equilíbrio socioambiental, como fontes de mudança social, propiciando o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, é possível compreender sobre inovação sociotécnica, como uma solução mais adequada para um problema pertinente da sociedade; visto que, conforme Bignetti (2011, p. 4), “a inovação surge como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana.”

A inovação sociotécnica remete a perspectiva de cooperação entre uma diversidade de atores, podendo ser considerada como um processo coletivo de aprendizado e criação ou, por que não dizer, de recriação de conhecimentos (CLOUTIER, 2003). Além disso, a inovação tem como base a ideia do processo de desenvolvimento econômico, a qual seja capaz de levar os sistemas produtivos para um modo de funcionamento mais rentável, onde haja quebra de rotinas e modos de se fazer e pensar preexistentes, os quais possam contribuir para a organização social (SCHUMPETER, 1982).

Nessa linha de pensamento, Santos (2009) ressalta que as teorias econômicas partem de pressupostos baseados no auto interesse dos atores econômicos, enquanto que a inovação sociotécnica se volta para os interesses dos grupos sociais e da comunidade, contribuindo para a busca de alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana. Portanto, a inovação sociotécnica, pode ser compreendida como “[...] o resultado do conhecimento aplicado às necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (BIGNETTI, 2011, p. 4).”

Nesse sentido, segundo André e Abreu (2006), a inovação sociotécnica está relacionada a três atributos: a satisfação das necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; a promoção da inclusão social; e, a capacitação de agentes ou atores sujeitos, cujo

²⁵ Idem.

intuito visa a mobilização de pessoas com a perspectiva de mudança social e transformação das relações de poder. Para tanto, três caminhos levam a inovação, conforme se apreende por Bignetti (2011, p. 9): o empreendedorismo, as organizações e os movimentos sociais.

Então, as inovações sociotécnicas podem contribuir para as oportunidades de produção e comercialização do cacau regional de forma diferenciada, como uma alternativa agrícola interessante e que favoreça para o desenvolvimento rural sustentável com o cultivo racional do cacauzeiro possibilitando ainda, a geração de empregos e renda, bem como o bem estar social.

Sendo assim, tal contribuição leva a crer que o desenvolvimento local pode ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do protagonismo real de cada pessoa de uma comunidade. Nesse sentido, considera-se que a lógica do desenvolvimento local (endógeno) foge as regras do desenvolvimento puramente econômico, sendo reconhecido como um desenvolvimento que nasce de baixo para cima, tendo o enfoque social, cujos moradores das comunidades são os próprios protagonistas desse desenvolvimento local.

O “desenvolvimento” se constitui, segundo Vasconcelos Sobrinho *et al.* (2016), como um processo de bem viver, enquanto construção que busca privilegiar o equilíbrio entre bem-estar e sustentabilidade. Já o “local” constitui-se como uma abstração multidimensional e multiescalar, que envolve a relação dos diversos atores sociais. Assim, a perspectiva de desenvolvimento local, vem inserida, também, a partir de inovações que se estabelecem, onde o paradigma comunitário tem como base a vida em harmonia e o equilíbrio com o meio em que vive, caracterizando assim o bem-viver, cuja escala local arraiga-se com a identidade cultural.

Compreende-se com isso, que os alicerces de iniciativas individuais ou coletivas de produtores rurais de base econômica familiar podem ser considerados como uma estratégia para o desenvolvimento endógeno, além de contribuir para o aporte econômico, com o incremento de emprego e renda, num processo de construção do âmbito social, no ambiente de comunidades, favorecendo para a interação social através do fluxo de redes sociais de convívio, e principalmente para a transformação da cultura ambiental, visto que a consciência ambiental, no processo de desenvolvimento, tem relação direta com a cultura local. Aliando a esse contexto se insere as inovações sociotécnicas, como um suporte para o desenvolvimento local.

4.3. A Agroecologia e a Relação de Saberes, para o desenvolvimento local sustentável

A agroecologia torna-se essencial para a produção cacaueteira na agricultura familiar, visto que, segundo Caporal e Costabeber (2000), é considerada como importante aliada aos saberes tradicionais, a qual tem a perspectiva de promover a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores. Além disso, é possível considerar ainda, conforme o mesmo autor, que agroecologia traz a ideia da oferta de produtos "limpos", ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Assim, traz a expectativa de uma nova agricultura capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica.

A agroecologia, na perspectiva de desenvolvimento local sustentável, segundo Caporal e Costabeber (2004), serve como base científica e metodológica, contribuindo para novos estilos de agricultura sustentáveis. Assim como para Altieri (2001) a agroecologia representa uma ciência, a qual visa a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade.

Dessa forma, levando em consideração as bases de Altieri (2001), os movimentos agroecológicos na América Latina, em especial no Brasil, assim como na região Andina, México e Cuba vêm ganhando visibilidade, o qual tem promovido uma ampla e sustentável mudança agrária, agrícola e social, criando novas e inesperadas tecnologias dirigidas a restaurar locais de autossuficiência, bem como contribui para a conservação e regeneração natural, produzindo alimentos saudáveis com poucos insumos e gerando organizações camponesas promotoras e fortalecedoras do desenvolvimento local e de forma sustentável.

Nesse sentido, segundo Alcântara *et al.* (2017), o desenvolvimento local pode ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do protagonismo real de cada pessoa de uma comunidade. Considera-se com isso, que a lógica do desenvolvimento local (endógeno) foge as regras do desenvolvimento puramente econômico, sendo reconhecido como um desenvolvimento que nasce de baixo para cima, tendo o enfoque social, cujos moradores das comunidades são os próprios protagonistas desse desenvolvimento local (ALCÂNTARA *et al.*, 2017).

Desse modo, a concepção de desenvolvimento passa a ter uma nova visão de organização social, atrelado na perspectiva de modernização. Sendo assim, é preciso levar

em consideração o meio ambiente como espaço que envolve não só recursos naturais, mas, também, em um sentido mais amplo que englobe o contexto social local.

Pondera-se com isso que duas considerações apontam como imperiosos para o caminho ao desenvolvimento local, tendo como base os saberes tradicionais, tais como: a valorização dos conhecimentos e as práticas das comunidades locais, tendo em vista a forma como elas desempenham suas atividades de produção, com responsabilidade de conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, levando em consideração a participação conjunta; e, a relevância dos saberes, como possíveis aliados às tecnológicas sociais, como forma de garantir o aumento da produção local e, consecutivamente, a melhoria da qualidade de vida da população. Nessa lógica, considera-se com esse entendimento que os conhecimentos tradicionais podem ser reconhecidos como um saber intelectual empírico, onde muitas comunidades são detentoras do controle e utilização de tais conhecimentos (ALBAGLI, 2003).

Considerando tal análise, o desenvolvimento local, segundo Martins (2002), pode ser entendido como um processo de organização e planejamento comunitário, somado aos saberes tradicionais, vislumbrando-o através de uma perspectiva de construção social, constituindo assim um instrumento fundamental, de caráter indutor, de superação da pobreza.

Partindo desse pressuposto de desenvolvimento local, é possível destacar como alguns dos seus principais indicadores: - Capacidades – Competências - Habilidades - Colaboração de Agentes Externos - Protagonismo Individual e Coletivo - Perspectiva de Construção Social (dinâmica social e econômica local) - Fatores Históricos e Culturais. Sendo assim, com base nesses indicadores, pode-se observar que há convergências entre a agroecologia e a teoria do desenvolvimento local, sendo que a prática agroecológica pode ser caracterizada como uma estratégia de desenvolvimento rural na perspectiva do desenvolvimento local (MARTINS, 2002).

Sendo assim, a agroecologia é uma importante aliada na agricultura familiar, como perspectiva do desenvolvimento local, visando novos valores e novas posturas frente a relação entre natureza e homem, visto que é considerada como uma ciência capaz de proporcionar conhecimentos e métodos mais eficazes aos agricultores, com base ecológica.

Frente a essa perspectiva, os produtos deste estudo (Ficha Agroecológica – no apêndice “A” e Cartilha Agroecológica – no apêndice “B” desta dissertação) fazem parte dos objetivos do NEA GEDAF, conforme chamada CNPq 21/2016 MAPA, MCTIC, MEC

e SEAD – Casa Civil, para criação de NEAs, os quais visaram disponibilizar aos produtores rurais experiências agroecológicas, com informações sobre tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, de forma resumida e com linguagem acessível, afim de estimular os cacauicultores no processo de produção com novas tecnologias sustentáveis.

Os produtos apresentados neste trabalho de pesquisa foram disponibilizados como forma de socializar a experiência constituída, por meio de uma oficina, através dos saberes de interfaces, entre os produtores de cacau e a pesquisadora, na fazenda Tocantins, na comunidade de Santaninha, no rio Santana, em Cametá. Tal propósito, surgiu proveniente do agravante descarte de cascas de cacau na natureza, conforme demanda identificada em atividade em campo, (observado nas imagens 01 e 02) e na fala do senhor Humberto, o qual ressaltou:

É preciso fazer um trabalho de aproveitamento da casca do cacau, porque vem sendo descartada na natureza constantemente e isso tem preocupado. É importante ter orientações técnicas com incentivos para o aproveitamento da casca do cacau, incluindo a compostagem orgânica para a produção de adubo (HUMBERTO, 2020).

Imagens 34 e 35- Cascas de cacau desperdiçadas na natureza.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo. Em 15 em julho de 2020.

A realidade apresentada direcionou para a realização de uma oficina de adubo orgânico da casaca de cacau (detalhada na ficha agroecológica – Apêndice A e na cartilha agroecológica – Apêndice B), com a finalidade de diminuir os impactos ambientais e melhorar a produção de forma sustentável, como forma de valorizar a atividade agrícola familiar, visto que a cacauicultura tem grande valor socioeconômico no Baixo Tocantins. Tal proposta foi direcionada com base em alguns objetivos dos ODS, como: Objetivo 2. Promover a agricultura sustentável; Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis (PLATAFORMA AGENDA 2030/ ODS, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A travessia dos saberes tradicionais amazônicos: um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins/ PA”, oportunizou a visualização além da perspectiva dos saberes e práticas dos ribeirinhos com a cacauicultura, pois relacionou histórias, memórias, cultura e estilo de vida peculiar, na relação do homem com a natureza e com grupos familiares, através da interação de conhecimentos, transmitidos por meio da memória coletiva, marcando com isso a identidade territorial.

As experiências vivenciadas na fazenda Tocantins, na comunidade de Santaninha, em Cametá e no sítio Samuhuma, na comunidade de Vista Alegre, em Mocajuba, consolidaram-se por meio de diálogos com produtores de cacau, como caminhos que admitiram produzir através do discurso histórias de vidas, lembranças e depoimentos de experiências dos moradores ribeirinhos, bem como anseios e necessidades, elementos esses que oportunizou a troca de saberes. Portanto, nessa “travessia dos saberes” a oralidade foi imprescindível.

Observou-se que embora as técnicas peculiares dos produtores ribeirinhos, com relação a produção do cacau, contribuam significativamente para a subsistência familiar e o desenvolvimento local, a troca de saberes entre os produtores familiares e a pesquisadora, compreendida como saberes de interfaces, foi essencial, visto que aliou práticas agroecológicas que colaboraram de forma significativa no aproveitamento racional dos recursos naturais, como a casca do cacau de várzea, através da oficina de compostagem orgânica, a qual foi direcionada de forma participativa, trazendo como resultado a sustentabilidade ambiental.

A realização da oficina ocorreu em meio a uma pandemia do novo coronavírus, conhecido como COVID-19, o que permitiu refletir e lembrar que o tratamento desrespeitoso com a natureza tem consequências, afetando também os seres humanos que sobrevivem dos recursos naturais. Nessa perspectiva, as práticas agroecológicas aliadas entre os saberes de interfaces foram relevantes, visto que garantiram o direcionamento e a permanência de famílias no campo com práticas sustentáveis, contribuindo também para a conservação dos recursos naturais e o bem-estar social.

Evidenciou-se que a cacauicultura mesmo sendo desenvolvida de forma tradicional e necessite da troca de saberes, ainda é considerada como forte gerador econômico para a agricultura familiar e de fácil comercialização. Mas, para que aconteça com sucesso as atividades do produtor rural é necessário o uso racional dos recursos que são extraídos da

natureza. Por isso, a realização de compostagem orgânica contribuiu para fomentar e melhorar a qualidade da produção de cacau de forma significativa. Portanto, para a sustentabilidade ambiental é preciso mais que o conhecimento, é necessário colocá-la em prática. Tal propósito, leva a crer que a importância da execução de atividades relacionadas com sistemas agroflorestais está intimamente ligada com o processo de transição agroecológico que consiste na introdução de novas práticas, mais respeitadas com o ambiente, em sintonia com o novo paradigma da sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

Este estudo fez perceber, também, a necessidade de mais apoio aos cacauicultores com base em estruturas de cooperação e de governança eficientes, a fim de viabilizar a agregação de renda, o desenvolvimento sócio local, a inserção social e o desenvolvimento do sistema produtivo de forma mais eficiente, até porque, a agricultura familiar tem grande importância para a contribuição à produção do cacau, ainda que de forma artesanal, pois, além de garantir o autossustento das famílias, em sua maioria, possui mercado garantido.

Concluiu-se que os saberes tradicionais podem se organizar por meio de três processos: o intergeracional, os experienciais e os saberes de interfaces. O intergeracional, em virtude da população ribeirinha possuir habilidades técnicas particulares e muito tradicionais no processo de produção do cacau, fruto de experiências advindas conduzidas de forma patrimonial, transmitidos de pais para filhos, saberes esses que se estabelecem de forma histórica. Os saberes experienciais estão ligados ao espaço vivido e se apresentam na relação cotidiana do homem com a natureza, o que se constitui de forma natural entre os moradores das comunidades pesquisadas. Os saberes de interfaces, são os que se relacionam com outras formas de conhecimentos, os quais envolvem os saberes locais já constituídos de forma histórica e socialmente e a inter-relação desses com outras formas de conhecimentos, sejam os saberes acadêmicos, científicos, os saberes da sociedade do conhecimento e os saberes formais, como foi observado ao longo da atividade de campo e durante a entrega do produto da pesquisa, no processo de produção e interação de saberes.

Então, os saberes que envolvem a cultura do cacau de várzea são resultantes de uma relação de saberes. Assim, a partir da troca de conhecimentos foi possível oportunizar um novo olhar e garantir a sustentabilidade na produção familiar.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal. **Novo descobrimento do grande rio das amazonas**. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ALBAGLI, Sarita. **Interesse global no saber local: geopolítica da biodiversidade**. Palestra apresentada no Seminário “*Saber Local/ Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia*”. Museu Paraense Emílio Goeldi, Cesupa, Belém, 2003.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem viver como paradigma do desenvolvimento local: utopia ou alternativa possível? Revista SER/ UFPR, Desenvolvimento, Meio Ambiente. v. 40, abril 2017.**

ALMEIDA, Oriana; RIVERO, Sérgio; VOGT, Natan; LEITE, Luiz Augusto Mascarenhas. **Estimativa da População de Pescador de Várzea do Estado do Pará**. 62^a Reunião da SBPC. 2010. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/1871.htm>>. Acesso em: maio de 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Panamazônica**. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, Rogério. **Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins**. In: *Estudos Avançados*, 24 (68), p. 291-298. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/20.pdf>. Acesso em: outubro de 2019.

ALTIERI, Miguel A e NICHOLLS, Clara Inés. **A Agroecologia em tempos de COVID-19**. Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). University of California, Berkeley e Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas (CELIA). 22 de abril de 2020. Acesso: <https://aba-agroecologia.org.br/a-agroecologia-em-tempos-de-covid-19/> outubro de 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Terceira Edição – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

ALVARES-AFONSO, F. M. **O cacau na Amazônia**. CEPLAC. Itabuna: CEPLAC, 1979. 36p. (Boletim Técnico, 66).

ANDERSON. **Conhecendo um pouco sobre a história de Mocajuba**. Disponível em: <http://mocajuba2011.blogspot.com/2011/05/conheca-um-pouco-sobre-historia-de.html>. Acesso em: agosto/2018.

ANDRÉ, I.; Abreu, A. **Dimensões e Espaços da Inovação Social**. Finisterra, v. XLI, n. 81, 121-141. 2006.

ANDRADE, E.R.G. **O fazer e o saber docente: a representação social no processo de ensino aprendizagem.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins Colonial.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan./abr. 2000.

_____. **História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins - Pará - Brasil (1669 - 1800) - Rupturas e Estabilidades.** 1994. 113 f. Tese (Doutorado) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Formação Doutoral Em História e Civilização - Diploma de Estudos Aprofundados, Paris, setembro de 1994.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas.** São Paulo: Edusp, 1980. p. 284, p. Tradutor Eduardo de Lima Castro.

BAENA, Manoel. **Informações sobre as comarcas da província do Pará organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883.** Pará: Typ. De Francisco da Costa Júnior, 1885.

BARROS, José D'Assunção. **A Nova História Cultural:** considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História. – V. 12, n. 16, 1º sem. Belo Horizonte, 2011. (pp. 41 – 42).

BASTOS, Ana Paula Vidal; ALMEIDA, Oriana; DE CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo; PIMENTEL, Márcia da Silva; RIVERO, Sérgio; DA SILVA, Ione Câmara; TORRES, Isaac. **ECONOMIA E SOCIEDADE NA REGIÃO DO TOCANTINS, PARÁ.** PAPER/ NAEA Nº 259, 2010. Acesso: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=535, em 25/08/2018.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas. n.12. p.135-159. 2001.

BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. **Moctezuma II, o último rei asteca (reinou entre 1502 e 1520).** Acesso: <https://www.wdl.org/pt/item/6724/>, em: 15 de novembro de 2019.

BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa.** Ciências Sociais Unisinos, 47(1), 3–14. 2011.Schumpeter

BOISIER S.; CANZANELLI G., **Local Economic Development and Globalization.** Universitas Forum, Vol.1, 1, pp.1-13. 2008

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira de Mota. 2º ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, Peter. **Testemunho Ocular: História e Imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARLOS. Ana Fani. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, A. M. A. **O que é “Social” para a Psicologia?** *Temas em Psicologia*, 3, 01-17. 1994.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CASTRO, Edna. **Território e Lugares de Identidade entre Quilombolas no Rio Bujaru**. In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Belém: NUMA/ UFPA, 2008.

COE, Sophie D; COE, Michael D. **The true history of chocolate**. Londres: Thames e Hudson, 1996. 280 p.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA DO CACAUEIRA – CEPLAC. Cacao. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm. Acesso em: out. 2018.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 21 ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640- 1706)**. Belém: Ed. Açáí. 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *O plantio do cacau na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. In: **XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social**, Lisboa. P 1-9, 2012. Disponível em: < http://aphes32.cehc.iscte-iul.pt/docs/s8_4_pap.pdf > Acesso em: 10 nov. 2018.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **“As várias utilidades do Maranhão”**. **Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia no século XVII**. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CHAMBOULEYRON, R. **Portuguese colonization of the Amazon region, 1640-1706**. Tese (Doutorado), University of Cambridge, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão da corte.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artimed, 2000.

CLOUTIER, J. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Montréal: CRISES. 2003.

CONESA, Alfred. **Du cacao et des hommes: Voyage dans le monde du chocolat.** Sète: Nouvelles Presses du Languedoc, 2012.

COSTA, J. M. da; RICHETTI, P. **Conflitos territoriais e ambientais na Amazônia brasileira: estado, empresa e movimentos sociais em Carajás, Pará.** In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8. Porto de Galinhas, 2010. **Anais...** Porto de Galinhas, 2010, p. 1-17.

CUNHA, L. H. de O. Significados múltiplos das águas. IN: DIEGUES, A. C. (Org.) **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

CUNHA, L. H. **Diálogo de saberes entre tradição e modernidade: ordens e desordens.** 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

DALLABRIDA, W.R. **Governança Territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial.** Porto Alegre: Mimeo, 2007.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. **O delineamento da pesquisa qualitativa.** In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* Petrópolis: Vozes, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S.V. (orgs.) et al. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, 2000b.

DINIZ, Bruno. **História da Moeda – O valor de troca do cacau na sociedade Maia.** Acesso: <http://diniznumismatica.blogspot.com/2012/11/historia-da-moeda-05-o-valor-de-roca.html>, em: 15 de novembro de 2019.

FARROW, Joanna. **Chocolate, receitas, doces e salgados.** Editora Manole. 2ª edição. São Paulo, 2005. In: BATISTA, Ana Paulo Sabbag Amaral. *Chocolate: suas histórias e principais características.* Monografia. Brasília, 2008.

FRAXE, T. J. P. **Cultura cabocla/ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2010.

FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet – Uma história da gastronomia.** Editora Senac. 3ª edição - São Paulo, 2001.

- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FROEHLICH, José M. **O “Local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 94, p. 87-96, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. – 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- HERMÈ, Pierre. **Larousse do Chocolate**. Editora Larousse. 1ª edição – São Paulo - 2006. In: BATISTA, Ana Paulo Sabbag Amaral. *Chocolate: suas histórias e principais características*. Monografia. Brasília, 2008.
- IBGE. **História de Cametá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mocajuba/historico>. Acesso em: agosto/ 2018.
- IBGE. **História de Mocajuba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mocajuba/historico>. Acesso em: agosto/ 2018.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco** (tradução de Mariano Ferreira). Petrópolis: Vozes, 1982.
- LIMA, Roberta. **Gastronomia com pouco açúcar**. Revista Veja. São Paulo, v. 4, nº 9, p. 82-84, janeiro de 2008. In: BATISTA, Ana Paulo Sabbag Amaral. *Chocolate: suas histórias e principais características*. Monografia. Brasília, 2008.
- LIMA, Rosemildo Santos. **Na safra e na entressafra do açaí: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé – Miri/PA)**. Orientador: Christian Nunes da Silva. 2015. 138 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- LIMA, Edson L.; SILVA NETO, Paulo J. Breve história do cacaueteiro e do chocolate: dos Maias aos Amazônidas. In: MENDES, Fernando Antônio T. **A cacauicultura na Amazônia: história, genética, pragas e economia**. Belém: CEPLAC, 2017, p. 9-54.
- LUTZENBERGER, J. **Fundamentos ecológicos da Agricultura**. Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, 1981.
- MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. 1989. Tese (Doutorado) – Departamento em Geografia Humana, Universidade de Barcelona. Barcelona, 1989.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Territórios ocupados: um ensaio de reflexão sobre a política pública de desenvolvimento nacional e desenvolvimento local**. In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **COLETIVIDADES LOCAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA**. Belém: NUMA/ UFPA, 2008.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira & TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Entre Rios, Rodovias e Grandes Projetos: Mudanças e Permanências em Realidades Urbanas do Baixo Tocantins (Pará)**. In: História Revista, v. 14, n.2, Goiânia-Goiás, 2009. p. 1-30. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9517>>. Acesso: março de 2018.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. Campo Grande: Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, 2002.

MENDES, F. A. T.; LIMA, E. L. **A alternância das posições de relevo na cacauicultura brasileira como foco para o planejamento estratégico nos três níveis de governo**. Belém: CEPLAC/SUPOR, 2009.

MIRANDA, Elis. **Cametá: análise de uma paisagem amazônica**. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da & TAVARES, Maria Gorete da Costa (orgs.). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 93-108.

MIRANDA, Elis: **Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia**. In: Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. IICT e Centro de História de Além-Mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, 2005. 2008a. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elis_miranda.pdf>. Acesso: dezembro de 2019.

MITSCHEIN, Thomas A. ROCHA, Gilberto de Miranda. VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Desenvolvimento Local e o Direito à Cidadania Floresta Amazônica**. Belém: NUMA/ UFPA, 2013.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: Discussões e Desafios**. Belém: NUMA/ UFPA, 2016.

NOGUEIRA, Martha. P. C. M. Sustentabilidade econômica do cacauero e sua contribuição para o desenvolvimento da Amazônia In: **Economia do cacau na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2005, p. 41-47.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de Histórias da PUC/ SP. São Paulo, n. 10, 1993.

NUNES, H. Do Cacau ao Chocolate na Região da Transamazônica, PA: Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. Dissertação. UFPA/ NUMA/ PPGEDAM. Belém-PA, 2019. In: COE, Sophie D; COE, Michael D. **The true history of chocolate**. Londres: Thames e Hudson, 1996. 280 p.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas de alfabetizando amazônidas**. 2. ed. Belém-Pará: UEPA, 2008

OLIVEIRA, E. Pará: **O retorno do cacau à sua origem. Cadernos da Amazônia – 4. CEPLAC, Divisão de Comunicação**. Belém-PA, 1981. 126 p.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade Floresta” – Melgaço-PA.** Belém: Paka-Tatu, 2006.

PAIVA, João Daltro; et al. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins.** Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. 2010.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **O Tocantins e o Anapú – Relatório de Secretaria da Província do Pará.** Pará: Typ de Frederico Rhossard, 1864.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense.** Tese, UFF, Niterói: RJ, 2014.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Acesso: <http://www.agenda2030.com.br/ods/12/>. Em: outubro de 2020.

POJO, Edson; LOUREIRO, João Paulo. **Lazer na ilha do Combu.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – UFPA: Belém, 2011.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais.** 6. ed. São Paulo: Nobel, 1984.

RADAM Brasil. Localização dos Municípios de Cametá e Mocajuba. **Folha AS 22,** Belém. 2019.

REIS, Daniela Castro dos. **Cultura da brincadeira em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó.** Dissertação, UFPA, Belém: PA, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, G. **Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial?** In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES BARBOSA, S.; DINIZ GUERRA, G. (Org.): *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia,* Belém, 2008.

ROSÁRIO, M. et al. **Cacau História e Evolução no Brasil e no Mundo.** Ilhéus: CEPLAC, 1978.

ROSÁRIO, José Ubiratan. **Amazônia, processo civilizatório: apogeu do Grão-Pará.** Belém: Editora UFPA, 1986. 155 p.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, M.N.; CUNHA, H.F.A.; LIRA-GUEDES, A.C.; GOMES, S.C.P.; GUEDES, M.C. **Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (*Carapa guianensis* Aublet).** Ciências Humanas, 2014; 9 (1): 93-108.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, C. A.; SCHIPPER, I. **Cartografia da ação social: Reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade**. Revista Tamaios (on line), v. 8, p. 20, 2012.

SILVA, Christian Nunes da; VERBICARO, Camila; CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **A cartografia participativa e a práxis de mapear o território**. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; VASCONCELOS SOBRINHO, Mário. *Aprendizagem Territorial: Dinâmicas Territoriais, Participação Social e Ação Local na Amazônia*. Belém: NUMA/ UFPA, 2016.

SILVA NETO, Paulo Júlio da. MATOS, Paulo Gil Gonçalves de. MARTINS, Antônio Carlos de Souza. SILVA, Acácio de Paula. **Manual Técnico do cacauzeiro para a Amazônia brasileira**. Belém, PA, CEPLAC/ SUEPA, 2013.

SIMÕES, Aquiles et al. (Org.). **Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa desenvolvimento**. Belém, PA: UFPA: GRET, 2001.

SODRÉ, G. A. **A espécie Theobroma cacao: novas perspectivas para a multiplicação de cacauzeiro**. Revista Brasileira Fruticultura. Jaboticabal, v. 29, n. 2, 2007.

SOMBRA, Daniel. **Mapa da Região de Integração do Baixo Tocantins**. LARC, NUMA UFPA, Belém, Pará, 2019.

SOMBRA, Daniel. **Mapa da Trajetória de Origem do Cacau**. LARC, NUMA UFPA, Belém, Pará, 2020.

SOMBRA, Daniel. **Mapa da Área da Pesquisa (fazenda Santaninha e sítio Samuhuma)**. LARC, NUMA UFPA, Belém, Pará, 2020.

STROOBANTS, M. **A visibilidade das competências**. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Orgs.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papyrus, 1997.

TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A MEMÓRIA BIOCULTURAL: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª edição. Editora Expressão Popular AS-PTA, São Paulo, 2015. p. 272.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALENTE, Andréa de Melo. **Estudo da potencialidade de registro de indicação geográfica a produção de cacau no município de Medicilândia/PA**. Dissertação de mestrado. PPGEDAM/ NUMA/ UFPA, Belém – PA, 2012.

VASCONCELLOS, Caio Marcio. ALMEIDA, C. Avanços no melhoramento genético do cacauero na Amazônia Brasileira. In: MENDES, Fernando. A. T. **A cacauicultura na Amazônia: história, genética, pragas e economia**. Belém: CEPLAC, 2017, p. 55-99.

VASCONCELOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELOS, Ana Maria de A (Org). **Ações Públicas, redes de cooperação e desenvolvimento local: experiências e aprendizados de gestão social na Amazônia**. Belém: Unama, 2016.

FONTES DE PESQUISA

FONTES ORAIS

Entrevista com o senhor Amadeu Braga, 75 anos, cacauicultor (propriedades de plantações de cacau em Mocajuba e Cametá). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

Entrevista com o senhor Benedito Maia (B. Maia), 80 anos, cacauicultor. Sítio Samuhuma, ilha da Conceição, no rio Santana, na Comunidade Vista Alegre, em Mocajuba-Pará. Em 17 de janeiro de 2020

Entrevista com o senhor Humberto Luiz Neves Medeiros, 53 anos, gerente de produção de cacau. Fazenda Santaninha, na comunidade Vista Alegre, no rio Santana, em Cametá. Em 17 de janeiro de 2020.

Entrevista com a senhora Juliana Guilhermina Neves Maia, 55 anos. Fazenda Santaninha, na comunidade Vista Alegre, no rio Santana, em Cametá. Em 17 de janeiro de 2020.

Entrevista com a senhora Maria Trindade (bióloga, pesquisadora de cacau de várzea em Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

FONTES IMAGÉTICAS - FOTOGRAFIAS

TRINDADE, MJS. **Florada do Mucajá**. Treinando o olhar e a memória. 2011. Disponível em: <http://floradadosmucajas.blogspot.com/2011/>. Acesso em: agosto de 2019.

VIANA, A. L. N. **Pesquisa de Campo**. Em 16 e 17 de janeiro de 2020.

VIANA, A. L. N. **Pesquisa de Campo**. Em 15 de julho de 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA – PPGEDAM



Mestrado Profissional – Turma 2018

ANEXO A - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, (*NOME DO ENTREVISTADO(A)*), *nacionalidade, idade, estado civil, função, morador do município de XXXXXXX*, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado “*A TRAVESSIA DO SABERES TRADICIONAIS AMAZÔNICOS: Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no território do Baixo Tocantins/ PA*”, que tem por objetivo pesquisar como os saberes dos agricultores do cacau de várzea se constituíram, no território do Baixo Tocantins. Cujas motivações se justificam pela historicidade sociocultural e a produção milenar da cultura do cacau de várzea, no Baixo Tocantins, e, também, pela necessidade de compreensão de como esses saberes tradicionais se constituíram e como se estabelecem diante das influências tecnológicas, com a expectativa de desenvolvimento local.

A minha participação no referido estudo será no sentido de descrever sobre a cultura do cacau de várzea no Território do Baixo Tocantins, especificamente do município de XXXXX, da comunidade XXXX, apresentando inicialmente a identificação e o perfil do produtor; em seguida a caracterização da produção de cacau; bem como, os relatos de saberes sobre o cacau de várzea, de Mocajuba e Cametá. Tal proposta permitirá uma melhor compreensão a respeito das particularidades, histórias, experiências e saberes sobre o cacau de várzea.

Fui esclarecido sobre como a entrevista será direcionada, com a metodologia de pesquisa *qualitativa* (é um método de caráter subjetivo do objetivo analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais) e *semiestruturada* (é uma conversa com questões pré-definidas, focada em determinado assunto, mas, sem um roteiro engessado, portanto, podendo acontecer de forma espontânea, permitindo uma flexibilidade para apurar e confirmar as informações desejadas), a fim de uma melhor compreensão e apreensão da

realidade concreta, adotando a técnica da história oral, para o trabalho com memória, tendo-se como referencial analítico os fatores culturais, sociais, ambientais, históricos e espaciais pertinentes à implantação e expansão da cultura do cacau de várzea no território. Todavia, a entrevista estará suscetível a modificações ou adaptações no decorrer do diálogo.

Fui alertado de que, como resultado da pesquisa, posso esperar como produto a elaboração de uma cartilha agroecológica e uma ficha agroecológica, os quais possam contribuir não apenas no âmbito científico, mas, na propagação dos saberes do cacau de várzea, como referência das experiências e saberes dos moradores das comunidades do município de Mocajuba. Assim como, a propagação desses saberes publicados em artigos científicos, em eventos e/ou revistas.

Recebi como esclarecimento que não serei submetido a nenhum risco ou situação de desconforto decorrente do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa; portanto, não sendo obrigado a responder a todas as perguntas, conforme descritas no roteiro de entrevista, cuja metodologia se caracteriza de forma qualitativa e semiestruturada, visto que permite uma maior flexibilidade as questões apresentadas, podendo acontecer de forma espontânea, a fim de apurar e confirmar as informações desejadas. Assim, os resultados positivos somente serão obtidos após a sua realização.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. No caso de publicação na dissertação e em outras produções, como artigo, poderá ser utilizado apenas as iniciais do nome ou o primeiro nome, ficando a critério do pesquisador, conforme autorizado pelo entrevistado.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar; e, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é *Ana Letícia Nascimento Viana, mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará*, a qual agradece a disponibilidade do entrevistado e todas as suas contribuições.

É assegurada a assistência a todas as informações sobre o cacau e os saberes local, durante a pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, ou

estiver ao meu alcance, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de tudo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, assim como nada consta na pesquisa que venha a denegrir a minha imagem.

A partir de então, iniciaremos a entrevista semiestruturada para conhecer um pouco sobre a “travessia” dos saberes tradicionais do cacau de várzea, do Território do Baixo Tocantins.

Belém (PA), _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Ana Letícia Nascimento Viana
Pesquisadora responsável



ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os dados serão utilizados para pesquisa qualitativa, com entrevista semiestruturada, visando a elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

RESPONSÁVEL: *Ana Letícia Nascimento Viana - Mestranda*

Data da realização da entrevista: / /2019

QUESTIONÁRIO

PRODUTOR DE CACAU

I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO PRODUTOR

1) Nome do Produtor (a): _____

2) Endereço: _____

3) Naturalidade: _____

4) Local de residência:

() Na unidade de produção _____ () Na sede municipal () _____

5) Em que ano o senhor chegou no município? _____

6) O que o motivou para a sua chegada ao município?

7) Idade (anos): _____

8) Nível de escolaridade: _____

9) Que tipo de atividade(s) agrícola produz? _____

10) Desenvolvia anteriormente outro tipo de atividade? Qual?

11) Por quanto tempo trabalha com a cultura do cacau? _____

12) A atividade com o cacau iniciou onde? _____

13) O que o motivou a cultivar cacau? _____

14) O senhor se vê, hoje, produzindo outro tipo de atividade agrícola que não seja o cacau? Por quê?

II – CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CACAU

1) Que tipo de cacau o senhor produz?

2) De que forma ocorre a produção do cacau? _____

3) A produção de cacau é comercializada através da organização de produtores?

() Sim () Não

Caso não, de que forma? _____

4) Quais as vantagens de produção para o produtor de cacau?

() É mais produtivo () O preço é melhor () Tem mercado garantido

() Melhor acesso ao mercado () Melhora a renda familiar () Outras vantagens

5) Existe algum tipo de inovação tecnológica que vem sendo implantada para ajudar na dinâmica de produção do cacau de várzea, de forma sustentável, contribuindo para o desenvolvimento local? Qual(ais)?

6) É realizado o aproveitamento do subproduto do cacau na unidade de produção?

() Sim () Não

Caso afirmativo, como? _____

Caso negativo, por quê? _____

7) A produção do cacau no(s) município(s) tem mercado garantido?

() Sim () Não

8) De que forma o cacau é comercializado? _____

9) O cacau é comercializado para onde? _____

10) A unidade de produção é certificada?

() Sim () Não

11) A unidade de produção está vinculada a algum projeto de desenvolvimento da cultura do cacau na região do Baixo Tocantins?

() Sim () Não

Caso afirmativo, qual o projeto? _____

12) Qual a produtividade anual do cacau? _____

13) Em sua opinião, quais os principais problemas referentes à produção de cacau?

14) O que é preciso para melhorar a produção de cacau?

15) Existe alguma intervenção local para contribuir na produção do cacau de várzea?

() Sim () Não

Caso sim, qual? _____

16) Conta com apoio de algum órgão ou entidade associativa para o assessoramento e o desenvolvimento das suas atividades com o cacau?

() Sim () Não

Qual ou quais? _____

Caso afirmativo, de que forma esse órgão ou entidade associativa tem contribuído para o desenvolvimento na produção do cacau?

17) Na sua opinião, a produção do cacau tem proporcionado desenvolvimento local para o município?

() Sim () Não

Caso não, por quê? _____

III – RELATOS DE HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E SABERES DO CACAU DE VÁRZEA

1) Como aconteceu a sua relação com o cacau de várzea?

2) Relate um pouco das suas experiências e de seus saberes com o cacau de várzea.

3) Como vê o conhecimento científico para a produção cacaueteira? Pode ou não contribuir com os conhecimentos tradicionais?

4) Como era a comunidade? E hoje, como é vista? Melhorou alguma coisa?

5) Relate um pouco como é o cotidiano na comunidade.

6) Relate um pouco das suas histórias de família e da sua relação com o lugar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA – PPGEDAM

Mestrado Profissional – Turma 2018



APÊNDICE A – FICHA AGROECOLÓGICA



Ficha Agroecológica

PRODUÇÃO DE
ADUBO ORGÂNICO

Um guia aos cacauicultores

Sistematização da novidade sociotécnica

Adubo orgânico da casca do cacau de várzea



O adubo da casca do cacau (*Theobroma cacao*) é uma novidade sociotécnica que faz parte dos objetivos do NEA GEDAF, conforme chamada CNPq 21/2016 MAPA, MCTIC, MEC e SEAD – Casa Civil, para criação de NEAs, visando promover e assegurar a agricultura de forma sustentável, com base em alguns ODS, pois geralmente do fruto são aproveitadas apenas as amêndoas e a massa, a casca é normalmente desperdiçada na natureza.

PROCESSO SEGUNDO AS INTERFACES DOS SABERES:

1º passo: Escolha do local adequado (composteira)

Escolha um local preferencialmente plano, com uma caixa (composteira), de fácil acesso para a carga e descarga do material, próximo a uma fonte de água para as irrigações periódicas; A composteira poderá ser feita de caixa em madeira (3m x 12,5m), para fazer o armazenamento do trabalho com as cascas de cacau, o caroço do açaí e as folhas secas, a fim de realizar o procedimento do adubo orgânico.



2º passo: Quebra da casca do cacau

Quebrar a casca do cacau, em pedaços bem pequenos. Para um melhor resultado a casca do cacau deve estar preferencialmente em estágio de decomposição.



3º passo: Empilhamento de camadas de material orgânico para a compostagem

O procedimento da compostagem deve ser realizado por camadas de material orgânico com sequência de 30 cm, sendo:

- A primeira camada é de folhas secas;
- A segunda camada é de caroço de açaí;
- A terceira camada é de folhas secas;
- A quarta camada é de casca do cacau bem cortadinha;
- A quinta camada é de folhas secas.



IMPORTANTE!

- Irrigue bastante após cada empilhamento, evitando escorrimentos excessivos de água de água, permitindo, assim, obter melhor distribuição da umidade no interior do monte.
- Após empilhar essa primeira sequência, inicia-se nova sequência com os mesmos materiais (folhas secas, caroço de açaí, folhas secas, casca de cacau e por fim folhas secas), até formar uma altura adequada do monte.
- O caroço de açaí e a casca de cacau devem estar em estágio de decomposição.



Ficha Agroecológica

PRODUÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO

Um guia aos cacauicultores

4º passo: Cobrir

Após o procedimento de empilhamento do material orgânico, cobrir o composto com folhas de bananeiras, folhas de cacau ou qualquer palmeira. Poderá ser coberto, também, com uma lona.



Fonte: VIANA, A.L.N., Fazenda Tocantins, 2020.

5º passo: Revolvimento do composto

A cada 15 dias ou de 7 em 7 dias mexer e molhar o composto. É importante estar em uma área com sombra.



Revolvimento da pilha de composto

6º passo: Adubo pronto

Após 90 dias a 120 dias está pronto para uso.

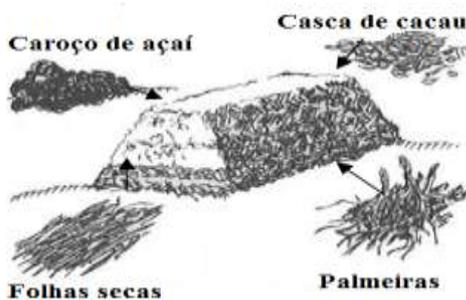


ATENÇÃO!

Após cada retirada do composto para adubação das plantas, cobrir com palha ou lona.

IMPORTANTE!

VANTAGENS DO ADUBO ORGÂNICO



1. Aproveitamento do subproduto da fazenda de cacau;
2. Diminuição de resíduos descartados na natureza;
3. Diminuição da incidência de fungos;
4. Menor custo e diminuição de insumos externos;
5. Aumento da matéria orgânica do solo, melhora a aeração e diminuição da aerossão;
6. Oferta da matéria orgânica ideal (acima de 2,5%);
7. Favorece a atividade biológica do solo;
8. Fonte de nutrientes para as plantas;
9. Ambientalmente melhor, promovendo o uso sustentável do solo, da água e do ar;
10. Oferta de produtos saudáveis.



Ficha Agroecológica

PRODUÇÃO DE
ADUBO ORGÂNICO

Um guia aos cacaucultores

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p. 8, 24 de dez. de 2003b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10831-23-dezembro-2003-497002-norma-pl.html>. Acesso em 21 de junho de 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Fabricação de composto orgânico**. Belém, 2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/806/fabricacao-de-composto-organico>. Acesso em 21 de junho de 2020.

FARIAS, A. de A. **Utilização de composto orgânico na adubação de plantas**. Ilhéus. CEPLAC/CENEX. 24p. 2012.

GARCIA, Waldilene do Carmo. **Capacitação e viabilidade econômica da produção do adubo orgânico para a agricultura familiar na Comunidade-Beira no município de Abaetetuba-PA**. Dissertação de Mestrado, PPGEDAM/NUMA/UFPA, 2019.

ELABORAÇÃO DA FICHA: VIANA, Ana Letícia Nascimento

Ficha Agroecológica: um guia para os cacaucultores. A Travessia dos Saberes Tradicionais Amazônicos: Um Estudo Centrado na Cultura do Cacau de Várzea, no Território do Baixo Tocantins. Ana Letícia Nascimento Viana – 2020.

03 f.: il. Colo.

Orientador: Aquiles Vasconcelos Simões

Coorientador: Rodolpho Zahluth Bastos

Originalmente apresentado como apêndice na dissertação de mestrado, intitulada A Travessia dos Saberes Tradicionais Amazônicos: Um Estudo Centrado na Cultura do Cacau de Várzea, no Território do Baixo Tocantins, no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

Trabalho desenvolvido no âmbito do NEA GEDAF: Teias de Inovação Agroecológica e Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares com apoio do Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e dos órgãos financiadores da chamada CNPq 21/2016, a saber: MAPA, MCTIC, MEC e SEAD – Casa Civil.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA – PPGEDAM**

Mestrado Profissional – Turma 2018



APÊNDICE B – CARTILHA AGROECOLÓGICA



COMPOSTAGEM ORGÂNICA

ADUBO DA CASCA DO CACAU DE VÁRZEA



ELABORAÇÃO DA CARTILHA: VIANA, Ana Letícia Nascimento

Cartilha Agroecológica: Compostagem orgânica para a produção de adubo da casca do cacau de várzea.

Orientador: Aquiles Simões

Coorientador: Rodolpho Zahluth Bastos

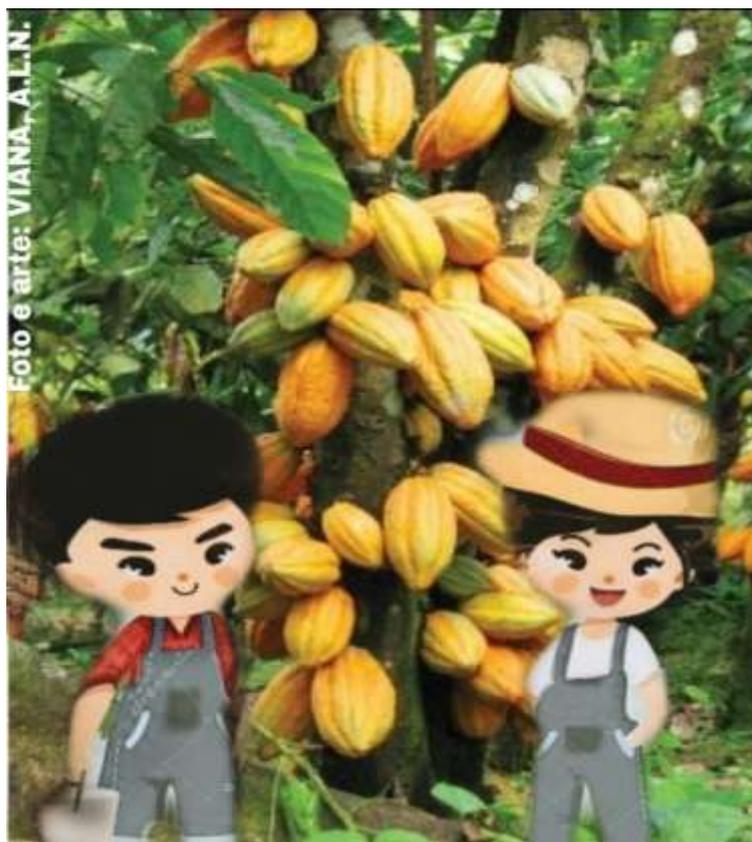
15 f.

Originalmente apresentado como apêndice B, na dissertação de mestrado, intitulada A Travessia dos Saberes Tradicionais Amazônicos: um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins, no Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, no Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará. Belém - PA, 2020.

Trabalho desenvolvido no âmbito do NEA GEDAF: Teias de Inovação Agroecológica e Desenvolvimento de Sistemas Agroalimentares com apoio do Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e dos órgãos financiadores da chamada CNPq 21/2016, a saber: MAPA, MCTIC, MEC e SEAD – Casa Civil.



Aos produtores familiares de cacau...



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 2020.

Dedico este trabalho aos produtores familiares de cacau, que resistem e (re)existem através do cultivo do cacau de várzea, transmitindo seus saberes, ao longo de gerações, como forma de salvaguardar as memórias das suas trajetórias, pelo “território da identidade local”, às margens dos rios, no Território do Baixo Tocantins.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
O QUE É COMPOSTAGEM?	07
O QUE POSSO USAR PARA A COMPOSTAGEM?	08
ETAPAS DA COMPOSTAGEM	09
IMPORTANTE!	10
COMPOSTAGEM ORGÂNICA DA CASCA DO CACAU DE VÁRZEA, REALIZADA NA FAZENDA TOCANTINS, NA COMUNIDADE SANTANINHA, EM CAMETÁ, NO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS	10
QUAIS AS VANTAGENS DA COMPOSTAGEM?	11
ATENÇÃO!	12
A IMPORTÂNCIA DA AGROECOLOGIA	13
REFERÊNCIAS	14

INTRODUÇÃO

A cacauicultura é uma atividade agrícola milenar e de grande importância no Território do Baixo Tocantins. Portanto, a realização deste trabalho faz parte dos objetivos do NEA GEDAF, conforme chamada CNPq 21/2016 MAPA, MCTIC, MEC e SEAD – Casa Civil, para criação de NEAs, o qual visou o aproveitamento da casca do cacau de várzea, com o propósito da produção do adubo orgânico, a fim de promover e assegurar a agricultura de forma sustentável, com base em alguns ODS, minimizando os impactos negativos que afetam a saúde humana e o meio ambiente.

Esta cartilha é um instrumento para consulta e divulgação da proposta agroecológica sobre o adubo orgânico da casca do cacau de várzea, cujo processo se constitui como produto de pesquisa, realizado na Fazenda Tocantins, na Comunidade de Santaninha, em Cametá, no Território do Baixo Tocantins, com o propósito de contribuir para a diminuição dos impactos ambientais provenientes de cascas de cacau desperdiçadas na natureza e também para a melhoria da produção familiar na cacauicultura, de forma sustentável.

A produção do adubo orgânico tem a perspectiva de uma mudança na substituição de insumos químicos pelo composto orgânico, visto que essa proposta tem o intuito de promover e assegurar a sustentabilidade às propriedades familiares e socializar as questões da degradação ambiental com os produtores de cacau, interagindo também com outros segmentos da sociedade. Tal propósito, exige o conhecimento apropriado, cujos recursos provém da própria natureza, contribuindo para uma produção em melhor quantidade e qualidade.

O desperdício da casaca do cacau na natureza tem aumentado gradativamente o risco de contaminação do solo e da água, assim como o risco de proliferação de doenças aos próprios produtores. Portanto, essa cartilha procura chamar atenção para a questão ambiental, mostrando alternativas viáveis e sustentáveis, a fim de que ocorra uma interação harmoniosa entre o homem e a natureza.

O adubo orgânico além de estabelecer o equilíbrio ecológico em todo o sistema de produção, favorece na melhoria das condições do solo, na nutrição das plantas, e, também, nas condições do alimento, tornando-os mais saudáveis.

Dessa forma, esta Cartilha Agroecológica sobre “COMPOSTAGEM ORGÂNICA PARA A PRODUÇÃO DE ADUBO DA CASCA DO CACAU DE VÁRZEA”, possibilitou também a valorização da troca de saberes, com olhar agroecológico, vivenciada e socializada entre agricultores e a pesquisadora (autora desta cartilha), em trabalho realizado, como experimento, na fazenda Tocantins, na comunidade Santaninha, no rio Santana, em Cametá, no Território do Baixo Tocantins. Tal contribuição possibilita a mudança de hábitos com base agroecológicas e a transformação da realidade local, incluindo o respeito ao ecossistema, o desenvolvimento da produção cacaueteira de forma sustentável, a qualidade de vida das comunidades e a construção da cidadania.

O QUE É COMPOSTAGEM?



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 2020.

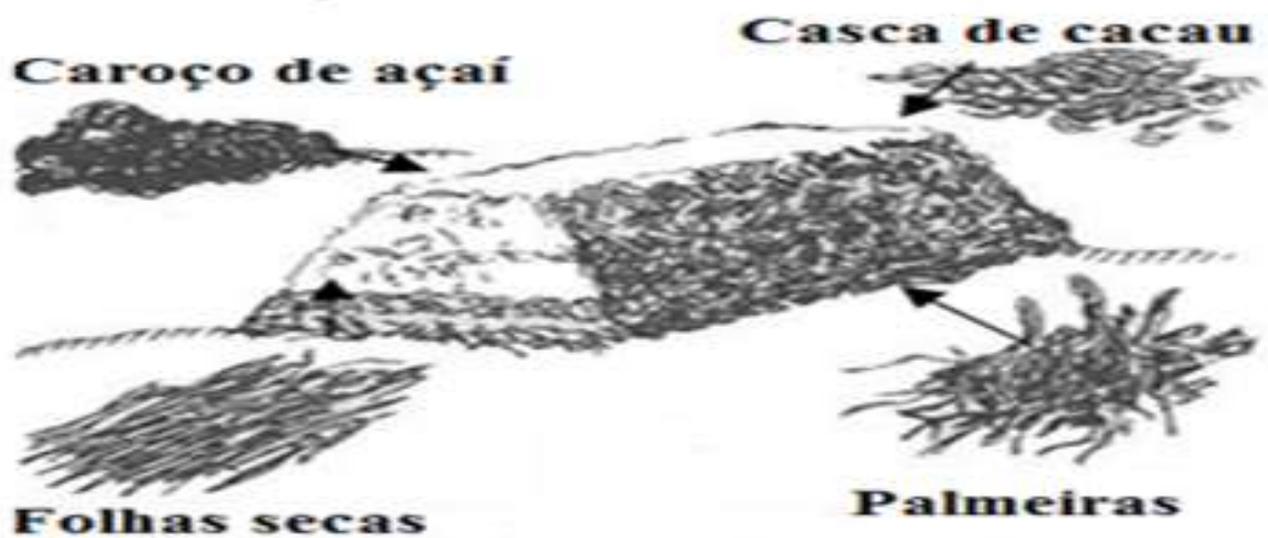
O QUE POSSO USAR PARA A COMPOSTAGEM?

Elementos que posso usar na compostagem.

Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 2020.



Foto e arte: VIANA, A.L.N.



Conheçam as etapas da compostagem.

ETAPAS DA COMPOSTAGEM



1º passo: Escolha do local adequado

Escolha um local preferencialmente plano, com uma caixa (composteira), de fácil acesso para a carga e descarga do material, próximo a uma fonte de água para as irrigações periódicas;
A composteira poderá ser feita de caixa em madeira (3m x 12,5m), para fazer o armazenamento do trabalho com as cascas de cacau, o caroço do açaí e as folhas secas, a fim de realizar o procedimento do adubo orgânico.

2º passo: Quebra da casaca do cacau

Quebrar a casaca do cacau, em pedaços bem pequenos. Para um melhor resultado a casaca do cacau deve estar preferencialmente em estágio de decomposição.



3º passo: Empilhamento de camadas

O procedimento da compostagem deve ser realizado por camadas de material orgânico com sequência de 30 cm, sendo:

- A primeira camada é de folhas secas;
- A segunda camada é de caroço de açaí;
- A terceira camada é de folhas secas;
- A quarta camada é de casaca do cacau bem cortadinha;
- A quinta camada é de folhas secas.



4º passo: Cobrir

Após o procedimento de empilhamento do material orgânico, cobrir o composto com folhas de bananeiras, folhas de cacau ou qualquer palmeira. Poderá ser coberto, também, com uma lona.

5º passo: Revolvimento do composto

A cada 15 dias ou de 7 em 7 dias mexer e molhar o composto. É importante estar em uma área com sombra.



6º passo: Adubo pronto

Após 90 dias a 120 dias está pronto para uso.

IMPORTANTE!

- Irrigue bastante após cada empilhamento, evitando escorrimentos excessivos de água de água, permitindo, assim, obter melhor distribuição da umidade no interior do monte.

- Após empilhar essa primeira sequência, inicia-se nova sequência com os mesmos materiais (folhas secas, caroço de açaí, folhas secas, casca de cacau e por fim folhas secas), até formar uma altura adequada do monte.

- O caroço de açaí e a casca de cacau devem estar em estágio de decomposição.

- Após cada retirada do composto para a adubação das plantas, cobrir com palha ou lona.

COMPOSTAGEM ORGÂNICA, DA CASCA DO CACAU, REALIZADA NA FAZENDA TOCANTINS, NA COMUNIDADE SANTANINHA, EM CAMETÁ, NO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS

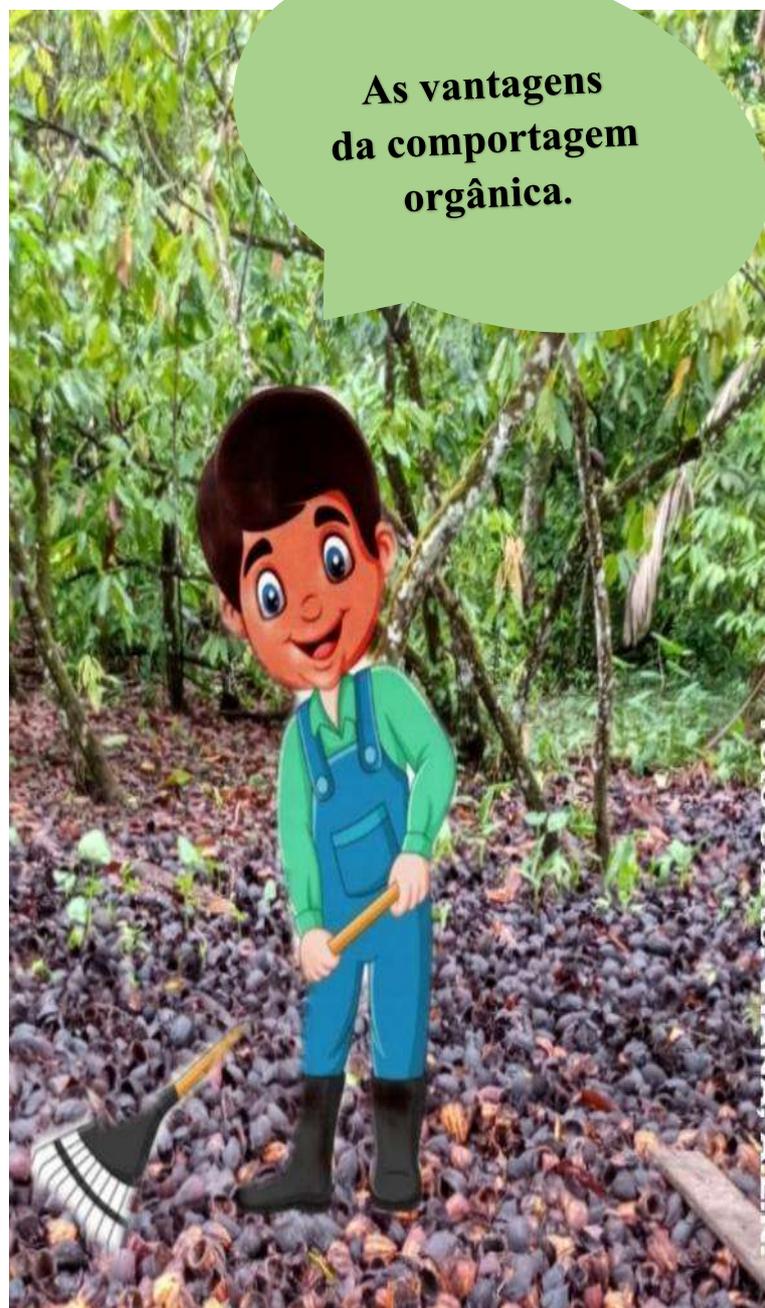
Etapas do processo de produção do adubo orgânico, da casaca do cacau de várzea



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, na Fazenda Tocantins, na Comunidade Santaninha, em Cametá, em 15 em julho de 2020.

QUAIS AS VANTAGENS DA COMPOSTAGEM?

1. Aproveitamento do subproduto da fazenda de cacau;
2. Diminuição de resíduos descartados na natureza;
3. Diminuição da incidência de fungos;
4. Menor custo e diminuição de insumos externos;
5. Aumento da matéria orgânica do solo, melhora a aeração e diminuição da erosão;
6. Oferta da matéria orgânica ideal (acima de 2,5%);
7. Favorece a atividade biológica do solo;
8. Fonte de nutrientes para as plantas;
9. Ambientalmente melhor, promovendo o uso sustentável do solo, da água e do ar;
10. Oferta de produtos saudáveis.



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 2020.

ATENÇÃO!



A comportagem orgânica
contribui de forma saudável
na agricultura familiar, sem
agredir o meio ambiente e a
AGROECOLOGIA é
essencial nesse processo.

Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 2020.

A IMPORTÂNCIA DA AGROECOLOGIA

Por que a agroecologia é importante?



A agroecologia é uma importante aliada na agricultura familiar, a qual valoriza os conhecimentos tradicionais, os valores e o saber-fazer dos ribeirinhos, na relação entre homem e natureza, visto que a agroecologia tem suas raízes na prática tradicional, embora sua trajetória venha incorporada de elementos de diversas ciências, como a ecologia, a sociologia, a antropologia, a geografia, a pedagogia, dentre outras.

A troca de conhecimentos de comunidades consideradas tradicionais e das ciências mais abertas, ou seja, a relação entre técnicos e agricultores, tornam-se essenciais, como se observa na figura abaixo.



Fonte: Adaptada do Instituto Giramundo Mutuando (2005).

Para a agroecologia a natureza não é um apanhado de recursos que se possa utilizar indiscriminadamente e nem uma máquina a serviço do homem. Portanto, o solo, as plantas, os animais, a água e tudo que faz parte da natureza devem ser manejados de forma responsável, sem agredir o meio ambiente. Nesse sentido, o homem é considerado como parte da natureza, principalmente os que vivem em meio à natureza, portanto, depende dos recursos que nela existem (STAMATO et al, 2005).

Então, esta visão ressalta que a produção de adubo orgânico proveniente da casca do cacau de várzea, proporcionada pelos saberes de interface, não é apenas relevante, mas, sobretudo, essencial, pois contribui para melhorar a produção na agricultura familiar, com bases sustentáveis. Nessa perspectiva, é importante visualizar na natureza e nos sistemas produtivos todos elementos que estão interligados e interagindo, a fim de compreender a necessidade das espécies. Com isso, é considerável ter uma visão sistêmica da realidade de produção, observando os desperdícios da casca de cacau na natureza e os grandes impactos ambientais, a fim de encontrar alternativas eficazes para equilibrar os meios de produção, como a cacauicultura, com práticas sustentáveis para a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p. 8, 24 de dez. de 2003b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10831-23-dezembro-2003-497002-norma-pl.html>. Acesso em 21 de junho de 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Fabricação de composto orgânico**. Belém, 2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/806/fabricacao-de-composto-organico>. Acesso em 21 de junho de 2020.

FARIAS, A. de A. **Utilização de composto orgânico na adubação de plantas**. Ilhéus. CEPLAC/CENEX. 24p. 2012.

GARCIA, Waldilene do Carmo. **Capacitação e viabilidade econômica da produção do adubo orgânico para a agricultura familiar na Comunidade-Beira no município de Abaetetuba-PA**. Dissertação de Mestrado, PPGEDAM/NUMA/UFPA, 2019.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). **Escolha freguês! A produção ecológica de alimentos já está aí!** Cartilha de Orgânicos. UNIFESP, SP, 2005.

MUTUANDO, Instituto Giramundo. **A Cartilha Agroecológica**. Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 2005.

**VAMOS
CUIDAR DO
MEIO
AMBIENTE!**



Fonte: VIANA, A.L.N. Pesquisa de campo, 2020.